

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO  
EXERCÍCIO: 2014**

<b>PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO</b>	<b>PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>0204 - ACESSO A EDUCAÇÃO E AO MERCADO DE TRABALHO</b>		
AMPLIAR OS ÍNDICES DE COBERTURA E DA QUALIDADE DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, NAS MODALIDADES PRESENCIAL E À DISTÂNCIA.		
40360000 - EXPANSÃO E MELHORIA DA OFERTA DO ENSINO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	ESCOLA BENEFICIADA/Und	14
40430000 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS	PESSOA CAPACITADA/Und	25833
<b>0207 - ACESSO AOS SERVIÇOS SÓCIOASSISTENCIAIS</b>		
ASSEGURAR A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL E A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS SÓCIOASSISTENCIAIS.		
11390000 - ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	MUNICÍPIO ATENDIDO/Und	25
12070000 - IMPLANTAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE PÚBLICA DE SERVIÇOS SÓCIOASSISTENCIAIS - CRAS E CREAS	UNIDADE IMPLANTADA/Und	14
40060000 - ACESSO DA POPULAÇÃO AOS PROGRAMAS SOCIAIS	FAMÍLIA ATENDIDA/Und	54200
<b>0225 - COMBATE À CRIMINALIDADE</b>		
REDUZIR SISTEMATICAMENTE O NÚMERO DE OCORRÊNCIAS RELACIONADAS COM A CRIMINALIDADE		
11020000 - CONSTRUÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOAS	OBRA RELIZADA/%	10
11080000 - CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DE DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ENTORPECENTES E DE REPRESSÃO AO NARCOTRÁFICO	DELEGACIA CONSTRUÍDA E APARELHADA/%	10
11120000 - CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DAS BASES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA	BASE COMUNITÁRIA CONTRUÍDA E APARELHADA/Und	11
11880000 - IMPLANTAÇÃO DE VÍDEO MONITORAMENTO	SISTEMA DE VIDEO MONITORAMENTO IMPLANTADO/Und	1
12050000 - IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE EM ALAGOAS	NÚCLEO DE PREVENÇÃO CONSTRUÍDO E APARELHADO/Und	4
12500000 - MODERNIZAÇÃO DOS INSTITUTOS DE CRIMINALÍSTICA E DE MEDICINA LEGAL	INSTITUTO MODERNIZADO/%	4
12730000 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA REEDUCANDOS	REEDUCANDO CAPACITADO/Und	542
13110000 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES PRISIONAIS	UNIDADE AMPLIADA, CONSTRUÍDA E APARELHADA/%	7

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO  
EXERCÍCIO: 2014**

<b>PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO</b>	<b>PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
40180000 - APOIO ÀS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NA RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS	COMUNIDADE ASSISTIDA/Und	1
40450000 - FORTALECIMENTO DAS ENTIDADES ACOLHEDORAS	PESSOA ATENDIDA/Und	1440
<b>0238 - COMBATE À MORTALIDADE INFANTIL</b>		
REDUZIR OS ÍNDICES DE MORTALIDADE INFANTIL		
11090000 - CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DE UNIDADE DE SAÚDE	UNIDADE DE SAÚDE CONSTRUÍDA E EQUIPADA/Und	25
13090000 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE	UNIDADE DE SAÚDE REFORMADA E MODERNIZADA/Und	20
40140000 - AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MATERNO INFANTIL	SERVIÇO REESTRUTURADO/Und	60
40410000 - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	MUNICÍPIO COM ATENÇÃO PRIMÁRIA QUALIFICADA E RESOLUTIVA/Und	25
40440000 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	MUNICÍPIO ATENDIDO/Und	102
<b>0215 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE</b>		
AMPLIAR O ESPAÇO E CAPACIDADE DE DIÁLOGO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE, COM O OBJETIVO DE DIVULGAR E APRIMORAR AS AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS.		
11490000 - EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DO IZP	EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO REALIZADAS/Und	3
12080000 - IMPLANTAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE DIREITOS E TUTELARES	CONSELHO IMPLANTADO E FORTALECIDO/%	20
12520000 - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA ESTRUTURA FÍSICA DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO E DA SEDE DO IZP	IZP MODERNIZADO/%	25
<b>0226 - COORDENAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO GOVERNO</b>		
AMPLIAR O NÚMERO DE INICIATIVAS DE GOVERNO REALIZADAS DE FORMA COORDENADA E INTEGRADA		
40190000 - ARTICULAÇÃO INTER E INTRA GOVERNAMENTAL	ARTICULAÇÃO REALIZADA/%	100
<b>0217 - DESENVOLVER E EXPANDIR OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS</b>		
AUMENTAR AS TAXAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO; REDUZIR OS ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E DIVERSIFICAR AS ATIVIDADES ECONÔMICAS.		
10280000 - AMPLIAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO DO INVESTIMENTO.	CADEIA E ARRANJO PRODUTIVO ESTRUTURADO E AMPLIADO/%	25

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO  
EXERCÍCIO: 2014**

<b>PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO</b>	<b>PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
11980000 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE DINAMIZAÇÃO DO TURISMO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO SÃO FRANCISCO	PROJETO IMPLANTADO/%	20
<b>0235 - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO</b>		
AMPLIAR OS ÍNDICES DE COBERTURA E DA QUALIDADE NOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO.		
10260000 - AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	ESCOLA COM JORNADA AMPLIADA/Und	17
10290000 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA OFERTA E DOS PADRÕES DE DESEMPENHO DO ENSINO FUNDAMENTAL	ESCOLA BENEFICIADA/Und	300
10310000 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA OFERTA PARA ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	ALUNO ATENDIDO/Und	1212
11460000 - EXPANSÃO DA OFERTA E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO	ESCOLA BENEFICIADA/Und	191
12090000 - IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS EM REGIME DE COLABORAÇÃO ESTADO/MUNICÍPIO	MUNICÍPIO ASSISTIDO/Und	102
12110000 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DA EDUCAÇÃO	SISTEMA IMPLANTADO/Und	1
<b>0220 - EXPANSÃO DO TURISMO</b>		
AMPLIAR O NÚMERO DE TURISTAS E DE POSTOS DE TRABALHO; A GERAÇÃO DE RENDA E A MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS EMPRESAS.		
11000000 - CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO COSTA DOS CORAIS	AEROPORTO CONSTRUÍDO/M²	1500
11800000 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NAS REGIÕES PRIORITÁRIAS	SINALIZAÇÃO REALIZADA/%	25
13100000 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CENTRO CULTURAL E DE EXPOSIÇÕES RUTH CARDOSO	CENTRO CONVENÇÕES REFORMADO, AMPLIADO E MODERNIZADO/%	25
17390000 - CONSTRUÇÃO DE NOVO MARCO REFERENCIAL DE MACEIÓ	MARCO REFERENCIAL CONSTRUÍDO/% de execução física	10
40290000 - DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA E FORMATAÇÃO DE NOVOS ROTEIROS E PRODUTOS TURÍSTICOS	OFERTA TURÍSTICA DIVERSIFICADA/%	25
<b>0232 - FISCALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS MEIOS DE TRANSPORTE</b>		
OFERECER MEIOS DE TRANSPORTE MODERNO, À PREÇOS MÓDICOS E COM NÍVEIS DE POLUIÇÃO ACEITÁVEIS.		
11680000 - IMPLANTAÇÃO DE CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DE VLT - AEROPORTO/MACEIÓ	CORREDOR IMPLANTADO/Km	7
<b>0223 - FORTALECIMENTO DA ÉTICA, DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS</b>		

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO  
EXERCÍCIO: 2014**

<b>PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO</b>	<b>PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
IMPLANTAR POLÍTICAS DE FORTALECIMENTO E PROMOÇÃO DA ÉTICA, DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS		
11660000 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS ABRIGO PARA ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	CASA ABRIGO IMPLANTADA/Und	1
12040000 - IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER, DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS	CENTRO DE REFERÊNCIA IMPLANTADO/Und	4
12560000 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO À MULHER, MINORIA, JUVENTUDE, CRIANÇA E ADOLESCENTE	REDE DE ATENDIMENTO IMPLEMENTADA E FORTALECIDA./%	4
12690000 - PROMOÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E PREVENTIVAS	CAMPANHA PROMOVIDA/Und	8
40690000 - PROGRAMA DE DEFESA AO CONSUMIDOR	DIREITO DO CONSUMIDOR ASSEGURADO/%	100
<b>0216 - GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS</b>		
MELHORAR A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.		
11610000 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS	SISTEMA IMPLANTADO/%	20
12670000 - PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FAZENDÁRIA DE ALAGOAS - PROFISCAL/AL	PROFISCAL IMPLANTADO/%	30
12680000 - PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DAS RECEITAS E DA GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.	PMAE - FISCAL IMPLANTADO/Und	2
<b>0218 - GESTÃO PARA RESULTADOS</b>		
IMPLANTAR A GESTÃO PARA RESULTADOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS DE GOVERNO.		
11340000 - ELABORAÇÃO DE MANUAL DE PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS NA GESTÃO PÚBLICA	MANUAL ELABORADO/Und	500
<b>0234 - INCLUSÃO PRODUTIVA</b>		
AUMENTAR O NÚMERO DE PESSOAS E FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELAS AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA.		
10420000 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	PRODUTOR ASSISTIDO/Und	765635
11510000 - FOMENTO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS ESTRATÉGICAS	PRODUTOR ASSISTIDO/Und	5170
11530000 - FORTALECENDO O EMPREENDEDORISMO	MICROEMPREENDIMENTO IMPLANTADO/Und	1500
12290000 - INCLUSÃO PRODUTIVA E SEGURANÇA ALIMENTAR	FAMÍLIA ATENDIDA/Und	70000
12580000 - PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	PESQUISA REALIZADA/Und	40

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO  
EXERCÍCIO: 2014**

<b>PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO</b>	<b>PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
40420000 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA AUTÔNOMOS E EMPREENDEDORES	PESSOA CAPACITADA/Und	1200
40480000 - GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - GAP	GAP REALIZADA/Und	4
<b>0229 - INFRAESTRUTURA DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO</b>		
AMPLIAR O NÚMERO DE PRÉDIOS PÚBLICOS CONSTRUÍDOS, REFORMADOS, AMPLIADOS E MODERNIZADOS.		
10760000 - CONSTRUÇÃO DAS REGIÕES INTEGRADAS E DAS ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA (RISP, AISP E GPMS)	RISP, AISP E GPM CONSTRUÍDO E APARELHADO/%	22
11050000 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DO ITEC	PRÉDIO CONSTRUÍDO E AMPLIADO/% de execução física	20
11060000 - CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DA ACADEMIA DE ENSINO E PESQUISA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS	ACADEMIA CONSTRUÍDA E APARELHADA./%	40
12460000 - MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	SEDS E ÓRGÃO VINCULADO MODERNIZADO/%	14
12840000 - REFORMA DAS UNIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS	UNIDADE REFORMADA/% de execução física	25
13120000 - REFORMAS DAS CENTRAIS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - JÁ	PRÉDIO REFORMADO/%	5
<b>0240 - INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL</b>		
AUMENTAR O NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES CONSTRUÍDAS, REFORMADAS E AMPLIADAS.		
11140000 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE ESCOLAS E CENTROS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	ESCOLA E CENTRO CONSTRUÍDO/Und	3
11190000 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO	UNIDADE CONSTRUÍDA/Und	2
11210000 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL INDÍGENA	CENTRO CONSTRUÍDO/Und	3
12910000 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	CENTRO REFORMADO E AMPLIADO/Und	2
12920000 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CENTROS PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	CENTRO REFORMADO E AMPLIADO/Und	4
12970000 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO	UNIDADE REFORMADA E AMPLIADA/Und	2
<b>0219 - INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA E LOGÍSTICA</b>		
EXPANDIR A MALHA DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA.		

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO  
EXERCÍCIO: 2014**

<b>PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO</b>	<b>PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
11710000 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA	OBRA EXECUTADA/Und	7
12760000 - RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA	OBRA RECUPERADA/Km	66
<b>0213 - INSERÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL</b>		
CONSOLIDAR O DESTINO ALAGOAS COMO REFERÊNCIA NOS MERCADOS DOMÉSTICO E INTERNACIONAL.		
40120000 - AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO ALAGOAS NOS MERCADOS NACIONAL E INTERNACIONAL	PLANO DE PROMOÇÃO IMPLANTADO/%	20
<b>0211 - INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO</b>		
AUMENTAR O NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E A MASSA SALARIAL.		
12360000 - MELHORIA DA QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TURÍSTICOS NAS REGIÕES PRIORITÁRIAS	PROFISSIONAL CAPACITADO/Und	1000
<b>0224 - INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ATUAÇÃO ARTICULADA NOS TERRITÓRIOS</b>		
AUMENTAR O NÚMERO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EXECUTADAS DE FORMA INTEGRADA E ARTICULADA NOS TERRITÓRIOS		
10360000 - APOIO À ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E FORTALECIMENTO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS	ÓRGÃO APOIADO/Und	20
12320000 - INSERÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS MULHERES E JOVENS DAS COMUNIDADES VULNERÁVEIS E TRADICIONAIS	PESSOA ATENDIDA/%	13
12370000 - MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS	UNIDADE RECUPERADA/Und	750
13200000 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	FAMÍLIA BENEFICIADA/Und	2000
<b>0231 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS</b>		
AMPLIAR O NÚMERO DE EMPRESAS E DE EMPREENDEDORES INSTALADOS NO ESTADO E REDUZIR O NÚMERO DE DIAS PARA A FORMALIZAÇÃO DESSES EMPREENDIMENTOS		
10380000 - APOIO ÀS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - PRODETUR/AL	PRODETUR APOIADO/%	37
11570000 - FORTALECIMENTO EMPRESARIAL	PÓLO CRIADO E REQUALIFICADO/Und	3
40480000 - GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - GAP	GAP REALIZADA/Und	4
<b>0236 - PARCERIA PÚBLICO PRIVADA</b>		

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO  
EXERCÍCIO: 2014**

<b>PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO</b>	<b>PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
AUMENTAR O NÚMERO DE MODELAGENS E DE PROJETOS CONCLUÍDOS POR MEIO DAS PPP. 40960000 - AQUISIÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE RESSOCIALIZAÇÃO	CENTRO ADQUIRIDO/Und	1
<b>0239 - PATRIMÔNIO CULTURAL</b>		
AUMENTAR O NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS PELAS AÇÕES CULTURAIS PROMOVIDAS PELO ESTADO 40160000 - APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	EVENTO APOIADO/Und	250
<b>0212 - PEQUENOS NEGÓCIOS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS</b>		
AUMENTAR O NÚMERO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; DE EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E DO TEMPO DE ATIVIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS. 11560000 - FORTALECIMENTO DOS MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS	MPE FORTALECIDA/%	25
12270000 - INCENTIVO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS	MICRO E PEQUENA EMPRESA INCENTIVADA/Und	30
<b>0222 - PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>		
APERFEIÇOAR O PROCESSO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES. 10340000 - AMPLIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO, GEOPROCESSAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA BASE DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO ESTADUAL	BASE DE INFORMAÇÃO DISSEMINADA/%	15
10350000 - APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA SEFAZ/AL	POLÍTICA DE TI APERFEIÇOADA/%	25
11100000 - CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DO CIODS	CIODS CONSTRUÍDO E APARELHADO/Und	1
11130000 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE CENTROS PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	CENTRO CONSTRUÍDO/Und	3
11630000 - IMPLANTAÇÃO DA REDE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	REDE IMPANTADA/%	20
11640000 - IMPLANTAÇÃO DA REDE INTEGRADA CONVERGENTE E MULTISERVIÇOS DO ESTADO.	REDE IMPANTADA/%	25
11810000 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL	SISTEMA IMPLANTADO/%	42
11920000 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE DESPESAS PÚBLICAS	OBSERVATÓRIO IMPLANTADO/Und	1
11940000 - IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DE INFORMAÇÕES ESTADUAIS	PORTAL IMPLANTADO/%	10
12010000 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO PATRIMONIAL	SISTEMA IMPLANTADO/Und	1

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO  
EXERCÍCIO: 2014**

<b>PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO</b>	<b>PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
12220000 - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO.	PLANO IMPLEMENTADO/%	25
40080000 - AMPLIAÇÃO DE CENTRAIS DE REGULAÇÃO E SISTEMAS MUNICIPAIS DE AUDITORIAS	CENTRAL DE REGULAÇÃO AMPLIADA/Und	25
40480000 - GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - GAP	GAP REALIZADA/Und	4
40570000 - IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	MUNICÍPIO APOIADO/Und	102
40710000 - PROMOÇÃO DE PLANO DE MÍDIA E CAMPANHAS	PLANO DE MÍDIA REALIZADO/Und	60
<b>0214 - PRODUTIVIDADE E VALOR AGREGADO DA AGRICULTURA FAMILIAR, PECUÁRIA, AQUICULTURA E DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE</b>		
AUMENTAR A GERAÇÃO DE RENDA DOS PRODUTORES E O NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO NOS EMPREENDIMENTOS BENEFICIADOS.		
10370000 - APOIO À PROJETOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	FAMÍLIA ATENDIDA/Und	119028
10840000 - CONSTRUÇÃO DE MERCADOS DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	MERCADO CONSTRUÍDO/Und	6
10990000 - CONSTRUÇÃO DE VIVEIROS TELADOS	VIVEIRO CONSTRUÍDO/Und	3
11290000 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	HECTARE IRRIGADO/Ha	700
12340000 - INSTALAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS MÓDULOS DE AQUICULTURA	MÓDULO INSTALADO E REVITALIZADO/Und	600
<b>0237 - REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL</b>		
REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL E PROPORCIONAR MORADIA DIGNA PARA A POPULAÇÃO		
10430000 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS	MUNICÍPIO ASSISTIDO/Und	14
10830000 - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	UNIDADE CONSTRUÍDA/Und	9000
12610000 - PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO MEIO RURAL	UNIDADE CONSTRUÍDA/Und	2250
<b>0230 - SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE</b>		
AMPLIAR A COBERTURA DO ATENDIMENTO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.		
40130000 - AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	SERVIÇO AMPLIADO E ESTRUTURADO/Und	122
40800000 - REESTRUTURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA COM AQUISIÇÃO, ABASTECIMENTO E DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS	USUÁRIO ATENDIDO/Und	2120

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS****ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO  
EXERCÍCIO: 2014**

<b>PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO</b>	<b>PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>0210 - SISTEMAS DE RESPOSTAS ÀS OCORRÊNCIAS DE EVENTOS CRÍTICOS</b>		
REDUZIR O NÚMERO DE PESSOAS ATINGIDAS POR EVENTOS CRÍTICOS.		
40670000 - MODERNIZAÇÃO DA FROTA DO CORPO DE BOMBEIROS	FROTA MODERNIZADA/%	25
<b>0209 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>		
AMPLIAR OS ÍNDICES DE COBERTURA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS RELACIONADOS COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO, RESÍDUOS SÓLIDOS, IRRIGAÇÃO, BARRAGENS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA.		
11010000 - CONSTRUÇÃO DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO E SEUS INVESTIMENTOS ASSOCIADOS E COMPLEMENTARES	OBRA CONSTRUÍDA/Km	20
11620000 - IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO ESTADO	SISTEMA IMPLANTADO/Km	135
12140000 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO	SISTEMA IMPLANTADO/Km	92
12770000 - RECUPERAÇÃO DE NASCENTES PARA ABASTECIMENTO RURAL DIFUSO	NASCENTE RECUPERADA/Und	300
<b>0233 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES</b>		
AUMENTAR O NÚMERO DE AÇÕES RELACIONADAS COM A VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS		
11970000 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	PROGRAMA IMPLANTADO/Und	1

## **ANEXO II**

### **METAS FISCAIS**

(Art. 4º, § 1º, § 2º, da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000)

#### **Introdução**

A Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, estabelece, em seu artigo 4º, que integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais. Em cumprimento a essa determinação legal, o referido Anexo inclui os seguintes demonstrativos:

Anexo II – Metas Fiscais

Anexo II – A1 – Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Anexo II – A2 – Metas Anuais 2013 a 2016;

Anexo II – A3 – Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo II – A4 – Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de Caráter Continuado;

Anexo II – A5 – Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;

Anexo III – Riscos Fiscais;

Anexo IV – Parâmetros e metas de inflação e;

## **LEI Nº 7.529, DE 8 DE AGOSTO DE 2013.**

### **ANEXO DE METAS FISCAIS**

(Art. 4º, § 1º, inciso II do § 2º da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, LDO-2014, estabelece a meta de resultado primário do Estado, como percentual do Produto Interno Bruto – PIB, para o exercício de 2014 e indica as metas de 2015 e 2016. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas no sentido de manter a sustentabilidade da política fiscal.

O objetivo primordial da política fiscal do governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos de forma a assegurar as condições para promover o desenvolvimento sócio econômico e a redução gradual do endividamento público líquido em relação ao PIB.

As metas fiscais do Estado de Alagoas para o exercício de 2012 foram originalmente estabelecidas através da Lei nº 7.264, de 22 de julho de 2011(LDO), a qual dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para este exercício definindo um superávit primário inicial em valores nominais de R\$ 368,4 milhões (1,17% do PIB), sendo que a meta foi reprogramada através da Lei nº 7.405 de 23 de agosto de 2012 em face da previsão de um cenário de baixo crescimento do PIB e que, portanto refletiria em uma significativa insuficiência da arrecadação do Fundo de Participação dos Estados e do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços. Assim, aumentou a meta de Resultado Primário para R\$ 550,9 milhões no sentido de manter a sustentabilidade da dívida pública em relação aos indicadores no que tange a Receita Corrente Líquida (RCL) e ao Produto Interno Bruto (PIB).

O Estado incorreu em déficit orçamentário de R\$ 346 milhões em 2012, pois a soma do resultado primário com as fontes de financiamento não foi suficiente para permitir a cobertura do serviço da dívida ante um déficit orçamentário de R\$ 80,7 milhões em 2011.

No ano de 2012, o impacto das armadilhas do crescimento econômico no Brasil (ver no tópico Anexo V) refletiu em uma perda real de 2,78% da Receita Primária Corrente Líquida do FUNDEB em relação a 2011, o que forçou o governo a reduzir as despesas primárias em 6,13%, refletindo em um superávit primário de R\$ 338,8 milhões ou uma redução real de 31,97% em relação a 2011.

Salienta-se que a obtenção do Resultado Primário em 2012 obtido foi reflexo do modelo de vinculação da Receita a Despesa e principalmente da significativa pressão dos gastos públicos no que concerne ao aporte financeiro<sup>1</sup>feito pelo Estado no sentido de financiamento da despesa com

---

<sup>1</sup>Para fins desta análise o aporte financeiro é a diferença entre as receitas obtidas das Contribuições dos Servidores Públicos e Militares e a Despesa com Aposentadorias e Pensões.

Aposentados no montante de R\$ 833,8 milhões em 2012. A título de comparação esse aporte foi de R\$ 717,3 milhões em 2011.

Evidenciou-se, em 2012, um incremento real de 25,78% das despesas primárias de capital (Investimento e Inversões Financeiras) em relação a 2011 e de 63,87% ante ao exercício de 2008. Ressalta-se, ainda que o montante da despesa com Investimento em 2012 foi de R\$ 746,1 milhões, sendo que o volume inscrito em Restos a Pagar não Processados foi de R\$ 263,2 milhões. O ingresso de recursos através de Convênios na modalidade das Transferências de Capital foi de R\$ 369,4 milhões em 2012 e em 2011 foi de R\$ 174,1 milhões.

Tabela 1 – Resultado Primário do Estado de Alagoas 2008 a 2012

EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO 2008 - 2012							
	2008	2009	2010	2011	2012	2012/2008	2012/2011
Receita Primária Corrente	5.157.223	5.174.867	5.524.639	5.721.340	5.749.137	11,48%	0,49%
Receita Primária de Capital	170.729	190.895	650.509	184.658	369.383	116,36%	100,04%
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL</b>	<b>5.327.952</b>	<b>5.365.762</b>	<b>6.175.147</b>	<b>5.905.998</b>	<b>6.118.520</b>	<b>14,84%</b>	<b>3,60%</b>
Despesas Primárias Correntes	4.286.699	4.573.829	4.773.766	4.808.629	5.025.823	17,24%	4,52%
Despesas Correntes	4.491.043	4.734.678	4.969.017	5.003.918	5.289.462	17,78%	5,71%
(-) Juros e Encargos da Dívida	204.343	160.849	195.251	195.288	263.639	29,02%	35,00%
Despesas Primárias de Capital	460.076	681.059	978.602	599.410	753.947	63,87%	25,78%
Despesas de Capital	874.674	1.294.287	1.430.420	1.127.112	1.257.554	43,77%	11,57%
(-) Amortização da Dívida	414.598	613.229	451.818	527.702	503.607	21,47%	-4,57%
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL</b>	<b>4.746.775</b>	<b>5.254.888</b>	<b>5.752.368</b>	<b>5.408.039</b>	<b>5.779.771</b>	<b>21,76%</b>	<b>6,87%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>581.177</b>	<b>110.874</b>	<b>422.780</b>	<b>497.959</b>	<b>338.750</b>	<b>-41,71%</b>	<b>-31,97%</b>
Varição ( % )	-31,55%	-80,92%	281,31%	17,78%	-31,97%		

Fonte: Balanço Geral do Estado de Alagoas – Valores em R\$ 1.000,00  
Valores monetários expressos a preços de dezembro de 2012

No tocante ao estoque de empregos formais era de 315.691 (trezentos e quinze mil e seiscentos e noventa e um) em 2003 e passou para 493.845 (quatrocentos e noventa e três mil e oitocentos e quarenta e cinco) em 2012, contribuindo para o incremento da massa salarial, ou seja, emprego e salário continuam sustentando o consumo e refletindo no crescimento da arrecadação do ICMS.

No que se refere ao segmento da Construção Civil em 2012 foi analisado que em face das políticas nacionais como: expansão do crédito imobiliário, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida refletiu na geração de 24.290 (vinte e quatro mil e duzentos e noventa) empregos no período de 2003 a 2012. Avalia-se que em função do alto nível de comprometimento da renda aliada ao baixo crescimento da renda em relação à valorização dos imóveis, no período de 2007 a 2012, refletiu na perda do dinamismo do mercado e, por conseguinte na perda de empregos na construção civil em 2012 e na estabilização dos preços dos imóveis em 2012.

Ressalta-se que este volume de recursos de empréstimos ao segmento imobiliário foi fundamental para o crescimento do PIB alagoano, entretanto após o seu impacto inicial positivo poderá se iniciar o período de ressaca reflexo do

alto comprometimento da renda com a amortização do financiamento aliada ainda ao fato que a alta valorização dos imóveis em relação à renda conforme já salientado diminuirá a propensão para a aquisição de imóveis ou caso haja a expansão do financiamento imobiliário o consumidor terá um alto serviço da dívida considerando o atual valor do imóvel.

No que se refere aos segmentos de Serviços e Comércio mostram sua importância para a geração de emprego em face que em conjunto representaram 192.599 (cento e noventa e dois mil e quinhentos e noventa e nove) do total de 493.845 (quatrocentos e noventa e três mil e oitocentos e quarenta e cinco) dos empregos formais. Ressalta-se que este dinamismo foi reflexo da política de valorização do salário mínimo, a qual impactou no incremento das Transferências do INSS e que resultou na atração das grandes redes varejistas e de materiais de construção.

Tabela nº 2 – Estoque de Empregos Formais em Alagoas – 2003 a 2012

SETORES ECONÔMICOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Varição absoluta
EXTRATIVA MINERAL	438	590	560	774	935	1.081	1.035	782	888	840	402
IND. TRANSFORMAÇÃO	80.217	94.492	95.978	101.130	102.755	103.872	105.429	105.087	107.382	103.303	23.086
SERVO IND. UTIL. PÚBLICA	3.124	3.240	3.713	3.868	4.403	4.755	4.591	4.618	4.956	4.892	1.768
CONSTRUÇÃO CIVIL	9.343	10.229	12.689	10.951	11.150	13.464	18.434	27.986	35.758	33.633	24.290
COMÉRCIO	39.895	43.064	47.063	52.634	56.611	60.880	65.892	73.322	76.884	80.664	40.769
SERÇOS	63.474	66.187	69.446	75.455	80.379	89.966	93.329	101.442	107.232	111.935	48.461
ADM. PÚBLICA	100.917	118.704	126.999	137.440	140.849	140.756	147.439	147.926	148.127	148.203	47.286
AGROPECUÁRIA	18.283	9.997	10.668	10.980	10.855	10.089	9.987	9.829	10.305	10.375	(7.908)
TOTAL	315.691	346.503	367.116	393.232	407.937	424.863	446.136	470.992	491.532	493.845	178.154

Fonte : Ministério do Trabalho/CAGED Elaboração Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

A política tributária do governo mais infraestrutura adequadas à localização privilegiada resultou em um forte poder de atração de diversas indústrias refletindo na geração de 7.441 (sete mil e quatrocentos e quarenta e um) empregos no período de 2003 a 2012 em face que considerando que o estoque de emprego excluindo a Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool, era de 8.552 (oito mil e quinhentos e cinquenta e dois) em 2003 e passou para 15.993 (quinze mil e novecentos e noventa e três) em 2012.

Considerando a renúncia estimada pela Diretoria de Análise e Monitoramento das Informações Fiscais – DAMIF no que se refere ao Programa de Desenvolvimento Integrado para o Estado de Alagoas (PRODESIN) para o exercício de 2012 no montante de R\$ 198,8 milhões ante a geração de massa salarial<sup>2</sup> de R\$ 415,8 milhões, a qual contribui para o crescimento da economia e a geração de tributos.

Destaca-se o segmento da Cadeia Produtiva da Química e do Plástico em face que, entre 2008 e 2012, dos investimentos da ordem de R\$ 2,3 bilhões com mais de 30 novas empresas e a geração de 3.658 (três mil e seiscentos e cinquenta e oito) empregos diretos em Alagoas, fazendo com que o faturamento do setor químico e do plástico dobrasse em um período de cinco anos.

Outro eixo de desenvolvimento forte é o setor sucroenergético. São vinte e quatro unidades industriais que empregam em torno de noventa e cinco mil empregados cadastrados. É uma indústria que perdeu muito em produtividade nos últimos cinco anos e em tecnologia e rendimento<sup>3</sup>.

Ressalta-se, ainda a crise do setor sucroalcooleiro em face dos subsídios à gasolina e dos custos elevados tiraram a competitividade do setor. A paridade com o preço da gasolina, controlado pelo governo nos últimos anos, levou a um valor para o etanol, o qual não remunerou os investimentos e, em muitos casos, gerou prejuízo refletindo na perda de quatro mil e trezentos e cinquenta e três empregos em 2012. Além disso, a diminuição da participação do segmento da Indústria de Transformação em relação ao PIB do Estado de Alagoas entre 2003 e 2010 é reflexo da ausência de investimentos do setor sucroalcooleiro em face que a fronteira da cana foi exaurida e os empresários passaram a investir nos Estados – de Minas Gerais, Bahia, Tocantins e São Paulo.

---

<sup>2</sup> Para este cálculo foi considerado um salário médio da indústria de R\$ 2.000,00 e um estoque de empregos de 15.993 é o resultado da soma da Indústria de Transformação excluía a Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool. Pelo critério foi verificado que do total deste segmento pertence a Indústria sucroalcooleira.

<sup>3</sup>Fonte : CEZAR, Genilson. Estratégia envolve a criação de polos de desenvolvimento e o transporte de água para o sertão. Disponível em :

<http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=73&edicao=1>

Tabela nº 3 - Estoque de Empregos Formais da Indústria de Transformação em Alagoas – 2003 a 2012

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Ind. Prod. Min. Não Metálicos	1.055	1.353	1307	1.358	1.421	1.454	1.655	1.707	1.976	2.101
Ind. Metalúrgica	692	691	636	1.090	898	977	1.119	1.216	1.381	1.533
Ind. Mecânica	277	284	318	570	815	1.130	1.058	1.096	1.244	1.166
Ind. Materiais Elétricos e Comunicações	7	8	30	39	51	57	47	61	67	73
Ind. Materiais de Transporte	189	188	187	122	141	198	192	204	245	239
Ind. Madeira e Mobiliários	726	755	733	706	728	721	689	817	886	870
Ind. Papel, Papelão, Editor.	1.086	1.182	1087	1.022	1.014	1.094	1.191	1.227	1.297	1.315
Ind. Borracha, Fumo, Couros	633	600	589	452	445	445	503	469	436	458
Ind. Quim. Prod. Farm. Veter.	2.306	2.454	2646	6.061	6.210	2.882	3.044	6.718	6.665	6.540
Ind. Têxtil, Vestuário	1.514	1.521	1624	1.723	1.865	1.705	1.690	1.292	1.363	1.448
Ind. Calçados	67	72	110	64	82	53	89	129	159	250
Ind. Prod. Aliment. Bebidas, Alcool	71.665	85.384	86711	87.923	89.085	93.156	94.152	90.151	91.663	87.310
TOTAL	80.217	94.492	95.978	101.130	102.755	103.872	105.429	105.087	107.382	103.303

Fonte: MTE/RAIS Elaboração Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Considerando que o total da renúncia fiscal nos segmentos PRODESIN, Atacadista e Central de Distribuição estimada pela DAMIF foi de R\$ 461,9 milhões em 2012 é reflexo do atual modelo de guerra fiscal. A título de comparação o Estado da Bahia projetou uma renúncia fiscal de R\$ 2,523 bilhões em 2012 conforme o Anexo das Metas Fiscais 2012.

No tocante à sustentabilidade da dívida pública, o cumprimento desse objetivo passa pela criação das condições necessárias para a redução gradual do endividamento público líquido em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Nesse sentido, anualmente, são estabelecidas as metas de resultado primário no intento de garantir a solvência intertemporal da dívida pública. Nesse contexto, o resultado nominal e o estoque da dívida do setor público são meramente indicativos, uma vez que sofrem influência de uma série de fatores fora do controle direto do governo.

Ressalta-se que a medida liminar de novembro de 2012<sup>4</sup>, a qual garantiu ao Estado de Alagoas a redução do pagamento da dívida de 15% da Receita Líquida Real (RLR) para 11,5%, bem como a diminuição da taxa de juros da parcela do principal da dívida relativa a Lei nº 9.746/97, de 7,5% para 6,00% contribuirá significativamente para a redução do déficit nominal de 2013 e para os exercícios posteriores. Salienta-se, ainda, que foi um dos fatores para o baixo incremento nominal de 12,31% do serviço da dívida (Despesa com Juros e Despesa com Amortização) de 2012 em relação a 2011. A título de comparação o serviço da dívida em 2011 foi de R\$ 683,1 milhões e em 2012 alcançou R\$ 762,2 milhões.

Em 2008, a Dívida Consolidada (DC) era de R\$ 6,955 bilhões, sendo que a Dívida Mobiliária, Rolagem, Produbam e DMLP totalizavam R\$ 5,721 bilhões (82,39% do total da dívida consolidada) e em 2012 as alusivas dívidas passaram para R\$ 7,040 bilhões (86,16%). No que se refere à relação DC e Receita Corrente Líquida (RCL) em 2008 era de 197,13% e reduziu para 161,75% em 2012.

---

<sup>4</sup> A partir de novembro de 2012, com os efeitos de liminar obtida pelo Estado nos autos da Ação Originária nº 1.726 houve redução da taxa de juros da parcela do principal da dívida relativa a Lei nº 9.496/97, de 7,50% para 6,00% ao ano, e redução do limite de comprometimento da RLR para pagamento das parcelas de principal e de bancos, de 15,00% para 11,50%.

Tabela 4 – Dívida Consolidada 2008 a 2012

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012/2008	2012/2011
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (1)</b>	<b>6.955.422</b>	<b>6.845.522</b>	<b>7.525.492</b>	<b>7.830.583</b>	<b>8.171.577</b>	<b>17,48%</b>	<b>4,35%</b>
Dívida Mobiliária	102.066	112.200	123.170	137.574	149.259	46,24%	8,49%
Dívida Contratual	6.223.793	6.342.734	7.040.125	7.338.539	7.676.523	23,34%	4,61%
Parcelamentos com a União	485.656	380.116	362.197	354.470	345.795	-28,80%	-2,45%
De Tributos	33.636	31.371	29.780	27.804	25.846	-23,16%	-7,04%
Contribuições Sociais	389.835	291.680	281.042	281.042	281.042	-27,91%	0,00%
FGTS	62.185	57.066	51.375	45.624	38.907	-37,43%	-14,72%
Outras Dívidas	143.907	10.471	-	-	-	-100,00%	#DIV/0!
<b>DEDUÇÕES (2)</b>	<b>-</b>	<b>335.967</b>	<b>726.843</b>	<b>730.836</b>	<b>578.920</b>	<b>#DIV/0!</b>	<b>-20,79%</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	558.311	866.385	1.086.607	1.052.043	1.063.072	90,41%	1,05%
Haveres Financeiros	18.085	27.356	41.582	33.592	46.946	159,58%	39,75%
(-) Restos a Pagar Processados	608.885	557.774	401.346	354.799	531.098	-12,78%	49,69%
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>32.503</b>	<b>240.967</b>	<b>240.967</b>	<b>412.856</b>	<b>-</b>	<b>-100,00%</b>	<b>-100,00%</b>
Precatórios anteriores a 05/05/2000	-	-	-	308.591	-	-	-
Insuficiência Financeira	32.488	-	-	-	-	-100,00%	#DIV/0!
Outras Obrigações	15	240.967	240.967	104.264	-	-100,00%	-100,00%
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (3) =</b>	<b>6.955.422</b>	<b>6.509.556</b>	<b>6.798.649</b>	<b>7.099.747</b>	<b>7.592.657</b>	<b>9,16%</b>	<b>6,94%</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.528.416	3.597.965	4.205.565	4.801.099	5.051.891	43,18%	5,22%
% DC/RCL	197,13%	190,26%	178,94%	163,10%	161,75%	-17,94%	-0,83%
<b>% DCL/RCL</b>	<b>197,13%</b>	<b>180,92%</b>	<b>161,66%</b>	<b>147,88%</b>	<b>150,29%</b>	<b>-23,76%</b>	<b>1,63%</b>
Limite pelo Senado Federal - 200%	7.056.833	7.195.930	8.411.130	9.602.198	10.103.782	43,18%	5,22%

Fonte :Relatório de Gestão Fiscal – Valores em R\$ 1.000,00

A Resolução nº 40/01 do Senado Federal determina que o limite do endividamento seja, no máximo, duas vezes a Receita Corrente Líquida (RCL), porém para efeito de apuração desse limite, utiliza-se o conceito de Dívida Consolidada Líquida (DCL), deduzindo da dívida consolidada o superávit financeiro existente. Assim sendo, a relação entre DCL e RCL foi de 197,13% em 2007 e reduziu para 150,29% em 2012.

Salienta-se, ainda, no que se refere à dívida Lei 9.496/97 correspondia a R\$ 5,380 bilhões em 2008 e passou para R\$ 6,661 bilhões em 2012. Esta alusiva dívida tinha seu custo atrelado ao índice IGP-DI (FGV) mais juros 7,5% a.a, e o pagamento limitado a 15% da Receita Líquida Real Média (RLR)<sup>5</sup>. Portanto, apesar do incremento de 57,5% da Receita Líquida Real Média (RLR Média) e do crescimento do IGP-DI de 23,07% no alusivo período evidenciou um aumento da referida dívida intralimite reflexo no crescimento do saldo devedor refletido pelo acúmulo de resíduos não pagos em decorrência do limite imposto aos pagamentos mensais como proporção da receita líquida real e, naturalmente, pelo fato do fluxo de pagamentos não estar vinculado ao estoque da dívida.

Neste contexto, considerando o cenário de crescimento de 57,50% da RLR Média, no período de 2008 a 2012 foi decisivo para a melhora da razão dívida / RCL, entretanto se evidencia o modelo de esgotamento do incremento da receita do FPE e do ICMS em percentual do PIB refletindo em um problema no que se refere à sustentabilidade do equilíbrio das contas públicas caso se mantenha o atual cenário do primeiro quadrimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012. Assim, é de vital importância a manutenção da liminar, a qual vincula o pagamento do serviço da dívida intralimite em 11,5% da RLR ao invés dos 15% da RLR, bem como a redução do custo de financiamento de 7,5% a.a para 6,0% a.a.

<sup>5</sup> Entende-se como receita líquida real, para os efeitos desta Lei, a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos estados, as transferências aos municípios por participações constitucionais e legais.

Por um lado a manutenção desta liminar alivia o risco de agravamento do desequilíbrio das contas públicas no curto prazo. Por outro lado, aumenta a dívida em face da retroalimentação desta através da geração de resíduos em face da diminuição do serviço da dívida em função do menor comprometimento da RLR.

Tabela 5 – Lei nº 9.496/97 e o comportamento do IGP-DI e da Receita Líquida Real Média 2008 a 2012

	2008	2009	2010	2011	2012	VAR. ACUM 2012 / 2008
RLR Média (15%)	2.911	3.171	3.369	3.949	4.585	57,50%
Tx. crescimento RLR Média (nominal)	9,56%	8,93%	6,22%	17,22%	16,12%	
IGP-DI (FGV)	9,11%	-1,44%	11,31%	5,01%	8,11%	35,89%
Dívida (Lei nº 8.727/93)	718	665	590	493	364	-49,40%
Tx. crescimento Dívida (Lei nº 8.727/93)	-5,00%	-7,49%	-11,22%	-16,41%	-26,30%	
Dívida (Lei nº 9.496/97)	5.380	5.306	5.902	6.215	6.661	23,81%
Tx. crescimento Dívida (Lei nº 9.496/97)	12,39%	-1,38%	11,23%	5,30%	7,18%	
Total da Dívida Consolidada	6.955	6.846	7.525	7.831	8.178	17,58%
Tx. crescimento Dívida Consolidada	11,66%	-1,58%	9,93%	4,05%	4,44%	

Fontes : Gerência da Dívida Pública de Alagoas ; Gerência de Gestão Fiscal e Estatística  
Valores em R\$ 1.000,00

Também é compromisso da política fiscal do governo de aumentar os investimentos em infraestrutura e logística para fortalecer os eixos de desenvolvimento econômicos do Estado, entre os quais o turismo.

Salienta-se a importância dos convênios com recursos do Governo Federal na média no montante de R\$ 497,8 milhões previstos em 2013, sendo que as Transferências Correntes no montante de R\$ 97,8 milhões e das Transferências de Capital de R\$ 400 milhões conforme negociação do ajuste fiscal do Estado de Alagoas com a Secretaria de Tesouro Nacional em abril de 2013. Salienta-se que a média do volume de recursos das Transferências Correntes e de Capital conforme dados extraídos do Balanço Geral do Estado, entre 2008 e 2012, foi de R\$ 380,1 milhões.

Do ponto de vista sistêmico, os investimentos previstos pelo Governo do Estado em infraestrutura (áreas de saneamento, estradas, drenagem, contenção de enchentes nos vales dos rios Mundaú e Paraíba e a conclusão do Canal do Sertão) têm uma importância significativa, na medida em que promoverá reduções generalizadas de custos para toda a estrutura produtiva aumentando a eficiência da economia como um todo.

A consistência da trajetória de crescimento econômico depende do comportamento do investimento razão pela qual a necessidade de aumentar a taxa de investimento da economia, pois há uma correlação direta entre crescimento econômico e investimento em infraestrutura. Portanto, é essencial para a agenda do desenvolvimento do estado de Alagoas a manutenção da política de investimento.

Nesse contexto, será de vital importância o financiamento junto ao Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 1,566 bilhão para o período de 2013 a 2016. A obtenção

desses empréstimos será essencial para o êxito do Programa Alagoas Tem Pressa no sentido de melhorar os indicadores sociais e econômicos.

Salienta-se ainda a previsão de investimentos privados de R\$ 8 bilhões em novas plantas industriais e a perspectiva de geração de doze mil empregos.<sup>6</sup>

No que tange às finanças públicas evidencio-se, no período de 2007 a 2012, a sustentabilidade da política fiscal através da geração de resultados primários em relação ao PIB. No tocante ao resultado primário, em 2007, foi obtido R\$ 639,1 milhões (3,59% do PIB) em face da necessidade de ajustar o equilíbrio das finanças públicas em face do déficit financeiro de R\$ 500 milhões herdado pela gestão anterior.

Ressalta-se que a crise mundial resultou na queda da arrecadação do FPE de 10,03% do PIB em 2008 e reduziu para 8,87% do PIB em 2009, impactando em uma redução substancial do resultado primário (% do PIB) em 2009 em face do modelo de vinculação da receita a despesa, o qual reflete na rigidez da despesa.

Em 2011, em função do alto crescimento do FPE, o qual correspondeu a R\$ 2,499 bilhões (9,26% do PIB) e do ICMS excluindo o FECOEP R\$ 2,229 bilhões (8,25% do PIB) resultou em um resultado primário de R\$ 470,5 milhões (1,74% do PIB). Em 2012, evidencia um cenário de modelo de esgotamento do incremento da arrecadação do ICMS excluindo FECOEP em % do PIB em face que foi arrecadado R\$ 2,405 bilhões (8,10% do PIB).

Os limites estruturais do crescimento econômico do Brasil resultaram em um baixo crescimento do PIB, refletindo em um FPE de R\$ 2,577 bilhões (8,68% do PIB) em 2012. Além disso, o modelo de vinculação da receita a despesa contribui para uma reduzida flexibilidade na gestão fiscal resultando em um resultado primário de R\$ 338,8 milhões (1,14% do PIB).

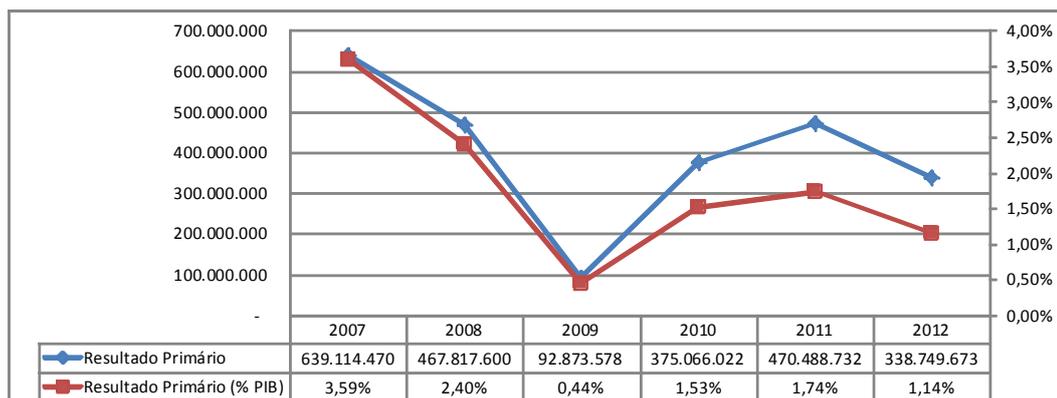
É importante analisar que mesmo com a redução do superávit primário em % do PIB não comprometeu a diminuição da dívida em relação à RCL e ao PIB como já foi evidenciado.

A importância da geração do superávit primário é que este é direcionado ao serviço da dívida, o qual contribui para reduzir o estoque total da dívida líquida. Por sua vez, o déficit primário indica a parcela do crescimento da dívida em decorrência do financiamento de gastos não financeiros que excedem as receitas não financeiras.

Gráfico 1 – Resultado Primário em valores nominais e em (% do PIB) do Estado de Alagoas – 2007 a 2012

---

<sup>6</sup> Fonte : CEZAR, Genilson. Estratégia envolve a criação de polos de desenvolvimento e o transporte de água para o sertão. Disponível em : <http://www.revistavvalor.com.br/home.aspx?pub=73&edicao=1>



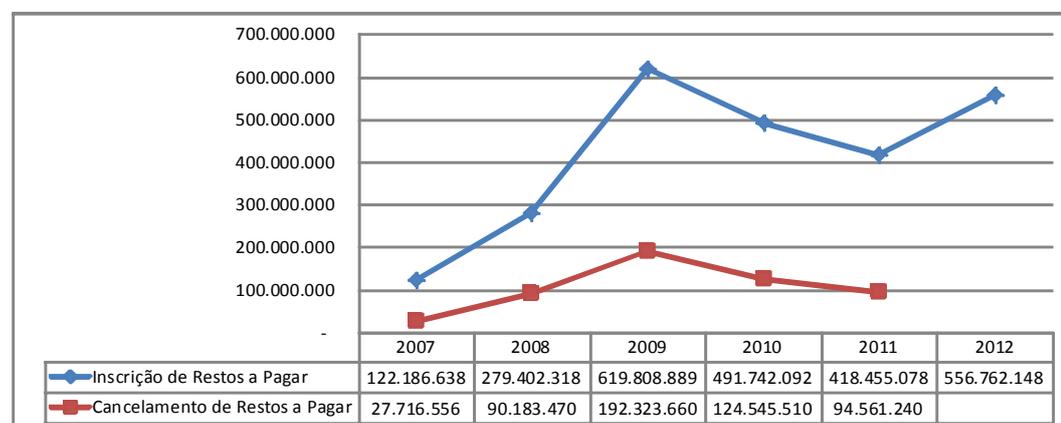
Fonte: SIAFEM – Valores em R\$ 1.000,00

Projeção do PIB de Alagoas para 2011 foi feita em um trabalho conjunto entre a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (STE-SEFAZ) e a SEPLANDE. Para o exercício de 2012, a previsão foi feita com base na projeção da SEPLANDE.

No que se refere à análise cancelando os Restos a Pagar Processados e Não Processados a sustentabilidade da política fiscal é mais significativa.

A consistência da política fiscal foi se deteriorando, ao longo do período de 2007 a 2012, em face do modelo de vinculação da receita a despesa, a qual dificulta em face de um cenário de baixo crescimento da receita uma gestão fiscal para controlar os gastos públicos em função de sua rigidez orçamentária. Assim, avalia-se que foi decisiva a prerrogativa do governo a utilização do instrumento orçamentário de inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados, e, portanto quando em exercício posterior realiza o cancelamento dos Restos a Pagar, refletindo no que a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (GGFE) denomina de Resultado Primário Ajustado (RPA). A título de comparação em 2007 foi inscrito em Restos a Pagar Processados e Não Processados o montante de R\$ 122,2 milhões e cancelado em 2008 o valor de R\$ 25,6 milhões em Restos a Pagar Processado e não Processado referente ao exercício de 2007. Em 2011, foi inscrito Restos a Pagar Processado e não Processado o montante de R\$ 418,5 milhões e cancelado em 2012 o montante de R\$ 93,3 milhões referente ao exercício de 2011.

Gráfico 2- Inscrição de Restos a Pagar (Processados e não Processados) x Cancelamento de Restos a Pagar (Processados e não Processados) do Estado de Alagoas – 2007 a 2012



Fonte : Balanço Geral do Estado de Alagoas

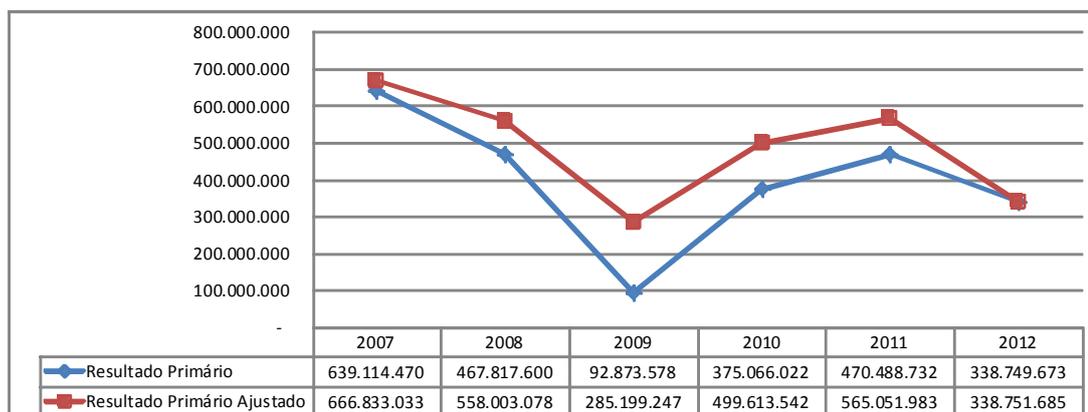
Nota : Para o exercício de 2012, a Gerência de Gestão Fiscal Estatística adotou a prudência de estimar em zero a fim de não dificultar a operacionalização da gestão de Restos a Pagar Processados e não Processados.

Realizando uma análise desagregada e se detendo exclusivamente sobre a relação entre a inscrição dos Restos a Pagar Processados e não Processados e o seu alusivo cancelamento, no período de 2007 a 2012, evidencia a sua importância no que se refere à geração do Resultado Primário Ajustado (RPA) e no Resultado Orçamentário Ajustado (ROA).

Neste contexto, realizar o cálculo do Resultado Primário Ajustado<sup>7</sup> é fundamental para avaliar a consistência do equilíbrio das finanças públicas em face que a título de exemplificação o Resultado Primário Ajustado foi de R\$ 470,5 milhões e como foram cancelados os Restos a Pagar (Processado e não Processado) referente ao exercício de 2011 em 2012 no montante R\$ 94,6 milhões resultou no Resultado Primário Ajustado de R\$ 565 milhões (2,09% do PIB).

Assim, é o Resultado Primário Ajustado que está contribuindo para redução da relação Dívida / Receita Corrente Líquida (RCL).

Gráfico 3 - Resultado Primário x Resultado Primário Ajustado do Estado de Alagoas do Estado de Alagoas – 2007 a 2012

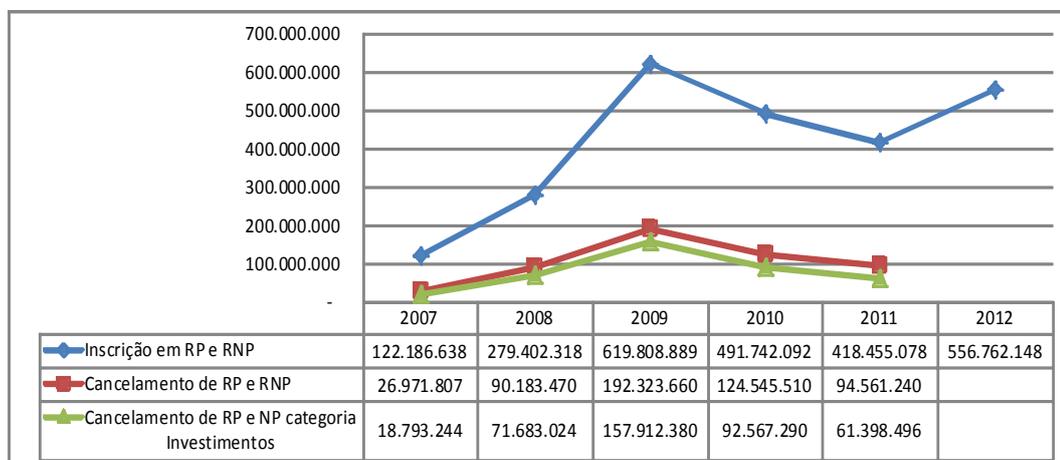


Fonte : Balanço Geral do Estado de Alagoas

O Gráfico 4 mostra a consistência real da política fiscal do Estado de Alagoas através da geração dos Resultados Primários Ajustados em face da combinação do cenário adverso no que tange ao crescimento das receitas aliado principalmente ao engessamento e automatismo das contas públicas em função da vinculação da receita a despesa. Evidenciou-se que a necessidade da austeridade fiscal foi reflexo do baixo desempenho da receita no período, resultando no cancelamento de Restos a Pagar Processados (RP) e Restos a Pagar não Processados (RNP) impactando principalmente a despesa de Investimento no período de 2007 a 2012.

<sup>7</sup> O Resultado Primário Ajustado é obtido da soma do Resultado Primário do exercício mais o montante de Restos Pagar Processados mais o Não Processados relativo ao alusivo exercício anterior menos o montante da soma dos Restos Pagar Processado e o Não Processado, o qual foi cancelado no exercício seguinte.

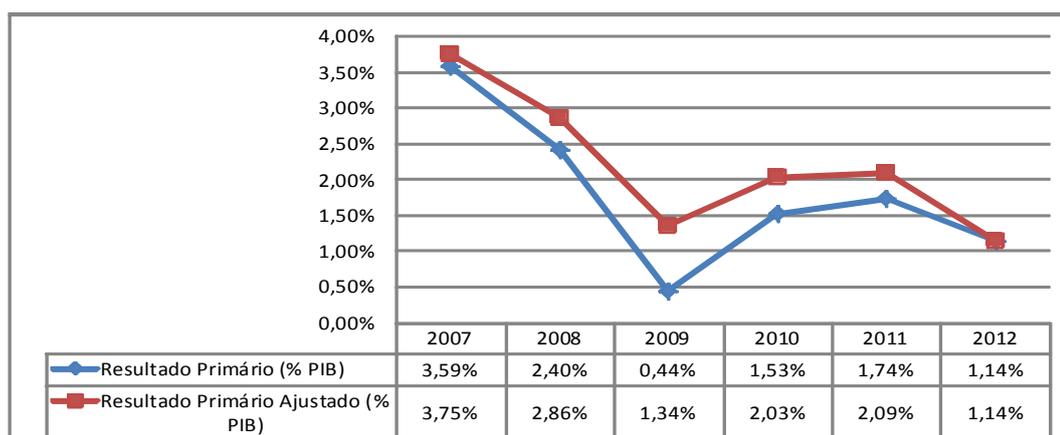
Gráfico 4 – Inscrição de Restos a Pagar Processados (RP) e Restos a Pagar Não Processados (RNP) e cancelamento de RP e RNP na categoria Investimentos – 2007 a 2012



Fonte : SIAFEM

O Gráfico 5 apresenta duas óticas de análise a primeira no que se refere ao Resultado Primário Ajustado, pois este foi bem superior ao Resultado Primário no período de 2009 a 2011. A segunda análise se baseia que em face do modelo de esgotamento da receita do ICMS e do FPE aliada ao modelo de vinculação da receita a despesa o Resultado Primário Ajustado vem se reduzindo em % do PIB consideravelmente ao longo de 2007 a 2012, o que refletirá em dificuldades no futuro no que concerne à sustentabilidade fiscal do Estado caso se mantenha a tendência de baixo incremento da receita do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Gráfico 5 – Resultado Primário Ajustado x Resultado Primário (% do PIB do Estado de Alagoas) – 2007 a 2012



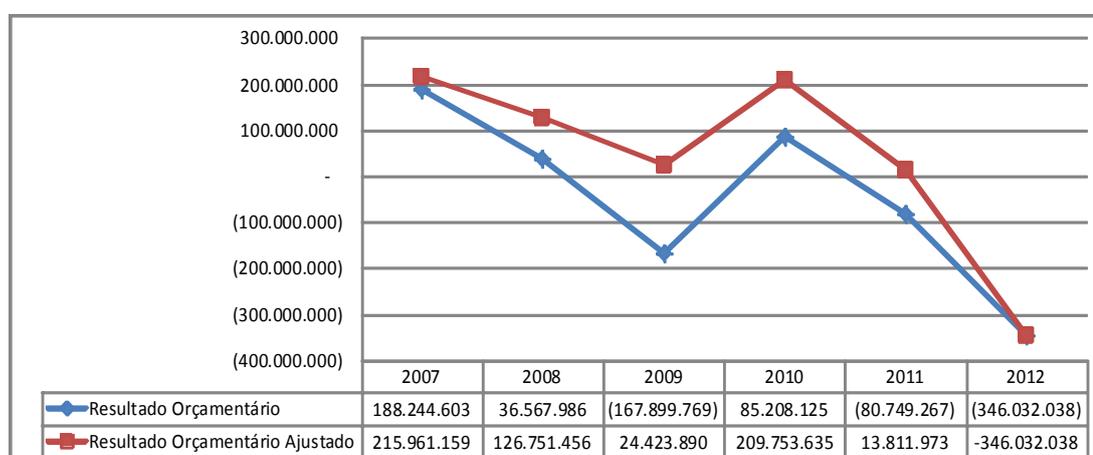
Fonte : Balanço Geral do Estado de Alagoas, IBGE, SEPLANDE e Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Outro tipo de análise pode ser feita no conceito formulado pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (GGFE) denominado de Resultado Orçamentário Ajustado (ROA), o qual consiste na diferença entre o Resultado Orçamentário

Obtido menos o cancelamento dos Restos a Pagar Processados e os Não Processados no exercício seguinte.

A análise sob a ótica do Resultado Orçamentário e do Resultado Orçamentário Ajustado também é fundamental para demonstrar o impacto do serviço da dívida em relação ao equilíbrio das contas públicas. Assim, o Gráfico 6 demonstra que os Resultados Orçamentários Ajustados obtidos mostra o peso do serviço da dívida, entretanto a operacionalização da gestão dos Restos a Pagar Processados e principalmente os Não Processados resultaram em Resultados Orçamentários Ajustados expressivos.

Gráfico 6 – Resultados Orçamentários Ajustados x Resultados Orçamentários do Estado de Alagoas – 2007 a 2012

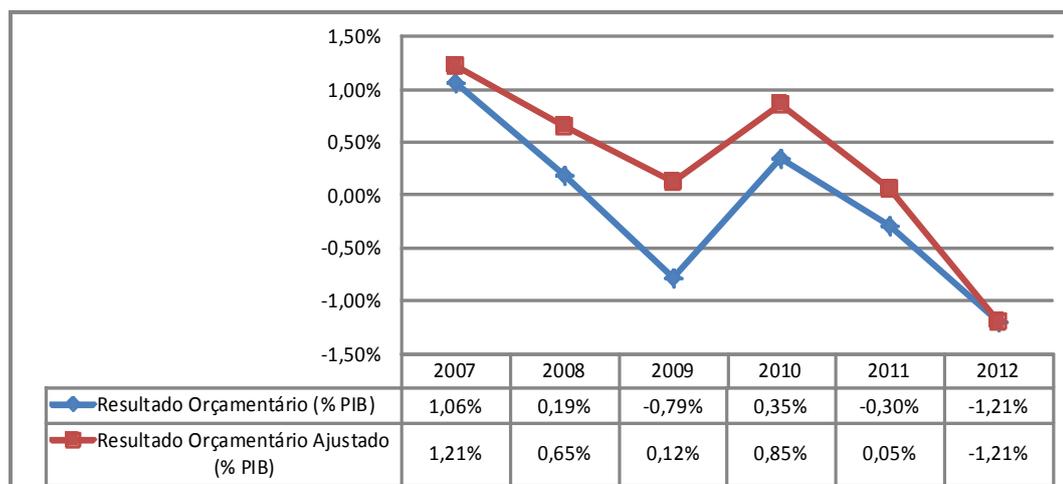


Fonte : Balanço Geral do Estado de Alagoas

O Gráfico 7 mostra a importância do impacto dos Resultados Orçamentários Estruturais ,ao longo do período de 2007 a 2012, para o equilíbrio das finanças públicas.

Salienta-se, ainda, que o déficit orçamentário em 2009 foi ampliado em face da amortização da dívida do Estado do Paraná no montante de R\$ 106 milhões.

Gráfico 7 – Resultados Orçamentários Ajustados e Resultados Orçamentários do Estado de Alagoas - 2007 a 2012 (% do PIB)



Fonte : Balanço Geral do Estado de Alagoas, IBGE, SEPLANDE e Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Por outro lado, evidencia o modelo de esgotamento do aumento da receita do ICMS sem FECOEP e do FPE em percentual do PIB em face que em 2007 correspondiam a 7,70% do PIB e a 9,26% do PIB e passaram para 8,10% do PIB e 8,68% do PIB em 2012, respectivamente. Observa-se, ainda, que o FPE correspondeu a 10,03% do PIB em 2008.

A política de expansão de renda no que tange a obtenção dos recursos do Programa da Bolsa Família e da Previdência Social contribuiu para o incremento da arrecadação do ICMS. A título de comparação em 2007 o montante das transferências da Previdência Social foi de R\$ 1,906 bilhão e do Programa da Bolsa Família de R\$ 289 milhões e em 2012 totalizaram R\$ 3,991 bilhões e de R\$ 684,5 milhões, respectivamente. Assim, como a política do governo federal é continuar aumentando o valor do salário mínimo refletirá no incremento da arrecadação do segmento de Alimentos em percentual do PIB ao longo do período de 2013 a 2016. Neste contexto, o modelo conhecido como renda sem produção impede um crescimento mais significativo da arrecadação do ICMS.

No tocante a queda do FPE se deve a grave crise mundial<sup>8</sup> de 2008 e os seus efeitos de 2009 a 2012. Nesse contexto, a redução da atividade econômica

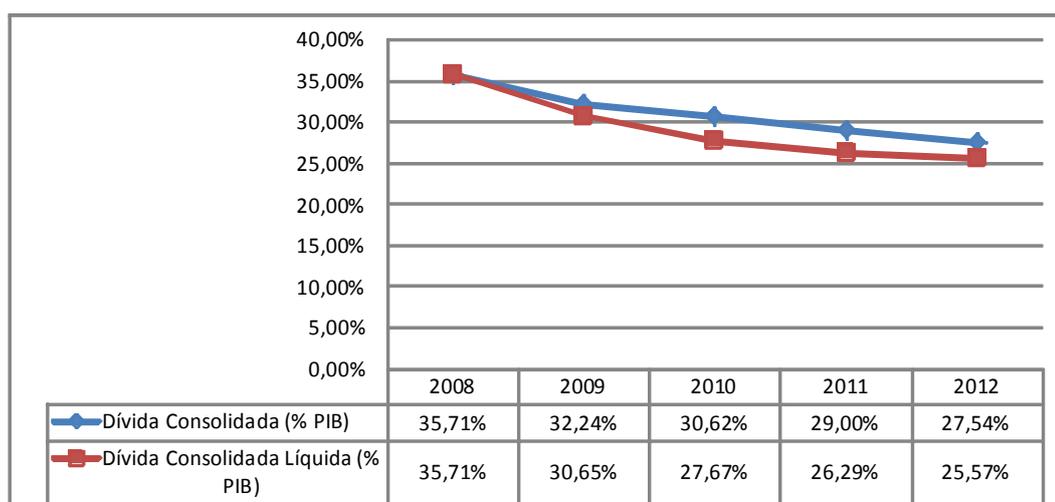
<sup>8</sup>O cenário de crise financeira internacional, originada nos países desenvolvidos, e o qual teve efeitos econômicos disseminados a partir de setembro de 2008 (após a falência do banco de investimentos Lehman-Brothers), quando houve forte deterioração dos indicadores de confiança, elevando a aversão ao risco e maior procura por ativos considerados mais seguros (como títulos do tesouro americano), em detrimento do investimento em carteira nos mercados emergentes, o que resultou na restrição do crédito externo, atingindo, dessa forma, a atividade econômica dos países emergentes e, principalmente, na destruição de riqueza de US\$ 30 trilhões de dólares no mundo. De fato, a crise financeira nos países desenvolvidos foi reflexo da financeirização da moradia e que resultou na crise hipotecária, ou seja, a transformação da política social de moradia em política mercantil e hipotecária. Fonte: TORRES, Wagner. A Economia Política do Governo Dilma e os limites do crescimento econômico. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfhOUAB/a-politica-economica-governo-dilma-os-limites-crescimento-versao-9-0>

implicou num reflexo significativo nas contas públicas do Estado de Alagoas no que se refere ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) em 2008 em valores nominais foi de R\$ 1,953 bilhão (10,03% do PIB) e passou para R\$ 2,577 bilhões (8,68% do PIB) em 2012.

Assim, o superávit primário obtido pelo Estado de Alagoas, em 2012, o qual foi inferior a meta reprogramada em 38,4% em face que foi obtido R\$ 338,7 milhões enquanto esta era de R\$ 550,6 milhões conforme Lei nº 7.405 de 23 de agosto de 2012. Ressalta-se conforme já salientado, em 2012, o governo priorizou a política de investimento em infraestrutura no montante de R\$ 556,8 milhões, sendo que R\$ 270,7 milhões inscritos em Restos a Pagar Processados e não Processados em 2012.

Os Resultados Primários Ajustados vem contribuindo para a sustentabilidade da dívida pública consolidada como proporção do PIB em face que em 2008 representava R\$ 6,955 bilhões (35,71% do PIB) e em 2012 passou de R\$ 8,178 bilhões (27,54% do PIB). E no tocante a dívida consolidada líquida em 2008 era de R\$ 6,955 bilhões (35,71% do PIB) e em 2012 foi de R\$ 7,593 bilhões (25,57% do PIB).

Gráfico 8 - Dívida Consolidada x Dívida Consolidada Líquida (% do PIB) do Estado de Alagoas – 2008 a 2012



Fonte : Balanço Geral do Estado de Alagoas, IBGE, SEPLANDE e Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

As perspectivas para 2013 para o crescimento real do PIB do Brasil foi baseado na capacidade do PIB potencial estimado em 3,03% conforme Boletim Focus<sup>9</sup>. Para o Estado de Alagoas foi observada uma taxa de crescimento real do PIB maior do que a estimada para o crescimento do Brasil conforme as projeções preliminares da Superintendência da Produção da Informação e do Conhecimento da Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE) e que é fundamentada na metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>9</sup> Fonte : Boletim Focus 15 de março de 2013

Assim, a expectativa de crescimento real da economia alagoana em 2012, segundo a SEPLANDE levando em conta os setores da agropecuária, indústria e serviços, foi de 4,4%. Esse número torna a estimativa do PIB alagoano a maior do Nordeste, entre os Estados que adotam a metodologia, são eles: Bahia, Ceará e Pernambuco, que no acumulado do ano passado cresceram 3,1%, 3,6% e 2,3%, respectivamente.

Assim, a participação do PIB do Estado de Alagoas, a qual correspondeu a 0,6518% do PIB do Brasil para os exercícios de 2010 e 2011 passou para 0,6744% em 2012.

Neste contexto, para a elaboração da LDO 2014 a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (GGFE) projeta que o PIB do Estado de Alagoas crescerá em termos reais 4% para 2013 e 4,5% para os exercícios de 2014 a 2016 em função da ampliação da capacidade de investimentos em face das novas operações de crédito.

A projeção de um incremento real do PIB do Estado de Alagoas maior do que o Brasil é reflexo do impacto das operações de crédito no montante de R\$ 1,566 bilhão para o período de 2013 a 2016. Ressalta-se, que para a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (GGFE) continuará sendo mantido o limite estrutural para o crescimento econômico do Estado de Alagoas no que tange a ausência de mecanismos de indutor do desenvolvimento econômico social (reduzida capacidade de investimento do Estado) e principalmente a alta perda de transferência líquida de capital.

Mesmo com o incremento da participação do PIB do Estado em relação ao PIB do Brasil avalia-se que ainda será mantida a dependência estrutural do Estado de Alagoas em relação ao Governo Central. Assim, a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística destaca-se como essencial uma análise sobre o comportamento do crescimento do PIB do Brasil.

O objetivo desta análise é demonstrar que o modelo neoliberal implementado no Brasil na década de 90, o qual se baseou na liberalização financeira resultou em grandes diferenciais de taxa de juros reais refletiu em grandes fluxos de capital. Assim, para manter as taxas de juros domésticas a níveis desejados exigiu uma grande esterilização pelo Banco Central através da emissão de quantidades substanciais de dívida interna impactando no crescimento do PIB em função do incremento do passivo externo acumulado.

A estimativa de crescimento do PIB do Brasil em 3% a.a em 2013 se fundamenta pela convergência da expansão para taxas mais próximas do PIB potencial, bem como as salientadas armadilhas do crescimento (abertura econômica e financeira). Ressalta-se, ainda, que o setor de serviços, o qual corresponde a 67% do PIB do Brasil e é muito intensivo em mão de obra tem um grande obstáculo para manter o seu crescimento e, portanto, poderá impactar significativamente o PIB potencial, na medida em que dependerá inexoravelmente do aumento da produtividade, entretanto este segmento se caracteriza por remunerar com baixos salários aliada a uma reduzida qualificação da mão de obra.

Do lado da demanda, o consumo continuará se destacando como principal indutor do crescimento da economia, entretanto poderá não crescer como nos exercícios anteriores em face do atual nível de relação crédito / PIB ao redor de 50% em 2012, bem como o arrefecimento da concessão dos empréstimos feitos pelos bancos em face do atual nível de inadimplência principalmente no segmento de automóveis.

Do lado da oferta, projeta-se um crescimento de 2% do PIB da atividade industrial em 2013 em função da sua reduzida competitividade em face do custo Brasil (carga tributária elevada, logística ineficiente, excesso de burocracia). Considerando, ainda, que a PLDO do Governo Central sinaliza uma política cambial no que se refere a permitir que o dólar seja mantido ao redor de R\$ 2,00 em 2013 e alcançando R\$ 2,06 em 2014 no sentido de não resultar impactos sobre a eleição presidencial em 2014.

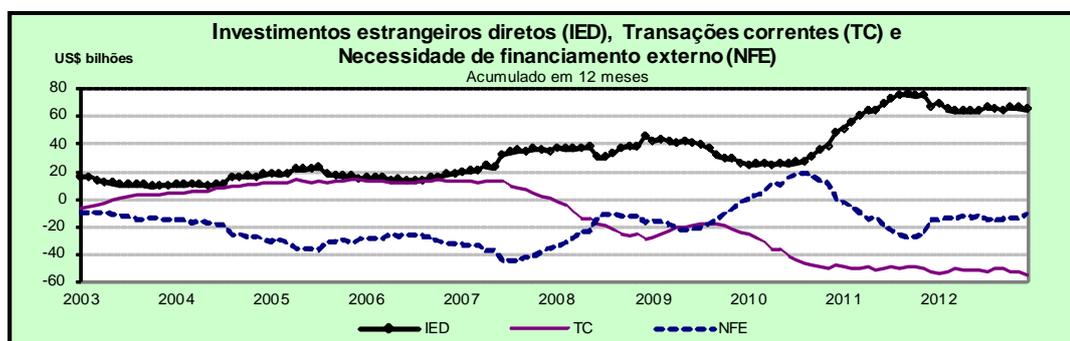
No que se refere à atuação da política monetária tornou-se menos restritiva desde outubro de 2011, refletindo em uma redução da taxa de juro básica da economia, entretanto não se refletiu na maturação de investimentos para ampliar a capacidade instalada, resultando em um baixo crescimento do PIB em 2012. Como a trajetória da inflação está acima da meta o Banco Central para readquirir a confiança do mercado iniciou o ciclo de aumento da taxa Selic em abril de 2013, e, portanto, conforme projeção do Boletim Focus<sup>10</sup>, esta deverá alcançar 8,25% ao fim do exercício de 2013 podendo comprometer o crescimento econômico.

No que se referem às contas externas, as transações correntes apresentaram déficit de US\$ 54,246 bilhões (2,40% do PIB) em 2012 contrastando com os US\$ 52,473 bilhões ( 2,12% do PIB) em 2011, aumento de 3,4%. O saldo negativo em transações correntes em 2011 e 2012, contudo, foi financiado pelo recorde no ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos (IED) de US\$ 66,660 bilhões (2,69% do PIB) e de US\$ 65,272 bilhões (2,88% do PIB), respectivamente. A maior expansão econômica brasileira vis-à-vis o crescimento mundial explica, em parte, tanto o crescimento do déficit em conta corrente correlacionando ao aumento do IED.

---

<sup>10</sup> Fonte : Boletim Focus 26 de abril de 2013.

Gráfico 9 – Brasil Investimentos estrangeiros diretos (IED), Transações correntes (TC) e Necessidade de financiamento externo (NFE) – 2003 a 2012 (US\$ bilhões)



Fonte : Banco Central do Brasil

O Gráfico 10 evidencia um dos problemas estruturais da economia brasileira no período de 2003 a 2012 em face que os resultados muito favoráveis na balança comercial no período de 2005 a 2007 foi se deteriorando ao longo do tempo em face da rigidez do incremento do volume de importação no segmento de produto industrializado de 2008 a 2012. Por outro lado, observou o incremento de serviço e rendas refletindo na ampliação do déficit de transações correntes, configurando assim o aumento da vulnerabilidade externa do país reflexo do longo período de apreciação do real aliado ao incremento do passivo externo acumulado.

A conta de transações correntes é composta da Balança comercial<sup>11</sup>, da Balança de rendimentos<sup>12</sup> e da Balança de transferências<sup>13</sup>. Assim sendo, o saldo do déficit de transações correntes de 2003 a 2012 correspondeu a US\$ 161,5 bilhões, considerando apenas o período de 2007 a 2012 foi de US\$ 204,9 bilhões. Neste contexto, realizando uma análise desagregada no que tange ao déficit de serviço de rendas de 2003 a 2012 correspondeu a US\$ 504,9 bilhões e de 2007 a 2012 foi de US\$ 384,8 bilhões refletindo uma rigidez do serviço de rendas.

Por outro lado, a conta de serviços e rendas responde parcialmente à mudança cambial pós 1999, quando registrou breve recuo. No entanto, depois de curto interregno, o seu déficit cresceu substancialmente, de cerca de US\$ 25 bilhões em 1997 e atingiu o ápice no montante de US\$ 85,3 bilhões em 2011. As remessas de lucros e dividendos ao exterior, assim como o pagamento de juros sobre a dívida externa foram os fatores preponderantes para esse desempenho.

Por outro lado, os ingressos de fluxos de capitais foram determinantes

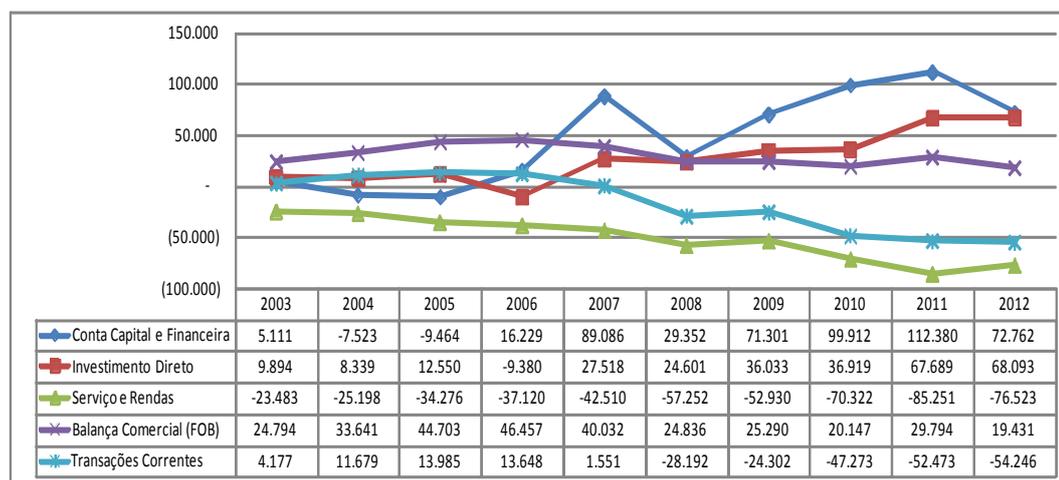
<sup>11</sup> Balança comercial : regista as exportações e as importações de mercadorias e serviços.

<sup>12</sup> Balança de rendimentos: agrega as transações que correspondem a rendimentos decorrentes de ativos que residentes possuem no exterior e de estrangeiros no território nacional;

<sup>13</sup> Balança de transferências : regista as transferências unilaterais, ou seja, aquelas que não correspondem a rendimentos dos fatores de produção ou destinam-se a pagamentos.

para o superávit nas contas de capital e financeira de US\$ 112,4 bilhões em 2011, entretanto em face da redução da taxa Selic diminuiu consideravelmente a entrada do capital financeiro, refletindo na redução do superávit para US\$ 72,8 bilhões em 2012 (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Brasil Saldo da Conta Capital e Financeira, de Transações Correntes, Saldo da Balança Comercial e Investimentos Diretos Estrangeiros - 2003 a 2012 (US\$ 1.000.000)

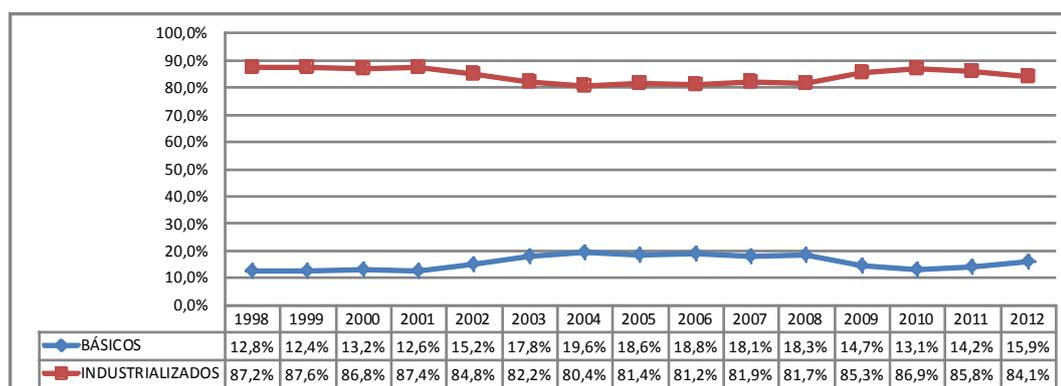


Fonte : Banco Central do Brasil

O crescimento econômico gerou maior demanda por bens e serviços, nacionais e importados, elevando as importações de bens e os gastos com viagens internacionais em face da apreciação do real no período de 2005 a 2011. Salienta-se, ainda, a importância desta para diminuir as pressões inflacionárias até 2011. Neste contexto, avalia-se, ainda, a rigidez do volume de importação no segmento de produto industrializado conforme demonstra o Gráfico 11.

Ressalta-se que a indústria já representou 25% do PIB e em 2012 reduziu para apenas 15%, ou seja, a ausência de competitividade da indústria em função que o consumo doméstico atendido cada vez mais por importações (22,3%), bem como as exportações as quais se reprimarizaram (produtos primários representam 70% das exportações).

Gráfico 11 – Participação dos segmentos Básicos e Industrializados na pauta das Importações 1998 a 2012



Fonte : Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior

Adicionalmente, evidenciou-se maior remessa de lucros e dividendos em decorrência da maior rentabilidade das empresas multinacionais instaladas no País. Por outro lado, a ineficácia da política monetária dos países desenvolvidos no que tange à redução da taxa de juros em um contexto próximo de zero sem refletir no incremento da demanda resultou na tomada de decisão destes países de implementar a política de afrouxamento quantitativo<sup>14</sup> despejando um montante de US\$ 2,2 trilhões e um € 1 trilhão no período de 2008 a 2012, caracterizando uma guerra cambial forçando o Banco Central do Brasil adotar uma política cambial suja no sentido de impedir uma alta valorização do real, entretanto o dólar se manteve em torno de R\$ 1,70 de 2009 a 2011, o que resultou no crescimento da importação de produto industrializado. A título de comparação o total de importação foi de US\$ 120,6 bilhões e passou para US\$ 223,5 bilhões em 2012.

Observou-se um elevado estoque de reservas internacionais, na medida em que em 2008 era de US\$ 193,7 bilhões e passou para US\$ 373,2 bilhões em 2012, entretanto no que concerne a Dívida Externa Bruta em 2008 era de US\$ 262,9 bilhões e se elevou para US\$ 428,4 bilhões em setembro de 2012.

Analisando sob duas óticas, sendo a primeira o acréscimo das reservas internacionais, o qual reduz a vulnerabilidade cambial, diminui as incertezas dos agentes residentes e não-residentes em relação à conversibilidade de seus investimentos no país em divisas internacionais, e atenua dúvidas quanto à possibilidade de inadimplência dos compromissos externos da nação. E, portanto, diminui o risco de fuga de capitais do país, reduzindo a possibilidade de uma interrupção súbita dos fluxos de capitais e de um déficit em conta corrente no balanço de pagamentos.

Por outro lado, reflete um grande custo fiscal do Tesouro ao redor de R\$ 50 bilhões ao ano para manutenção destas reservas em face do prejuízo do diferencial de rentabilidade das reservas e o custo da dívida interna. O incremento das reservas internacionais foi resultado da compra de dólares no período de 2008 a 2012. Portanto, obrigou o BC a vender títulos da dívida interna para evitar que o aumento da base monetária refletisse no incremento da inflação. Paralelamente, o

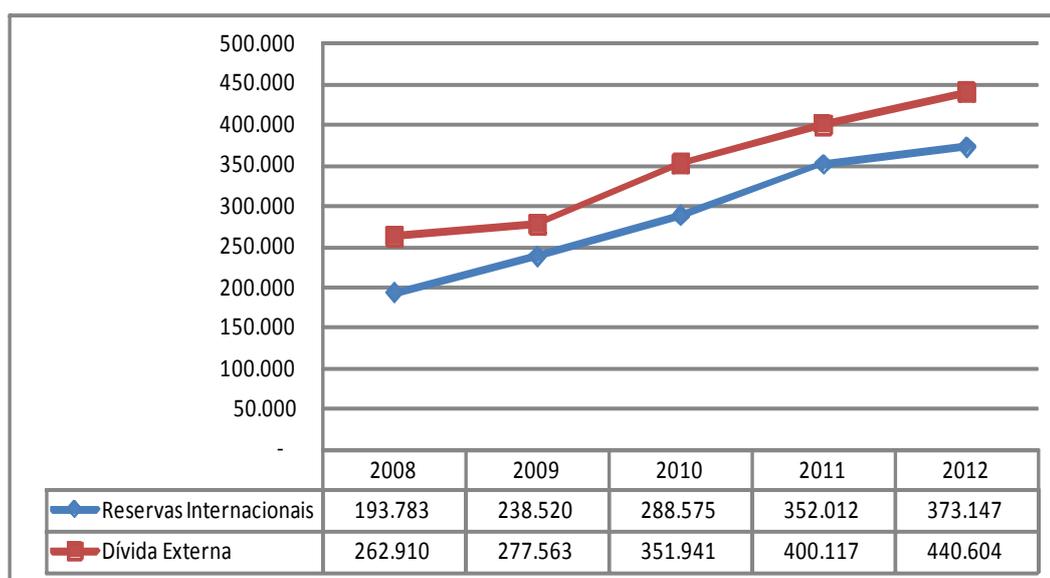
<sup>14</sup> É uma atitude que os bancos centrais podem tomar para tentar aumentar a liquidez na economia no que tange ao banco central comprar ativos dos bancos e entregar dinheiro.

BC aplicou as reservas em títulos da dívida norte-americana que, com a crise das hipotecas, renderam cada vez menos. A diferença entre a taxa de aplicação e o custo da dívida interna foi da ordem de 6%, devendo acrescentar-se, à diferença de taxas, os efeitos da valorização cambial.

Para cobrir o déficit, o governo precisou de financiamento externo e para não permitir ainda maior apreciação do real o Banco Central aumentou consideravelmente as reservas internacionais e inter-relacionando as taxas de juros internas com as externas as quais remuneram as alusivas reservas resultou em um custo fiscal superior conforme já salientado mais de R\$ 50 bilhões ao ano. Logo, esses mecanismos correlacionados são considerados como um obstáculo a sustentabilidade do crescimento econômico para o período de 2013 a 2016.

Além disso, os desequilíbrios da conta corrente estão sendo financiados com entrada de capitais na forma de investimento externo e de capitais especulativos, sendo que estes aproveitaram o diferencial da taxa real de juros brasileiros em relação à taxa mundial. Com relação àqueles o impacto é refletido no incremento de serviço de rendas no tocante a pagamentos crescentes de lucros e dividendos.

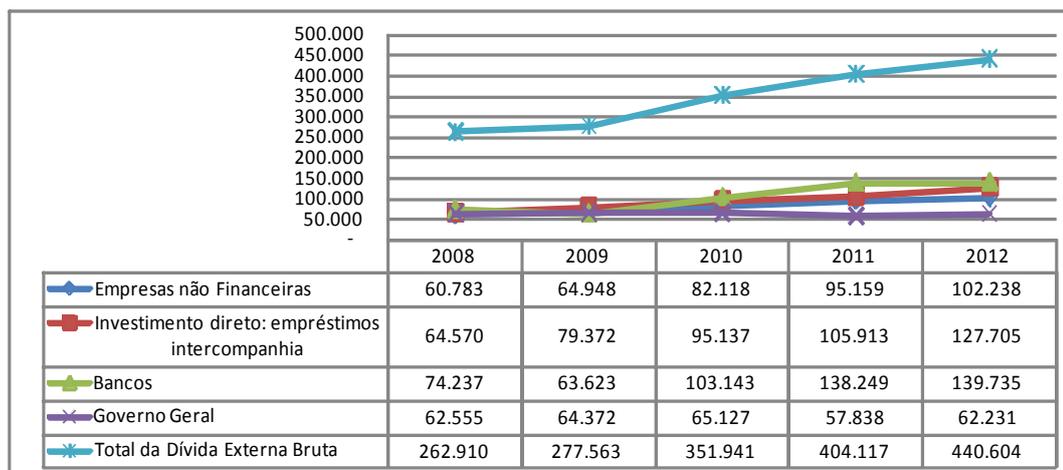
Gráfico 12 – Reservas Internacionais do Brasil e Dívida Externa Bruta 2008 a 2012 (US\$ milhões)



Fonte : Banco Central do Brasil

O Gráfico 13 mostra a composição da Dívida Externa de forma desagregada e se observa como um dos fatores para o baixo crescimento do FPE em 2012 em face que da apreciação do dólar que em 2008 a taxa média foi de R\$ 1,70 e passou para R\$ 2,00 em setembro de 2012 refletindo no incremento do serviço da dívida.

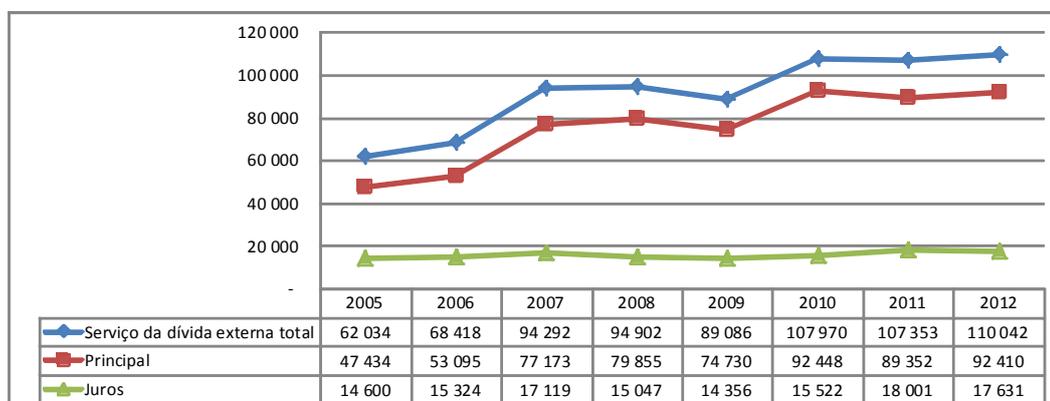
Gráfico 13 – Análise Desagregada da Dívida Externa do Brasil – 2008 a 2012 (US milhões)



Fonte : Banco Central do Brasil

O Gráfico 14 demonstra a evolução do serviço da dívida externa ao longo do período de 2005 a 2012, sendo um dos fatores para o baixo incremento do PIB e para redução do FPE em face do impacto sobre a redução dos lucros das empresas, bem como a depreciação do real de 2011 para 2012.

Gráfico 14 – Serviço da Dívida Externa do Brasil – 2005 a 2012 (US\$ milhões)



Fonte : Banco Central

O resultado do balanço de transações correntes do primeiro trimestre de 2013, que atingiu 4,31% do PIB, contra 2,41% ante o período de 2012 sinaliza o risco para o mercado da necessidade de um ajuste no câmbio em face da necessidade persistente do aumento do déficit em transações correntes. Ressalta-se que a balança comercial revelou redução de US\$ 7,6 bilhões em face dos registros das importações da Petrobras de 2012 e que teve efeitos em 2013.

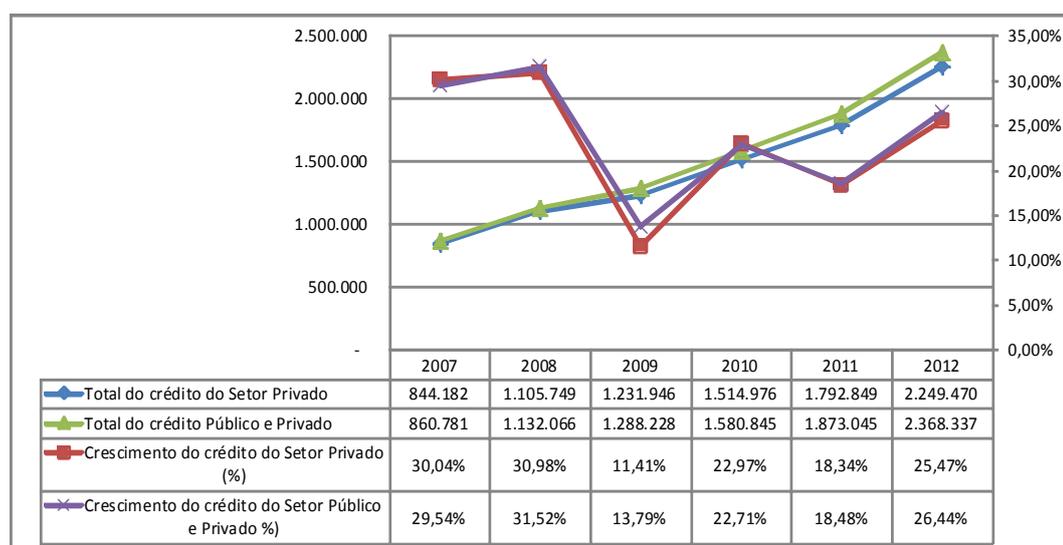
Considerando, o exercício de 2013, no que tange a queda da cotação da soja e do minério de ferro e a rigidez do déficit de serviço de rendas aliada a importação crescente de produtos industrializados refletiu em um saldo negativo acumulado em 12 meses e que passou do equivalente a 2,7% do PIB registrado em fevereiro, para 2,9%, em março. Assim, no primeiro trimestre o déficit das contas externas chegou a R\$ 24,9 bilhões de dólares, o dobro do registrado no

mesmo período do ano passado. Portanto, a expectativa do Banco Central é um saldo negativo de 67 bilhões no ano ante 54,2 bilhões em 2012.

No que concernem às perspectivas para 2013 estas são baseadas em uma estimativa do crescimento do PIB de 3,0% conforme já salientado pelo Boletim Focus em face de um cenário de moderada recuperação da econômica mundial e do baixo dinamismo do setor industrial em função de persistirem as condições desfavoráveis que oneram o custo de produção, dando a impressão de que se está gastando mais para produzir menos. Além disso, o crescimento do consumo, o qual foi um dos fatores que impactaram no crescimento do PIB em 2012 poderá não manter o mesmo desempenho em face do alto comprometimento da renda com o pagamento do serviço da dívida. A título de comparação o total de crédito do setor público e privado em 2007 era de R\$ 860,8 bilhões (32,34% do PIB) e passou para R\$ 2,368 trilhões (53,78% do PIB) em 2012. Considerando apenas o setor privado o montante era de R\$ 844,2 (32,34% do PIB) em 2007 e passou para R\$ 2,249 trilhões (51,08% do PIB). Assim, evidenciou-se a ampliação do endividamento público a título de exemplificação em 2007 este era de R\$ 16,6 bilhões e passou para R\$ 118,9 bilhões em 2012.

Assim, dentro de uma lógica mais ampla, a espiral crédito-preços ou endividamento-preços, cuja operação reiterada alimentou um processo de valorização dos imóveis novos ou usados e agora em 2013 poderá apresentar uma tendência de baixo crescimento. Salienta-se, ainda, que ao final de dezembro de 2007 o crédito imobiliário correspondia a R\$ 50 bilhões de reais (1,72% do PIB) e em 2012 alcançou R\$ 298,3 bilhões (6,78% do PIB).

Gráfico 15 – Total do Crédito do Setor Público e Privado (R\$ milhões) e em % do PIB – 2007 a 2012



Fonte: Banco Central do Brasil

A contextualização da probabilidade do modelo de esgotamento baseado no incremento do consumo se evidencia quando se analisa que o saldo total dos empréstimos do sistema financeiro no Brasil correspondia a R\$ 936 bilhões em

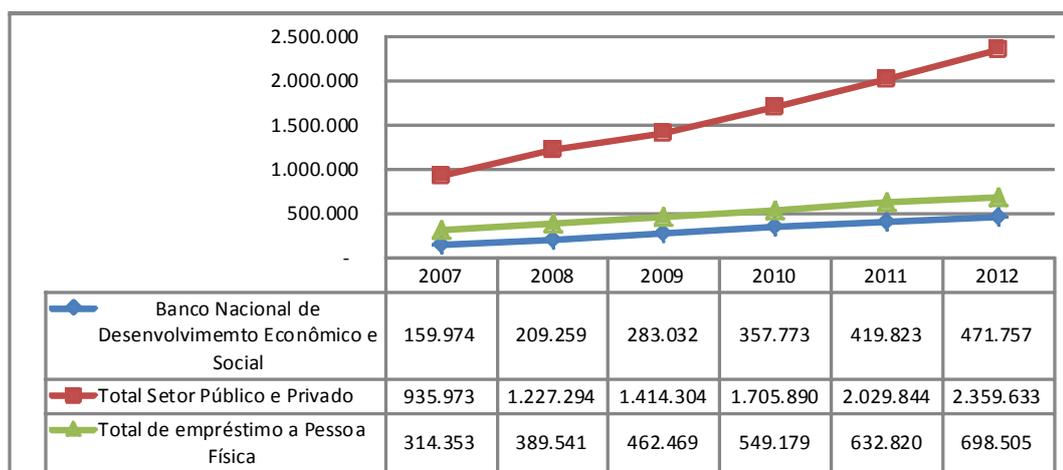
dezembro de 2007 (35,17% do PIB) e atingiu R\$ 2,368 trilhões (53,79% do PIB) em dezembro de 2012.

Observa-se, também, que ,em 2007, o saldo dos empréstimos (recursos livres) para pessoas físicas – crédito para consumo em dezembro de 2007 era de R\$ 314,4 bilhões (11,81% do PIB) e passou para R\$ 708,9 (16,10% do PIB) em dezembro de 2012, refletindo em um crescimento de 10,49% deste segmento de crédito em relação a 2011.

Além disso, a utilização do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES) como instrumento anticíclico de política fiscal. A título de comparação evidenciou-se a ampliação dos desembolsos em face que o total das operações de crédito do BNDES era de R\$ 159,8 bilhões em dezembro de 2007 e passou para R\$ 471,8 bilhões em dezembro de 2012.

Ressalta-se, a preocupação em face de que esta ampliação do volume de financiamento do BNDES foi feita através do endividamento do Tesouro Nacional. Além disso, estas operações de crédito ao BNDES aumentaram ainda mais o custo fiscal do Tesouro em face dos subsídios subvencionados.

Gráfico 16 – Total das Operações de Crédito do Sistema Financeiro do Setor Público e Privado (R\$ milhões) – 2007 a 2012



Fonte : Banco Central do Brasil

Nesse contexto, evidenciou que alguns bancos privados retraíram o volume de expansão de crédito e que este só cresceu 16,4% no ano passado por causa da forte expansão dos bancos públicos. Estes ampliaram as carteiras em 27,8% enquanto os privados de capital nacional mal acompanharam a inflação, com 6,7%; e os estrangeiros ficaram em 9,4%. A título de comparação os empréstimos dos bancos públicos correspondiam a R\$ 887,2 bilhões (21,41% do PIB) em 2011 e passou para R\$ 1,134 trilhão (25,77% do PIB) em 2012.

Observou-se que os bancos públicos aumentaram a expansão do crédito em face da decisão do governo, com o objetivo de não só irrigar o mercado, mas também de reduzir os juros cobrados de modo a repassar para o tomador os

benefícios da diminuição dos custos de captação propiciados pelo corte da taxa básica, o que as instituições privadas vinham relutando em fazer.

Outro problema sério para o crédito é a resistência da inflação, a qual pressiona os custos de captação dos bancos. A expectativa de que o Banco Central eleva o juro básico para conter a inflação até o fim de 2013 para 8,25% influenciou o mercado futuro e as taxas de captação e, portanto, os bancos também puxaram os juros do crédito para as pessoas físicas.

A fraca e desigual reação da economia e a elevação dos juros reacendem a preocupação com a inadimplência, que é outro fator inibidor e encarecedor do crédito. A inadimplência e o endividamento das famílias caíram nos últimos meses, mas ainda são considerados elevados pelos bancos. A inadimplência total de carteira de crédito de pessoa física estava em 3,25% em março de 2013, não muito distante dos 3,8% de junho de 2012. No caso das pessoas físicas, a queda foi sensível, revertendo tendência de alta do início de 2011 e recuando de 5,9% em junho de 2012 para 5,4% em março de 2013, último dado disponível.

No que se refere ao endividamento das famílias vem crescendo nos últimos meses, passando de 43,2% em junho de 2012 para 43,8 % em fevereiro de 2013, como resultado da expansão do estoque do crédito em ritmo superior ao da renda disponível das famílias ante a janeiro de 2005 era de 18,39%. Já o comprometimento da renda das famílias com o serviço da dívida vem diminuindo nos últimos meses, de 21,5% em junho de 2012 e reduziu para 20,09% em fevereiro de 2013. Em janeiro de 2005 era de 1511%. Neste contexto, a ampliação do endividamento contribuiu para o baixo desempenho da receita do FPE em 2012 e para a queda verificada no primeiro quadrimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012.

No que se referem aos Indicadores de Condições de Crédito, construídos pelo Banco Central com base em consulta trimestral realizada junto a instituições representativas de cada segmento do mercado de crédito, evidenciam, para o primeiro trimestre de 2013, em comparação ao último de 2012, moderação no ritmo de aprovação de concessões para pessoas jurídicas, o que, em parte, explica-se por fatores sazonais. Em relação ao crédito às pessoas físicas, a análise sugere cenário de crescimento tanto no segmento voltado ao consumo como no habitacional, impulsionado pela demanda.

As previsões do crédito para este ano já não eram exatamente animadoras e agora podem ser revistas para baixo em face do aumento da taxa Selic em abril de 2013. O próprio Banco Central (BC) tem uma expectativa de que o crédito vá crescer 14%, o que significa uma diminuição da oferta em comparação com o aumento de 16,4% registrado em 2012 e os 18,8% de 2011. Se a previsão se confirmar, será o menor crescimento desde 2003, ano que marcou o início de uma escalada em que o saldo das operações dobrou em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) para os atuais 54%.

Esse quadro do desempenho do crédito neste ano é reflexo da reduzida margem de flexibilidade do governo para induzir o mercado pela atuação dos bancos públicos. Estes estão muito alavancados depois do forte crescimento do

ano passado e precisariam de mais capital para crescer. Além disso, com a inflação ultrapassando o teto da meta e os juros em forte escalada ante ao cenário inverso de 2012, quando a trajetória das taxas de juros era de baixa. As medidas macroprudenciais no que tange ao baixo incremento do crédito tenderá a favorecer ao combate à inflação, mas certamente provavelmente não vai contribuir para recuperação da economia.

Ressalta-se que os estímulos adicionais ao consumo não impactaram em resultados significativos ao dinamismo à economia doméstica em 2012 em função da apreciação do câmbio atual e da defasagem da infraestrutura, as quais afetam a competitividade da indústria nacional favorecendo a importação. Além disso, evidencia a preocupação com a qualidade do crescimento, pois apesar do aumento da demanda, bens comercializáveis têm sido substituídos por importados, o que provocou a estagnação da produção industrial. No caso do setor de serviços, em que não há essa possibilidade, o crescimento é menos volátil e contribuiu para sustentar o produto pela ótica da oferta.

No que concerne à análise da política fiscal expansionista do governo Central e das unidades subnacionais (Estados e Municípios) foi consubstanciada através do incremento dos gastos principalmente o aumento real da despesa de pessoal e dos gastos de custeio refletindo em uma rigidez destes gastos e dificultando uma gestão fiscal eficiente no sentido de aumentar a capacidade de realização de investimentos.

Neste contexto, em um modelo de esgotamento da carga tributária em % do PIB e tendo a necessidade de reativar a economia o governo federal concedeu renúncias fiscais para os segmentos automobilístico e da linha branca aliado a um modelo de vinculação da receita a despesa, o qual estimulou as despesas correntes refletindo em um superávit primário consolidado de R\$ 104,951 bilhões em 2012 (2,38% do PIB, R\$ 34,8 bilhões a menos da meta do ano, estabelecida em R\$ 139,8 bilhões pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e inferior aos R\$ 128,7 bilhões de 2011. Além disso, o governo se utilizou das prerrogativas desta Lei no que concerne à dedução da meta até R\$ 40,6 bilhões investidos no PAC, desde que efetivamente realizados. Assim, o governo abateu R\$ 39,3 bilhões do montante realmente investidos no PAC, bem como sacou R\$ 12,4 bilhões do Fundo Soberano Brasileiro e R\$ 7,6 bilhões em dividendos de estatais foram antecipados apenas em dezembro, totalizando R\$ 28 bilhões no ano, para fechar as contas.

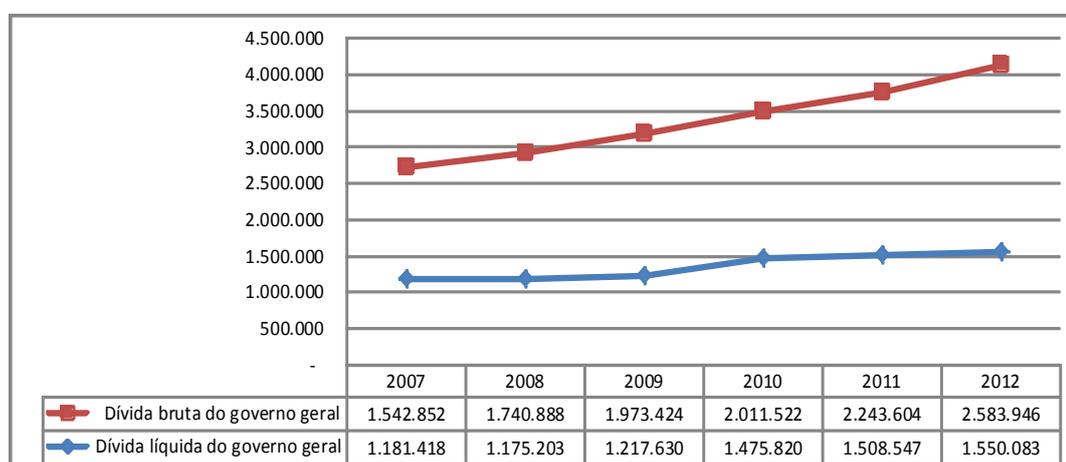
Considerando o superávit primário real sem os ajustes contábeis o governo central fechou o ano com superávit fiscal de R\$ 86,086 bilhões (1,94% do PIB), distante da meta de R\$ 97 bilhões. Os Estados e municípios cumpriram cerca de metade da meta, com R\$ 21,511 bilhões (0,49% do PIB); e as estatais apresentaram déficit de R\$ 2,645 bilhões (0,06% do PIB).

No tocante a relação dívida bruta verifica-se que a dívida bruta correspondia a R\$ 1,543 trilhão (57,97% do PIB) em 2007 e passou para R\$ 2,584 trilhões (58,56% do PIB) em 2012. Esse incremento foi resultado da decisão do governo de emitir títulos do Tesouro com volume total de R\$ 311,8 bilhões para financiar os empréstimos ao BNDES ao longo do período e do custo da política monetária.

A dívida bruta não segue, de fato, a mesma trajetória que a dívida líquida em função da agressiva política de acumulação de reservas, refletindo no distanciamento do passivo líquido em relação ao bruto. Isso porque, ao incrementar os ativos em mãos do Estado, as reservas foram construídas via emissão de títulos internos para financiar a compra de dólares. Assim sendo, a dívida foi reflexo do aumento das reservas, bem como para financiar repasses ao (BNDES), sendo estes contabilizados como endividamento bruto, mas, ao mesmo tempo funciona como ativo do Estado, reduzindo, portanto a dívida líquida.

Nesse contexto, demonstra que a dívida bruta cresceu em % do PIB, sendo assim mais um obstáculo ao crescimento do PIB para os exercícios posteriores e principalmente reduzindo a possibilidade do governo de estabelecer política fiscal anticíclica via financiamento de recursos ao BNDES para estimular o investimento.

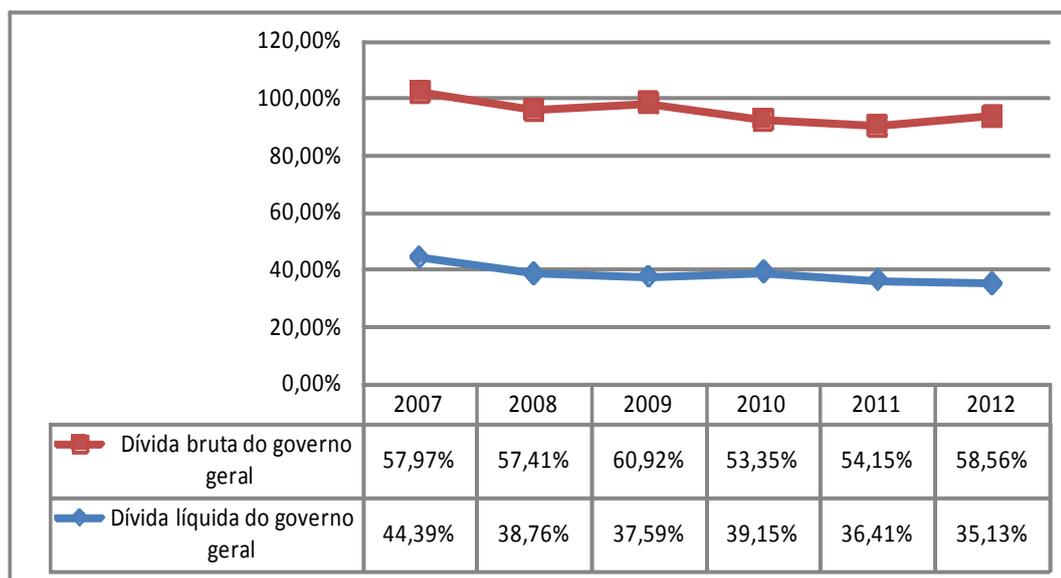
Gráfico 17 – Dívida Bruta x Dívida Líquida do Governo Geral 2007 a 2012 (Valores nominais em R\$ milhões)



Fonte : Banco Central do Brasil

O Gráfico 18 demonstra um incremento da dívida bruta em percentual do PIB em face que em 2011 correspondia a 54,15% do PIB e passou para 58,56% do PIB em 2012, reflexos da geração dos déficits nominais e dos incrementos dos financiamentos ao BNDES.

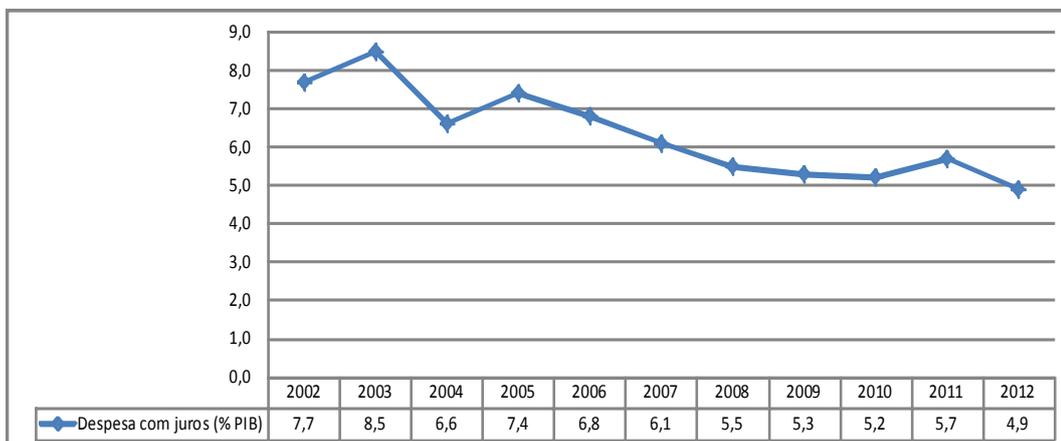
Gráfico 18 – Dívida Bruta x Dívida Líquida do Setor Público Consolidado 2007 a 2012 (% do PIB)



Fonte : Banco Central do Brasil

Assim, correlacionando o atual nível da dívida bruta (% do PIB) e a taxa Selic em 7,25% o Brasil teve o menor gasto da história com juros da dívida em 4,9% do PIB.

Gráfico 19 – Despesa com pagamento de juros do Brasil (% do PIB)



Fonte : Banco Central

O câmbio apreciado foi utilizado eficazmente no combate aos surtos inflacionários de 2003 a 2011, mas desarticulou as cadeias produtivas mais integradas, especialmente na indústria, e reduziu significativamente os superávits comerciais.

No que se refere à taxa de inflação a tendência é que o IPC-A se

mantenha em uma taxa neutra<sup>15</sup> de 5,5%. A trajetória de manutenção da taxa da inflação ao redor de 5,5% a.a se deve continuar nos próximos anos em função da potencialização da deterioração do cenário econômico global em 2013 principalmente na zona do Euro e do impacto dos preços administrados ou por contrato na composição do IPC-A<sup>16</sup>. Quando se analisa o conjunto de preços administrados totalizava 28,90% do IPCA em dezembro de 2011, refletindo a importância desses bens e serviços na cesta dos consumidores com renda entre um e quarenta salários mínimos. Observando-se os pesos por subcategorias do IPCA, o maior é o de derivados de petróleo (5,24%), seguido por transporte (5,14%), serviços telefônicos (4,53%), plano de saúde (3,51%), energia elétrica residencial (3,12%), e produtos farmacêuticos (2,75%). Esses seis grupos somam 84,0% do peso dos preços administrados no IPCA, ou 24,29% do índice.

Neste cenário básico para a taxa de inflação está se considerando a necessidade da elevação dos gastos públicos principalmente dos investimentos para atender as demandas da Copa do Mundo e as Olimpíadas, as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a política do aumento do salário mínimo<sup>17</sup>.

Além disso, o impacto na inflação no que se refere ao sistema de intermediação oligopsônico-oligopólico de produtos agrícolas para o mercado interno e acrescenta ainda três anomalias que contribuíram para impulsionar a inflação: a estrutura oligopólica da grande indústria brasileira e choque dos preços em face do cenário de apreciação do real. No que tange a esta o Banco Central poderá manter o dólar em R\$ 2,00 em face dos reflexos da eleição presidencial em 2014. Nesse cenário, a importação de bens industrializados poderá manter sua trajetória de crescimento em face da desarticulação da cadeia produtiva reflexo da perda de competitividade. Considerando as projeções feitas na PLDO 2014 do Governo Central o dólar deverá atingir R\$ 2,06 em 2014 e R\$ 2,08 para os exercícios de 2015 e 2016.

Salienta-se, ainda, o comportamento da inflação de serviços poderá manter a sua trajetória de alta. Ressalta-se que esta alcançou 8,75% em 2012<sup>18</sup>.

Segundo o relatório de inflação do Banco Central fica claro que este não pretende permitir a trajetória ascendente da inflação acima da meta superior da inflação que é de 6,5% a.a, portanto utilizará o instrumento da política monetária via aumento da taxa SELIC, o que poderá impactar no crescimento econômico, ou

---

<sup>15</sup>A chamada taxa de juros neutra da economia — assim considerada como aquela que permite o crescimento econômico sem pressão inflacionária — está atualmente em 5,5% ao ano. Pelo menos é esse o nível que os analistas de mercado acreditam que a taxa se encontra, segundo pesquisa divulgada ontem pelo Banco Central (BC). Na prática, essa informação pode representar que o Banco Central deverá aumentar a taxa básica de juros (Selic).

<sup>16</sup> Preços administrados – refere-se aos preços que são insensíveis às condições de oferta e de demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público.

<sup>17</sup> A regra estipulada no acordo estabelecido em 2010 prevê correção pela inflação do ano anterior (pelo INPC) e pela variação do crescimento de economia (desempenho do Produto Interno Bruto) - índice que corresponde ao ganho real.

<sup>18</sup> A difícil tarefa do Banco Central em 2013 e 2014. Carta IBRE. Revista Conjuntura Econômica, março de 2013.

seja, a instituição se baseia nas próprias regras do sistema de metas, o qual estabeleceu um teto de tolerância, no caso brasileiro de 2 (dois) pontos percentuais acima da meta, justamente para acomodar choques.

Assim sendo, na composição do cenário básico do Banco Central refletirá no crescimento moderado da atividade econômica em face da combinação do aperto da política monetária e da manutenção das medidas macroprudenciais, a qual tem como objetivo reduzir o crescimento do volume de oferta de crédito disponível. Ressalta-se, ainda, que a utilização das medidas macroprudenciais<sup>19</sup> visam prevenir bolhas de crédito e outras situações que criem o risco sistêmico no setor bancário.

Segundo a Ata do Banco Central do Brasil 172ª Reunião os preços livres variaram 6,56% no ano (6,63% em 2011) e os preços administrados, 3,65% (6,20% em 2011). Entre os preços livres, os dos bens comercializáveis aumentaram 4,47% (4,41% em 2011), e os dos bens não comercializáveis, 8,46% (8,59% em 2011). O grupo de alimentos e bebidas, ainda sensibilizado por fatores climáticos, externos e domésticos, registrou alta de 1,03% nos preços em dezembro e atingiu variação de 9,86% em doze meses (7,19% em 2011). Os preços dos serviços aumentaram 0,98% em dezembro e atingiram variação de 8,75% em doze meses (9,01% em 2011). Em síntese, a inflação de serviços segue em níveis elevados, e há pressões no segmento de alimentos e bebidas.

No que tange ao crescimento do PIB a economia brasileira teve incremento de 0,6% no terceiro trimestre, em relação ao trimestre anterior, quando havia crescido 0,2%, de acordo com dados dessazonalizados e divulgados pelo IBGE. Na comparação com o mesmo trimestre de 2011, o crescimento no terceiro trimestre alcançou 0,9% ante 0,5% no segundo. Sob a ótica da demanda, o consumo das famílias – maior componente da demanda agregada – continua robusto e, na margem, avançou 0,9% no terceiro trimestre e 3,4% em relação ao mesmo trimestre de 2011 – trigésima sexta expansão consecutiva nessa base de comparação. O consumo do governo aumentou 3,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (0,1% na margem). Por sua vez, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) contraiu 5,6% em relação ao terceiro trimestre de 2011 (-2,0% na margem).

O Copom (Comitê de Política Monetária) pondera que o ritmo de recuperação da atividade econômica doméstica – menos intenso do que se antecipava – se deve essencialmente a limitações no campo da oferta em face da ampliação do vazamento da demanda doméstica em volumes crescentes de importação de produtos industrializados, resultando na ausência de dinamismo do crescimento do PIB.

Dada sua natureza, portanto, esses impedimentos não podem ser endereçados por ações de política monetária, que são, por excelência, instrumento de controle da demanda. A propósito, não obstante a fragilidade do investimento, que reflete, em grande parte, o aumento de incertezas e a lenta recuperação da

---

<sup>19</sup>Evolução dos depósitos compulsórios (percentual dos depósitos à vista que os bancos são proibidos de emprestar em dezembro de 2010).

confiança, a demanda doméstica poderá continuar impulsionar os efeitos defasados de ações de política monetária implementada recentemente, bem como pela expansão moderada da oferta de crédito, tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas e da ampliação das despesas públicas, principalmente de custeio.

Neste contexto, adicionalmente, projeta-se que a atividade doméstica continuará sendo favorecida pelas transferências públicas, bem como pelo vigor do mercado de trabalho, o qual se reflete em taxas de desemprego historicamente baixas e no crescimento dos salários, apesar de certa acomodação na margem. Salienta-se que desde 2004, a massa salarial cresceu a uma taxa média de 5% e chegou a 6,2% em 2012, mesmo em uma economia praticamente estagnada segundo o IBGE. Além disso, o número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado atingiu, em fevereiro, a marca de 50%.

O Copom ao observar o cenário central para a inflação leva em conta a materialização das trajetórias com as quais trabalha para as variáveis fiscais. Assim, a geração de superávits primários compatíveis com as hipóteses de trabalho contempladas nas projeções de inflação, além de contribuir para arrefecer o descompasso entre as taxas de crescimento da demanda e da oferta, solidificaria a tendência de redução da razão dívida pública sobre produto e a percepção positiva sobre o ambiente macroeconômico no médio e no longo prazo. Entretanto, considerando a adoção da política fiscal flexível do governo Central consubstanciado pelo Anexo de Metas Fiscais PLDO 2014 resultará na necessidade do Copom de implementar uma política monetária mais restritiva via aumento da taxa de juros no sentido reduzir as expectativas do mercado no que se refere à taxa de inflação.

Ressalta-se, ainda, o incremento do valor do salário mínimo de R\$ 622 para R\$ 678,00 a partir de janeiro de 2013 e previsão na PLDO para R\$ 719,48 em 2014. Assim, com o baixo crescimento econômico do ano passado, o impacto do reajuste do salário mínimo previsto pelo governo para 2014 deve ser inferior ao de anos anteriores. O incremento do salário mínimo do próximo ano reflete alta de 6,1%, e o resultado será um aumento de R\$ 12,6 bilhões nas despesas federais e aumento do consumo via incremento do ICMS para o Estado de Alagoas. Essa elevação de gastos causada pelo salário mínimo é menor que a de 2013, quando o reajuste do benefício foi de 9% em termos nominais e de 2,7% em termos reais - percentual que foi reflexo do crescimento da economia em 2011 e resultou no impacto nas contas públicas em 2012 superior a R\$ 20 bilhões.

Assim sendo, o incremento do salário mínimo continuará pressionando a inflação com a armadilha da indexação em face que o salário mínimo é um custo importante para vários serviços, na medida em que ele cresce acima da inflação, aumentando os custos desse segmento, refletindo no repasse para o preço final, realimentando o processo inflacionário.

Logo, as medidas tomadas pelo Banco Central no que se referem a diminuir a expansão do crescimento do crédito e o aumento da taxa Selic contribuirão na redução da demanda e, em linha direta, na contenção de pressões inflacionárias, mas poderá refletir na diminuição do nível de atividade e, conseqüentemente, na

geração de empregos.

Com base nas análises do contexto macroeconômico a Gerência de Gestão Fiscal Estatística (GGFE-SEFAZ) se fundamentou para a elaboração do cenário.

A previsão de um crescimento do PIB do Brasil em 3,0% se baseia nas restrições de oferta, as quais limitam o ritmo de expansão no curto prazo no que se referem aos gargalos de infraestrutura; a alta carga tributária da indústria; o elevado nível da dívida bruta do setor público consolidado em percentual do PIB; o alto comprometimento da renda em relação ao crédito e o baixo nível de qualificação da mão de obra em face que estes são os principais obstáculos para o país.

Nota-se que, nos últimos anos, houve um crescimento muito expressivo da taxa de participação na força de trabalho e do nível de emprego, o que levou à alta da renda em termos reais, impulsionando o consumo e o PIB, entretanto se evidencia uma tendência de baixo crescimento do nível de emprego. Observa-se, ainda, o crescimento da renda refletiu no incremento das importações de produtos industrializados.

Outro fator que deve ser analisado é que a desaceleração na acumulação de capital principalmente em 2011 e 2012 reduziu o crescimento potencial no médio prazo apesar do governo introduziu medidas de proteção, e intervenções no mercado de câmbio resultaram na depreciação do real. No seu conjunto seriam medidas que estimulariam o investimento em face da queda de seu custo e a ampliação da demanda, entretanto em face da perda de competitividade da economia brasileira resultou na ampliação da importação de produtos industrializados.

Neste momento, os sinais de que a economia brasileira atingiu seu limite de produção são nítidos: taxa de desemprego historicamente baixa, deterioração do saldo comercial e em transações correntes, pressão inflacionária com alta difusão e vendas no varejo 42% acima dos níveis de cinco anos atrás. A combinação da política macroeconômica baseada no câmbio flutuante, superávit primário e meta de inflação aliada ao modelo de vinculação da despesa a receita resultou que as vendas de varejo são duas vezes e meia maior que a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) no mesmo período.

Por outro lado, a política de crescimento com poupança externa, a qual se refletiu em déficit conta corrente implicou na apreciação da taxa de câmbio no período de 2007 a 2011, provocou uma elevada substituição da poupança interna por externa, a qual resultou no crescimento do consumo via incremento das importações. Assim, evidencia que o modelo de crescimento baseado na expansão do crédito reverteu no crescimento de mercado sem crescimento da produção interna. E, portanto, baseada nesta análise evidencia-se o baixo crescimento da receita do FPE no 1º quadrimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012.

Além disso, a indústria acumulou queda de 0,5% na produção no primeiro trimestre enquanto os bens de capital (máquinas e equipamentos) avançaram 9,8%

no mesmo período. Entretanto, a sinalização do Banco Central de iniciar o ciclo de elevação da taxa Selic poderá impactar a decisão de ampliar os investimentos.

O cenário de deterioração da política fiscal no que se refere à redução do déficit primário do setor público consolidado é preocupante, na medida em que o Fundo Monetário Internacional (FMI) avalia que o Brasil ainda tem uma dívida pública elevada para um país emergente e, portanto seria fundamental cumprir a meta de superávit primário de 3,1% do PIB em face que a dívida pública bruta deve ficar em 67,2% do PIB em 2013, bem acima da média de 34,3% do PIB nos países emergentes, de acordo com previsões do Fundo. Já a dívida líquida, que abate ativos como as reservas internacionais, projeta-se que atingirá 33,6% do PIB em 2013, ainda assim, um número superior à média de 23,6% do PIB projetada para os países em desenvolvimento<sup>20</sup>.

Neste contexto, a flexibilização da meta fiscal para os exercícios de 2013 e 2014 refletirá na projeção da elevação da dívida bruta. A decisão do governo de flexibilizar a meta fiscal está correlacionada a melhora significativa da posição da sustentabilidade da dívida pública líquida como proporção do Produto Interno Bruto (PIB). Portanto, conforme projeção da Secretaria de Tesouro Nacional (STN) a dívida líquida terminará 2013 em 33,4% do PIB, em 30,9% do PIB ao fim de 2014 e em 28,4% em 2015. Em 2012, a dívida ficou em 35,2% do PIB.

Assim, para 2014, o projeto de LDO amplia para R\$ 67 bilhões o desconto que poderá ser feito na meta fiscal do governo central (Tesouro, Previdência e BC), por conta de investimentos prioritários e das desonerações tributárias. Com isso, o superávit do governo central projetado na LDO em R\$ 116,1 bilhões, o equivalente a 2,15% do PIB, poderá cair para apenas R\$ 49,1 bilhões, o equivalente a 0,9% do PIB.

Outro ponto a ser considerado é que a piora dos resultados fiscais dos Estados e municípios no que se refere à geração de superávit primário de 0,49% do PIB em 2012, o pior resultado desde 1999, segundo o Banco Central. A deterioração dos resultados fiscais é reflexo do modelo de gestão fiscal ineficiente em face de um cenário de baixo crescimento da receita principalmente do ICMS combinada a rigidez da despesa de pessoal e de custeio reflexo do modelo de vinculação da receita a despesa.

No contexto, de manutenção de baixo crescimento da receita do ICMS e do FPE para o exercício de 2013 as projeções mais otimistas do mercado apontam para um superávit de 0,6% neste ano. Portanto, o resultado primário de todo o setor poderá ficar em até 1,5% do PIB (0,9% do Governo central mais 0,6% dos Estados e municípios), refletindo no incremento da relação da dívida bruta/PIB ,e, portanto reduzindo a possibilidade do ciclo de redução da taxa Selic.

---

<sup>20</sup> Fiscal Monitor do FMI" ("Fiscal Adjustment in a Uncertain World", April 2013)

Tabela 6 – Parâmetros Macroeconômicos Projetados – 2013 a 2016

	2013	2014	2015	2016
PIB Brasil (crescimento real)	3,00%	3,50%	3,50%	3,50%
PIB do Estado de Alagoas (crescimento real)	4,00%	4,50%	4,50%	4,00%
Taxa Selic Efetiva (média % a.aa)	8,00%	7,28%	7,19%	7,22%
Câmbio (R\$/US\$ - final do período - dezembro)	2,00	2,06	2,08	2,08
IPC-A	5,60%	5,50%	5,50%	5,50%

Fontes : Banco Central e Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (GGFE)

Diante deste cenário macroeconômico, a projeção, segundo para PLDO, 2014 para o Estado de Alagoas no que se refere à taxa de crescimento real anual do PIB é de 4,00% para 2013 e de 4,5% para os exercícios de 2014 e 2015 e de 4,0% para 2016. A taxa de inflação em 2013 projetada para o IPC-A é de 5,5% a.a e as estimativas de taxa de câmbio levam em consideração as expectativas de mercado. Esse ambiente macroeconômico considera ainda uma manutenção do IPC-A para os exercícios de 2013 a 2016. Ressalta-se, que esta projeção de crescimento econômico para os exercícios de 2015 e 2016 pode ser comprometida em face de um cenário de fragilidade das contas públicas em função de uma projeção de baixo incremento do FPE e do ICMS aliada a uma previsão de alto crescimento das despesas públicas, principalmente o incremento do aporte de financiamento do Tesouro para o financiamento do déficit da Previdência.

Neste contexto, o governo poderá executar uma política fiscal no sentido de controlar os gastos principalmente para os exercícios de 2015 e 2016 em face da necessidade de gerar resultados primários expressivos em função de não dispor de fontes de financiamentos caso se mantenha a tendência do comportamento do baixo crescimento do FPE de 3,82% observado no 1º quadrimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012.

No que tange à projeção da política fiscal do Estado de Alagoas no que se refere à previsão do ICMS Principal excluindo FECOEP de R\$ 2,622 bilhões (8,08% do PIB), de R\$ 2,838 bilhões (7,99% do PIB), R\$ 3,052 bilhões (7,85% do PIB) e de R\$ 3,307 bilhões (7,78% do PIB) para os exercícios de 2013 a 2016, respectivamente foi feita com base nos dados fornecidos pela DAMIF no que se refere à arrecadação do ICMS por segmento, no período de 2007 a 2012, aliada ao modelo de esgotamento do aumento da arrecadação do ICMS em percentual do PIB. Entretanto, considerando o efeito da Nota Fiscal Alagoana o ICMS Principal excluindo FECOEP para reflexo nas finanças públicas será de R\$ 2,616 bilhões (8,06% do PIB), R\$ 2,831 bilhões (7,97% do PIB), R\$ 3,045 bilhões (7,85% do PIB) e de R\$ 3,300 bilhões (7,76% do PIB) para os exercícios de 2013 a 2016, respectivamente. A previsão do incremento da taxa SELIC a 8,25% a.a ao final do ano impactará no crescimento da arrecadação.

Salienta-se, ainda, o desempenho do ICMS no 1º trimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012 apresentou um incremento de 18,74%, entretanto deve ser analisada as atuais condições de comprometimento de renda com a dívida; o atual modelo de esgotamento em % do PIB para alguns segmentos e principalmente os impactos das transferências do INSS em relação

ao incremento da arrecadação do ICMS em relação alguns segmentos.

Ao lado da política macroeconômica, a implementação da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) implicará no aumento do investimento público em infraestrutura, especialmente em moradia, saneamento, transporte e energia. E como já salientado a política do salário mínimo, para os exercícios de 2013 a 2016, aumenta ainda mais o risco de gerar pressões inflacionárias. Por outro lado, contribuirá para o incremento da arrecadação do ICMS do Estado de Alagoas em percentual do PIB no segmento de Alimentação.

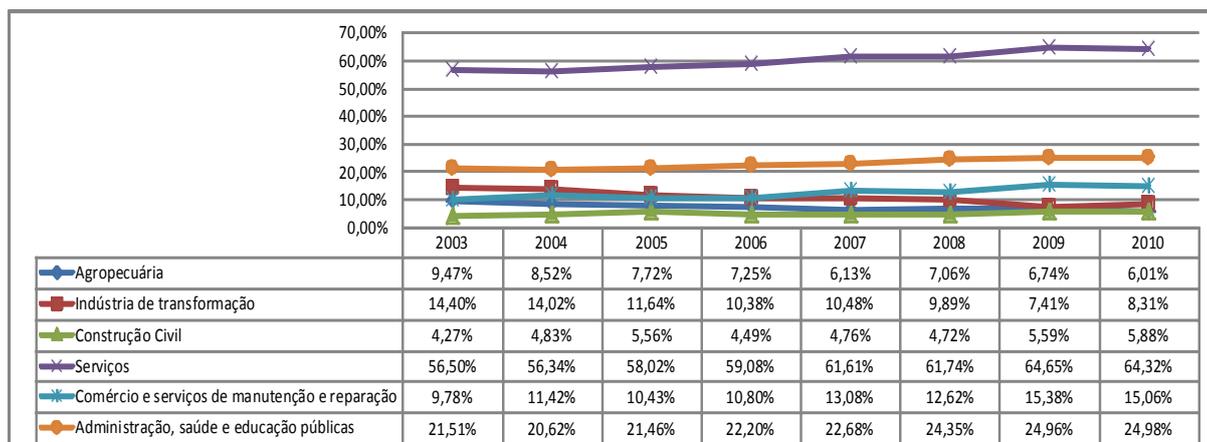
Salienta-se, ainda, a expectativa no que concerne à instalação do estaleiro Eisa em Coruripe em face da previsão de investimento de R\$ 1,5 bilhão, na medida em que contribuirá para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Alagoas no que se refere à geração de empregos (quatro mil e quinhentos), de renda e receita de impostos.

Ressalta-se que a real limitação do crescimento econômico do Estado de Alagoas não se baseia em apenas uma limitada base econômica produtiva, mas principalmente no que concerne a sua característica de economia baseada na renda sem produção evidenciada através do alto volume das transferências da Previdência Social e do Programa de Bolsa Família. Além disso, evidencia uma reduzida capacidade para produzir conhecimento e tecnologia em face da baixa qualificação do capital humano.

No que se refere à composição do PIB do Estado de Alagoas evidencia através do Gráfico nº 20 que a participação do segmento Administração, saúde e educação públicas e seguridade social vem crescendo sem refletir na aceleração do processo de crescimento em face do reduzido volume de recursos disponibilizado para investimento no período de 2003 a 2010. A título de exemplificação em 2003 este segmento correspondia a 21,51% do PIB e passou para 24,98% do PIB em 2010. Por outro lado, a representatividade do segmento da Indústria de Transformação que era de 14,40% em 2003 e teve uma significativa redução para 8,31% em 2010 em função da crise do setor sucroalcooleiro correlacionada a realização de investimentos do setor para os Estados de Minas Gerais e São Paulo em função da ausência da disponibilização de terras para a produção.

Nota-se o dinamismo do segmento da Construção Civil em face que em 2003 representava 4,27% do PIB em 2003 e com boom da expansão do crédito imobiliário atingiu 5,88% em 2010. Por outro lado, o excepcional crescimento da participação do segmento do Comércio, o qual correspondia a 9,78% do PIB em 2003 e passou para 15,06% em 2010. Este incremento da participação é reflexo do incremento do volume das transferências da Previdência e do Programa da Bolsa Família.

Gráfico 20 - Participação das principais atividades econômicas no PIB do Estado de Alagoas 2003 – 2010 (% do PIB)



Fontes : IBGE e SEPLANDE

Neste contexto, a Gerência Gestão Fiscal e Estatística (GGFE) apresenta a relevante dependência estrutural do Estado de Alagoas em relação ao crescimento econômico do Brasil em face da ausência de mecanismos indutor do desenvolvimento.

O total de entrada de recursos, em 2011, somadas as Transferências Correntes e de Capital do Estado e dos Municípios acrescido do volume das transferências da Previdência Social e do Programa da Bolsa Família mais a soma do superávit da Balança Comercial no montante de US\$ 944,9 milhões e considerando um dólar médio de R\$ 1,60 resulta em R\$ 1,512 bilhão.

Assim, a entrada total de recursos na economia alagoana alcançou R\$ 11,230 bilhões, entretanto em face da existência de uma economia de renda sem produção refletiu em uma perda líquida de Transferência de Capital de R\$ 8,799 bilhões.

Salienta-se que os ingressos correspondentes às transferências da Previdência Social e do Programa de Bolsa Família corresponderam a 14,9% do PIB, em face da projeção para um PIB de R\$ 27 bilhões em 2011. Considerando que estes ingressos não compõem o cálculo do PIB, entretanto reflete na participação do consumo.

Tabela nº 7 – Perda líquida de Capital do Estado de Alagoas em 2011 – (Valores nominais em R\$)

Rec Transf Correntes exclusivamente da União para os Municípios	1.945.820.338
Transf Intergov da União	1.932.843.359
Participação Rec União	1.225.879.745
COTA FPM	1.224.679.524
Cota ITR	1.200.221
Transf Uni CompFinanc	60.347.125
REC. HIDRÍCOS	9.217.758
ROYALTIES	49.728.735
Outras Transferências Complementares	1.400.632
SUS UNIÃO	532.041.084
FNAS	33.738.225
FNDE	67.736.537
LEI COMPL. KANDIR	3.519.879
OUTRAS TRANSF. UNIÃO	9.580.763
Outras Transf Multigov	1.174.347
Transf Convênios União	11.802.632
TRANSF. CAPITAL	61.261.853
Total da entrada de recursos Correntes e Capital para os Municípios	2.007.082.191
Transferências Correntes da União para o Estado de Alagoas	3.264.383.895
TRANS. FPE	2.499.710.097
TRTANS. IPI	10.278.461
TRANSF. LEI COMPLEMENTAR	26.887.800
TRANSFERÊNCIA CAPITAL	421.622.682
Total da Transferência da União para o Estado	3.686.006.577
Total das Transferências Correntes e de Capital para o Estado e os Municípios	5.693.088.768
Total da Transferência do INSS para o Estado	3.450.901.916
Total da Bolsa Família	574.296.898
Superávit da Balança Comercial	1.511.931.258
Total de recursos destinados ao Estado e Municípios	11.230.218.840
Incremento nominal do PIB de Alagoas estimado em 2011	2.430.885.714
Perda líquida de Transferência de Capital	8.799.333.126

Fontes : Balanço Geral do Estado de Alagoas, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Desenvolvimento Social

Observou-se que a participação do PIB do Estado de Alagoas em relação ao PIB do Brasil era de 0,6544% em 2010 e aumentou para 0,6744% em 2012 em função do alto dinamismo do crescimento da economia alagoana de 4,4% em 2012, apesar da salientada perda líquida de capital.

A sustentação do crescimento econômico do Estado de Alagoas nos próximos anos dependerá da continuidade do fortalecimento da capacidade produtiva interna, por meio de maiores investimentos públicos e privados.

Observa-se na Tabela nº 8 que a meta de Resultado Primário fixada na LDO

era de R\$ 550,9 milhões e o Resultado Primário obtido foi de R\$ 338,8 milhões em função do governo ter priorizado a política de investimentos.

No contexto de baixo incremento de arrecadação do ICMS e do FPE aliado a um aumento da despesa de pessoal em face da necessidade de crescente de aporte do Tesouro para o financiamento do déficit financeiro do AL Previdência, bem como uma ampliação do gasto de custeio através da fonte Tesouro em função do modelo de vinculação de receita e despesa, refletiu na projeção de um déficit primário de R\$ 279 milhões (- 0,88% do PIB) em 2013 e um superávit primário de R\$ 302,3 milhões (0,85% do PIB) em 2014.

Tabela nº 8 – Anexo Resumido das Metas Fiscais do Estado de Alagoas dos três anos anteriores (% do PIB de Alagoas) – Preços correntes

	2011	2012	REPROGRAMAÇÃO 2013
Meta de Resultado Primário Fixada na LDO	317.345	550.890	(278.976)
Resultado Primário Obtido	470.488	338.750	(278.976)

Fontes: Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Valores em R\$ 1.000,00

Tabela nº 9 – Anexo Resumido das Metas Fiscais do Estado de Alagoas dos três anos anteriores (% do PIB de Alagoas) – Preços médios de 2013 - IGP-DI

	2011	2012	REPROGRAMAÇÃO 2013
Meta de Resultado Primário Fixada na LDO	357.692	585.833	(278.976)
Resultado Primário Obtido	530.306	360.236	(278.976)

Fontes: Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Valores em R\$ 1.000,00

A projeção da relação Dívida Consolidada / RCL em 174,90% e a DCL/RCL em 165,86 é reflexo das novas operações de crédito no montante de R\$ 1,066 bilhão em 2013, as quais impactarão no incremento do resultado nominal em R\$ 1,468 bilhão.

Tabela nº 10 - Trajetória Estimada para o Resultado Primário, a Dívida Bruta e Líquida e para o Resultado Nominal 2013 - 2016 (Variáveis em % do PIB de Alagoas) – Preços correntes

DISCRIMINAÇÃO	REPROGRAMAÇÃO 2013		2014		2015		2016	
		% PIB		% PIB		% PIB		% PIB
RESULTADO PRIMÁRIO	(278.976)	-0,86%	302.334	0,85%	469.787	1,21%	550.382	1,29%
RESULTADO NOMINAL	1.468.328	4,52%	309.622	0,87%	160.971	0,41%	121.313	0,29%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	9.676.750	29,82%	9.986.372	28,12%	10.147.343	26,11%	10.268.655	24,15%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	9.176.528	28,28%	9.388.452	26,44%	9.647.343	24,83%	9.768.655	22,98%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	5.532.587	17,05%	5.973.548	16,82%	6.437.456	16,57%	6.964.956	16,38%
DC/RCL	174,90%		167,18%		157,63%		147,43%	
DCL/RCL	165,86%		157,17%		149,86%		140,25%	
PIB ALAGOAS		32.454.246		35.511.436		38.856.613		42.516.906
PB BRASIL		4.754.740.177		5.175.059.209		5.632.534.443		6.130.450.488

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Valores em R\$ 1.000,00

Tabela nº 11 - Trajetória Estimada para o Resultado Primário, a Dívida Bruta e Líquida e para o Resultado Nominal 2013 – 2016 (Variáveis em % do PIB de Alagoas) – (Preços médios de 2013 - IGP-DI)

DISCRIMINAÇÃO	REPROGRAMAÇÃO 2013		2014		2015		2016	
		% PIB		% PIB		% PIB		% PIB
RESULTADO PRIMÁRIO	(278.976)	-0,86%	285.425	0,85%	422.393	1,21%	471.445	1,29%
RESULTADO NOMINAL	1.468.328	4,52%	292.306	0,87%	144.731	0,41%	103.914	0,29%
DÍVIDA CONSOLIDADA	9.646.750	29,72%	9.427.863	28,12%	9.123.650	26,11%	8.795.904	24,15%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	9.176.528	28,28%	8.863.383	26,44%	8.674.092	24,83%	8.367.615	22,98%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	5.532.587		5.639.465	16,82%	5.788.027	16,57%	5.966.029	16,38%
DC/RCL	174,36%		167,18%		157,63%		147,43%	
DCL/RCL	165,86%		157,17%		149,86%		140,25%	
PIB ALAGOAS		32.454.246		33.525.386		34.936.648		36.419.048
PB BRASIL		4.754.740.177		4.885.633.351		5.064.308.316		5.251.209.227

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Valores em R\$ 1.000,00

Dessa forma, através dessas metas, o governo do Estado de Alagoas reitera o compromisso com a manutenção do equilíbrio das finanças públicas no sentido de manter a sustentabilidade da dívida pública e, assim como a ampliação dos investimentos em infraestrutura na consolidação do desenvolvimento do turismo e gerando condições para um crescimento sustentado com inclusão social.

**LEI Nº 7.529, DE 8 DE AGOSTO DE 2013.**

**ANEXO II – A1**  
**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO**  
**EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**METAS ANUAIS**  
**2012**

(Art. 4 § 2º, Inciso I da LC nº 101/2000)

**Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais de 2012**

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu, em seu Artigo 4º, § 2º, Inciso I, que o Anexo de Metas Fiscais conterá, além do demonstrativo de metas anuais, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

As metas fiscais do Estado de Alagoas para o exercício de 2012 foram originalmente estabelecidas através da Lei nº 7.264, de 22 de julho de 2011(LDO), a qual dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para este exercício definiu um superávit primário inicial em valores nominais de R\$ 368,4 milhões (1,17% do PIB) e que a Lei nº 7.405 de 23 de agosto de 2012 em face da previsão de um cenário de baixo crescimento do PIB e que, portanto refletiria em uma significativa insuficiência da arrecadação do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Assim, foi aumentada a meta de Resultado Primário para R\$ 550,9 milhões no sentido de manter a sustentabilidade da dívida pública em relação aos indicadores no que tange à Receita Corrente Líquida (RCL) e ao Produto Interno Bruto (PIB).

Os parâmetros fixados na Lei Orçamentária serão objeto dos comentários a seguir do Resultado Fiscal:

Para realizar esta análise consideraremos a situação fiscal do Estado na ótica do total da Receita Consolidada e da Despesa Consolidada, ou seja, todas as fontes.

Por ocasião das elaborações das programações financeiras e dos cronogramas trimestrais de desembolsos de que tratam o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foram reavaliadas as receitas primárias e as despesas obrigatórias refletindo na necessidade de limitação de empenho, a movimentação financeira e os pagamentos das despesas discricionárias (custeio, investimentos e inversões financeiras) em R\$ 730,6 milhões, o que foi feito por meio dos Decretos de Programação Trimestral Financeira. É de ressaltar que no alusivo período a economia orçamentária, a qual é a diferença entre a despesa executada e a despesa

fixada, foi de R\$ 1,031 bilhão e a insuficiência de arrecadação de R\$ 955,4 milhões.

Realizando uma análise desagregada da Receita evidencia que a insuficiência da Receita Tributária, das Transferências Correntes e das Transferências de Capital foi de R\$ 124,1 milhões, R\$ 305,1 milhões e R\$ 257,6 milhões, respectivamente em 2012.

No exercício financeiro de 2012, o total das receitas primárias alcançou R\$ 6,119 bilhões (20,61% do PIB), ou seja, as receitas totais excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, ante o exercício de 2011 no montante de R\$ 5,580 bilhões (20,66% do PIB). Assim, evidenciou-se um acréscimo nominal de 9,65% correspondendo a R\$ 538,3 milhões em relação a 2011, entretanto em uma redução em 0,05% do PIB.

O total das receitas de transferências da União em 2012 foi de R\$ 3,582 bilhões (12,07% do PIB) e em 2011 foi de R\$ 3,245 bilhões (12,02% do PIB), resultando em um acréscimo de 0,05% do PIB e um crescimento nominal de 10,47%. No que se refere ao FPE líquido do FUNDEB era de R\$ 2 bilhões (7,40% do PIB) em 2011 e passou para R\$ 2,062 bilhões (6,94% do PIB) em 2012 ou um incremento nominal de 3,1%.

Realizando uma análise no que se refere à base de cálculo do FPE foi de R\$ 296,7 bilhões representando em 2011 (7,16% do PIB do Brasil) e em 2012 alcançou R\$ 319,3 bilhões (7,25% do PIB) refletindo em um incremento de 7,62%. Assim, analisando os principais segmentos, os quais compõem o FPE no que concernem ao IPI e Imposto de Renda. Observa-se que a política de renúncia fiscal do IPI contribuiu para o baixo crescimento da arrecadação do FPE, entretanto o fator decisivo foi o comportamento do segmento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica Demais Empresas em face que apresentou apenas um crescimento de 2,79% de 2012 em relação a 2011 reflexo da combinação da manutenção dos preços sem reajuste em face que a inflação de bens industriais foi de apenas 1,80% em 2012<sup>21</sup> apesar da pressão de custos como salários. Além disso, contribuiu também a depreciação do real em face que em 2011 na média era de R\$ 1,60 e passou para R\$ 2,00 em 2012 impactando nos lucros em função do incremento do serviço da dívida.

Ressalta ,ainda, o fator do desempenho da Petrobras em 2012, já que a forte demanda do mercado interno por diesel e gasolina a obrigou importar estes derivados no mercado internacional a preços superiores aos praticados internamente, resultando em uma queda expressiva do lucro de 2012 em relação a 2011. Por outro lado, o baixo desempenho do FPE foi impactado pelo baixo crescimento do PIB em 2012.

Para exemplificar a dimensão do impacto no FPE correlaciona-se ao estudo feito pelo Valor Data nas demonstrações contábeis de 133 empresas com ações

---

<sup>21</sup> Fonte : Carta IBRE. A difícil tarefa do Banco Central em 2013 e 2014. Revista Conjuntura Econômica Março de 2013 - vol. 67 – nº 03.

negociadas em bolsa - mostra que a receita foi maior do que em dois anos, entretanto o problema é que os custos também foram. No acumulado de 2012, a receita líquida atingiu R\$ 1,115 trilhão, alta de 32,6% em bases anuais, e o lucro alcançou R\$ 81,38 bilhões, 30,7% inferior a 2011. Sem Petrobras e Vale, a receita subiria 36%, para R\$ 740,17 bilhões, e a última linha do balanço recuará 4,3%, para R\$ 51,87 bilhões<sup>22</sup>.

Por outro lado, o incremento do segmento de Imposto de Renda Pessoa Física reflexo da defasagem da Tabela do Imposto de Renda e o crescimento da massa salarial apresentou um crescimento de 13,91% de 2012 em relação a 2011.

Tabela nº 12 - Participação segmentada da Base de Cálculo do FPE 2010 - 2012

RECEITAS	2010 [A]	2011 [B]	2012 [C]	VAR. (%) [C]/[B]	VAR. (%) [C]/[A]	PARTICIPAÇÃO PIB (%)		
						2010	2011	2012
RECEITA BASE DE CÁLCULO FPE	248.192	296.736	319.344	7,62%	28,67%	6,58%	7,16%	7,25%
I.P.I-TOTAL	39.991	46.918	47.285	0,78%	18,24%	1,06%	1,13%	1,07%
I.P.I-FUMO	3.705	3.744	4.195	12,07%	13,25%	0,10%	0,09%	0,10%
I.P.I-BEBIDAS	2.419	2.830	3.242	14,59%	34,02%	0,06%	0,07%	0,07%
I.P.I-AUTOMÓVEIS	5.672	6.978	4.263	-38,91%	-24,84%	0,15%	0,17%	0,10%
I.P.I-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	11.321	13.736	16.435	19,65%	45,17%	0,30%	0,33%	0,37%
I.P.I-OUTROS	16.873	19.631	19.150	-2,45%	13,49%	0,45%	0,47%	0,43%
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	208.201	249.818	272.059	8,90%	30,67%	5,52%	6,03%	6,18%
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	17.254	21.973	25.031	13,91%	45,07%	0,46%	0,53%	0,57%
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	89.101	104.054	112.304	7,93%	26,04%	2,36%	2,51%	2,55%
ENTIDADES FINANCEIRAS	13.118	15.071	20.841	38,29%	58,87%	0,35%	0,36%	0,47%
DEMAIS EMPRESAS	75.983	88.984	91.463	2,79%	20,37%	2,02%	2,15%	2,08%
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	101.847	123.791	134.725	8,83%	32,28%	2,70%	2,99%	3,06%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO TRABALHO	59.824	68.825	77.319	12,34%	29,24%	1,59%	1,66%	1,76%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	24.185	34.254	33.872	-1,11%	40,05%	0,64%	0,83%	0,77%
I.R.R.F-REMESSAS PARA O EXTERIOR	11.299	13.402	15.132	12,90%	33,93%	0,30%	0,32%	0,34%
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	6.540	7.310	8.402	14,95%	28,49%	0,17%	0,18%	0,19%
PIB BRASIL	3.770.085	4.143.013	4.402.537	6,26%	16,78%			

Fontes : Secretaria da Receita Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, IBGE  
Valores nominais em R\$ 1.000,00

Ressalta-se, ainda, que no que tange as Outras Transferências (Outras Transferências Correntes, Imposto de Renda Pessoa Física<sup>23</sup> e Transferências de Capital) que eram de R\$ 1,245 bilhão (4,61% do PIB) em 2011 e aumentaram para R\$ 1,523 bilhão (5,13% do PIB) em 2012. Assim, esse aumento significativo foi reflexo do acréscimo das Transferências de Convênio no que se referem às Transferências Correntes bem como das Transferências de Capital em 2012 em relação a 2011. A título de comparação o total das transferências alcançou R\$ 253,6 milhões em 2011 e aumentou para R\$ 463 milhões em 2012, representando um aumento de 82,57%, sendo que as Transferências de Capital de 110,53%.

<sup>22</sup> MEIBAK,D ; BORTOLOZI,T. Balanços mostram lenta recuperação das Empresas - Custos em alta ofuscam recuperação no trimestre. Jornal Valor Econômico. Disponível em <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2013/3/22/balancos-mostram-lenta-recuperacao-das-empresas>

<sup>23</sup> Para fins do Programa de Ajuste Fiscal as receitas advindas do Imposto de Renda Pessoa Física são consideradas como receitas de Transferências.

O total das receitas da arrecadação própria em 2011 foi de R\$ 2,335 bilhões (8,65% do PIB) e passou para R\$ 2,534 bilhões (8,53% do PIB) em 2012, resultando em um acréscimo nominal de R\$ 198,6 milhões ou 8,49%. O ICMS Principal incluído o FECOEP líquido do FUNDEB em 2011 correspondeu a R\$ 1,937 bilhão (7,17% do PIB) e em 2012 foi de R\$ 2,092 bilhões (7,05% do PIB), resultando em um incremento nominal de 8% ou de R\$ 155,7 milhões. Considerando apenas o ICMS excluído do Fundo de Combate a Pobreza (FECOEP) líquido do FUNDEB em 2011 era de R\$ 1,889 bilhão (7,0% do PIB) e aumentou para R\$ 2,037 bilhões em 2012 (6,86% do PIB), resultando em um incremento de R\$ 148 milhões ou de 7,83%. Entretanto, foi evidenciada uma insuficiência de arrecadação de R\$ 164,5 milhões em 2012.

A Tabela nº 13 explicita o modelo de esgotamento do aumento da arrecadação do ICMS Principal excluindo o FECOEP em relação ao PIB, na medida em que em 2007 correspondia a 7,70% do PIB e passou para 8,12% do PIB em 2012. Salienta-se, ainda, que o incremento da arrecadação do ICMS foi reflexo do incremento das transferências da Previdência Social e do Programa de Bolsa Família para o Estado de Alagoas. A título de comparação em 2007 o montante das transferências da Previdência Social era de R\$ 1,906 bilhão e do Programa de Bolsa Família de R\$ 289 milhões em 2012 aquelas totalizaram R\$ 3,991 bilhões e este atingiu R\$ 684,5 milhões<sup>24</sup>.

Salienta-se, também, o aumento do financiamento de veículos e imobiliário, os quais impactaram no incremento da arrecadação em % do PIB de Combustível e Construção Civil. Entretanto, com relação a este demonstra modelo de esgotamento em % do PIB em face da ampliação do crédito imobiliário. A título de comparação em 2012 atingiu R\$ 1,654 bilhão e de janeiro de 2007 a dezembro de 2012 o montante atingiu R\$ 1,027 bilhão.

---

<sup>24</sup> Em 2007, o programa Bolsa Família atingia 351,4 mil famílias e em 2012 alcançou 436,3 mil famílias.

Tabela n ° 13 - Arrecadação do ICMS excluído FECOEP – 2007 a 2012 (% do PIB)

	2007	% PIB	2008	% PIB	2009	% PIB	2010	% PIB	2011	% PIB	2012	% PIB
COMBUSTÍVEL	309.302	1,74%	335.865	1,72%	343.123	1,62%	484.095	1,97%	487.841	1,81%	556.608	1,87%
ALIMENTAÇÃO	122.386	0,69%	149.816	0,77%	157.348	0,74%	198.769	0,81%	231.367	0,86%	270.724	0,91%
AUTOMOTIVO	85.394	0,48%	95.173	0,49%	95.167	0,45%	127.776	0,52%	142.116	0,53%	143.854	0,48%
BEBIDAS E FUMO	90.111	0,51%	112.972	0,58%	152.902	0,72%	201.041	0,82%	222.562	0,82%	230.243	0,78%
COMUNICAÇÃO	180.635	1,02%	186.059	0,96%	198.105	0,93%	213.705	0,87%	229.928	0,85%	228.898	0,77%
CONSTRUÇÃO CIVIL	58.910	0,33%	67.288	0,35%	76.266	0,36%	103.730	0,42%	117.647	0,44%	139.246	0,47%
DEPARTAMENTO TÊXTIL	120.486	0,68%	143.290	0,74%	156.231	0,74%	199.314	0,81%	229.534	0,85%	256.565	0,86%
ENERGIA	126.589	0,71%	163.593	0,84%	177.806	0,84%	165.772	0,67%	190.021	0,70%	213.845	0,72%
MINERAL	55.193	0,31%	44.026	0,23%	35.085	0,17%	43.495	0,18%	55.620	0,21%	9.549	0,03%
OUTROS	42.695	0,24%	59.500	0,31%	69.475	0,33%	65.357	0,27%	73.086	0,27%	81.846	0,28%
QUÍMICOS	102.806	0,58%	126.097	0,65%	116.218	0,55%	135.912	0,55%	153.076	0,57%	169.862	0,57%
SEM CLASSIFICAÇÃO	3.788	0,02%	3.267	0,02%	2.644	0,01%	2.257	0,01%	2.457	0,01%	3.157	0,01%
SUCRO ALCOOLEIRO	48.092	0,27%	47.846	0,25%	50.443	0,24%	45.203	0,18%	44.683	0,17%	36.730	0,12%
NÃO IDENTIFICADO	23.437	0,13%	21.673	0,11%	39.402	0,19%	46.357	0,19%	61.572	0,23%	69.561	0,23%
TOTAL	1.369.823	7,70%	1.556.467	7,99%	1.670.215	7,87%	2.032.781	8,27%	2.241.510	8,30%	2.410.687	8,12%
PIB		17.793.227		19.476.861		21.234.951		24.574.808		27.005.694		29.692.814

Fontes : DAMIF (SEFAZ), IBGE, SEPLANDE

Valores nominais : R\$ 1.000,00

Nota : A diferença entre a arrecadação contabilizada pela DAMIF e do Balanço Geral do Estado é devido que este tem o impacto da Nota Fiscal Alagoana e outros ajustes contábeis do Sistema de Arrecadação.

No que concerne ao IPVA líquido do FUNDEB era de R\$ 115,4 milhões (0,43% do PIB) em 2011 e passou para R\$ 134,9 milhões (0,47% do PIB) em 2012, refletindo em um incremento nominal de R\$ 19,6 milhões ou de 16,96%.

Observa-se, ainda, que o incremento de Outras Receitas de Arrecadação Própria foi reflexo do incremento da arrecadação do Departamento de Trânsito do Estado de Alagoas (DETRAN/AL) em face que em 2011 correspondia a R\$ 48,5 milhões (0,18% do PIB) e passou para R\$ 64,2 milhões (0,22% do PIB), ou seja, um incremento de R\$ 15,7 milhões ou de 32,4%.

O total das despesas não financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, totalizou em 2011 R\$ 4,459 bilhões (16,51% do PIB) e aumentou para R\$ 5,077 bilhões (17,10% do PIB), resultando em um crescimento nominal de R\$ 617,3 milhões ou 13,84%. Assim, essa ampliação das despesas não financeiras é resultado da vinculação da receita a despesa, a qual estimula o gasto com custeio aliado ao aumento das transferências de capital.

A despesa de pessoal em 2011 foi de R\$ 2,779 bilhões (10,29% do PIB) e aumentou em 2012 para R\$ 3,055 bilhões (10,29% do PIB), implicando em um crescimento nominal de R\$ 275,7 milhões ou 9,92%. Salienta-se que o maior fator de pressão fiscal vem do passivo previdenciário em face da necessidade de aporte

do Tesouro Estadual para financiar o Déficit Previdenciário<sup>25</sup>. A título de comparação em 2011 a despesa com Aposentados e Pensionistas foi de R\$ 862,6

<sup>25</sup> Para fins de apurar o déficit previdenciário foi considerado como a soma das Receitas de Contribuições dos Segurados com a Receita de Compensação Previdenciária menos a Despesa com Aposentados e Pensionistas (Civil e Militares).

milhões para uma Receita de Contribuição dos Segurados<sup>26</sup> de R\$ 145,3 milhões e no que concerne ao exercício de 2012 a despesa com Aposentados e Pensionistas foi de R\$ 1.008 bilhão para uma Receita de Contribuição dos Segurados de R\$ 174,1 milhões. Neste contexto o Déficit Previdenciário que era de R\$ 717,3 milhões (-2,66% do PIB) em 2011 e passou para R\$ 833,8 milhões (-2,81% do PIB) em 2012.

A despesa referente às Outras Despesas Correntes e de Capital (OCC) excluindo as Transferências Constitucionais Legais em 2011 foi de R\$ 1,680 bilhão (6,22% do PIB) e passou em 2012 para R\$ 2,022 bilhões (6,81% do PIB). Assim, houve um incremento nominal de R\$ 341,6 milhões ou 20,33% de 2012 em relação a 2011.

Quando se realiza uma análise desagregada verifica-se que o montante das Outras Despesas Correntes excluindo as Transferências Constitucionais Legais foi de R\$ 1,114 bilhão (4,13% do PIB) e em 2012 passou para R\$ 1,268 (4,27% do PIB), resultando em um crescimento nominal de R\$ 154 milhões ou 13,82%. Salienta-se o custeio através da Fonte Tesouro foi de R\$ 574,5 milhões em 2011 e aumentou para R\$ 618,5 milhões em 2012, refletindo em um incremento de R\$ 44 milhões. Entretanto, excluindo os recursos vinculados a Educação e Saúde o custeio em 2011 era de R\$ 264,8 milhões e passou para R\$ 308,6 milhões, resultando em um incremento nominal de 43,8 milhões ou 16,53%.

No que tange à Despesa de Investimentos era de R\$ 557,6 milhões (2,06% do PIB) em 2011 e aumentou para R\$ 746,1 milhões (2,51% do PIB) em 2012, resultando em um incremento nominal de R\$ 188,5 milhões ou de 33,80%. Ressalta-se que do volume de despesa de Investimento em 2012 inscrito em Restos a Pagar não Processados foi de R\$ 267,2 milhões.

O equilíbrio das contas públicas fica evidenciado no que tange a obtenção do superávit primário em face que em 2011 foi de R\$ 470,5 milhões (1,74% do PIB) e em 2012 passou para R\$ 338,7 milhões (1,14% do PIB). Salienta-se, ainda, que a meta do superávit primário fixado pela LDO para o exercício de 2012 era de R\$ 550,6 milhões conforme Lei nº 7.405 de 23 de agosto de 2012. Todavia, o superávit primário foi reduzido em face da combinação da decisão política do governo de privilegiar a realização de investimentos conforme o volume inscrito de Restos a Pagar não Processados aliada principalmente a insuficiência de arrecadação do ICMS e do FPE no montante de R\$ 164,5 milhões e R\$ 290 milhões, respectivamente, bem como a rigidez dos gastos em face do reflexo do modelo de vinculação da receita a despesa.

No que se refere à Dívida Consolidada, também chamada de fundada, corresponde ao montante total apurado sem duplicidade das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados de realização de operações de crédito, com amortização de prazo superior a doze meses.

---

<sup>26</sup> Para fins de cálculo do déficit previdenciário foi somado as Receitas de Contribuições dos Segurados a Receita de Compensação Previdenciária.

A Resolução nº. 40/01 do Senado Federal determina que o limite de endividamento seja, no máximo, duas vezes a RCL, porém, para efeito de apuração desse limite, utiliza-se o conceito de Dívida Consolidada Líquida, deduzindo da dívida consolidada o superávit financeiro existente.

A rubrica Dívida Mobiliária é composta pelas Letras Financeiras do Tesouro Estadual – LFT-AL. Com o refinanciamento ocorrido através da Lei 9.496/97, a maior parcela das LFT-AL foi resgatada. Ficaram de fora desse processo apenas alguns investidores e atualmente o Tesouro Estadual encontra-se em processo de regularização desses títulos.

A sustentabilidade fiscal no que concerne à relação Dívida Consolidada (DC) / RCL correspondia a 197,13% em 2008 reduzindo para 161,89% em 2012 e considerando a Dívida Consolidada Líquida (DCL) / RCL era de 197,13% e diminuiu para 150,43%.

A relação DC/RCL apresenta uma trajetória descendente desde 2008, apesar da obtenção das Operações de Crédito em 2009 e 2010. O crescimento da Receita Corrente Líquida neste período contribuiu para a redução dessa relação, resultando na geração de esforço fiscal e possibilitando, ainda, ao Estado captar recursos por operações de crédito e, portanto, aumentar a realização dos investimentos.

No que tange à Dívida Consolidada Líquida (DCL) correspondia a R\$ 7,100 bilhões (26,29% do PIB) em 2011 e passou em 2012 para R\$ 7,600 bilhões (26,48% do PIB). No que concerne à relação DCL em 2012 era de 147,88% e passou para 150,43% em 2012.

Tabela nº 14 - Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida – 2007 a 2012 (%)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012/2008	2012/2011
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (1)</b>	<b>6.955.422</b>	<b>6.845.522</b>	<b>7.525.492</b>	<b>7.830.583</b>	<b>8.178.422</b>	<b>17,58%</b>	<b>4,44%</b>
Dívida Mobiliária	102.066	112.200	123.170	137.574	149.259	46,24%	8,49%
Dívida Contratual	6.223.793	6.342.734	7.040.125	7.338.539	7.676.523	23,34%	4,61%
Parcelamentos com a União	485.656	380.116	362.197	354.470	345.795	-28,80%	-2,45%
De Tributos	33.636	31.371	29.780	27.804	25.846	-23,16%	-7,04%
Contribuições Sociais	389.835	291.680	281.042	281.042	281.042	-27,91%	0,00%
FGTS	62.185	57.066	51.375	45.624	38.907	-37,43%	-14,72%
Outras Dívidas	143.907	10.471	-	-	-	-100,00%	-
<b>DEDUÇÕES (2)</b>	<b>-</b>	<b>335.967</b>	<b>726.843</b>	<b>730.836</b>	<b>578.920</b>		<b>-20,79%</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	558.311	866.385	1.086.607	1.052.043	1.063.072	90,41%	1,05%
Haveres Financeiros	18.085	27.356	41.582	33.592	46.946	159,58%	39,75%
(-) Restos a Pagar Processados	608.885	557.774	401.346	354.799	531.098	-12,78%	49,69%
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>32.503</b>	<b>240.967</b>	<b>240.967</b>	<b>412.856</b>		<b>-100,00%</b>	<b>-100,00%</b>
Precatórios anteriores a 05/05/2000	-	-	-	308.591			
Insuficiência Financeira	32.488	-	-	-			
Outras Obrigações	15	240.967	240.967	104.264		-100,00%	-100,00%
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (3) =</b>	<b>6.955.422</b>	<b>6.509.556</b>	<b>6.798.649</b>	<b>7.099.747</b>	<b>7.599.502</b>	<b>9,26%</b>	<b>7,04%</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.528.416	3.597.965	4.205.565	4.801.099	5.051.891	43,18%	5,22%
% DC/RCL	197,13%	190,26%	178,94%	163,10%	161,89%	-17,88%	-0,74%
<b>% DCL/RCL</b>	<b>197,13%</b>	<b>180,92%</b>	<b>161,66%</b>	<b>147,88%</b>	<b>150,43%</b>	<b>-23,69%</b>	<b>1,73%</b>
Limite pelo Senado Federal - 200%	7.056.833	7.195.930	8.411.130	9.602.198	10.103.782	43,18%	5,22%

Fonte : Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Valores em R\$ 1.000,00

Através da Tabela nº 15 evidencia que a Dívida Consolidada teve um incremento nominal de 17,58% enquanto a Receita Líquida Real Média (RLRM),

sendo esta a base de cálculo do serviço da dívida (Despesa com Juros e Despesa com Amortização). Ressalta-se que a RLRM teve um incremento nominal de 57,50% no período de 2012 em relação a 2008, refletindo na diminuição da relação DC/RCL.

Tabela nº 15 - Comportamento da RLR Média, IGP-DI, Dividas (Lei nº 8.727/93, Lei nº 9.496/97)

	2008	2009	2010	2011	2012	VAR. ACUM 2012 / 2008
RLR Média (15%)	2.911	3.171	3.369	3.949	4.585	57,50%
Tx. crescimento RLR Média (nominal)	9,56%	8,93%	6,22%	17,22%	16,12%	
IGP-DI (FGV)	9,11%	-1,44%	11,31%	5,01%	8,11%	35,89%
Dívida (Lei nº 8.727/93)	718	665	590	493	364	-49,40%
Tx. crescimento Dívida (Lei nº 8.727/93)	-5,00%	-7,49%	-11,22%	-16,41%	-26,30%	
Dívida (Lei nº 9.496/97)	5.380	5.306	5.902	6.215	6.661	23,81%
Tx. crescimento Dívida (Lei nº 9.496/97)	12,39%	-1,38%	11,23%	5,30%	7,18%	
Total da Dívida Consolidada	6.955	6.846	7.525	7.831	8.178	17,58%
Tx. crescimento Dívida Consolidada	11,66%	-1,58%	9,93%	4,05%	4,44%	

Fontes : Gerência da Dívida Pública; Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

A Dívida regida pelos contratos da Lei nº 9.496/97 e da Lei nº 8.727/93 caracterizando o refinanciamento da dívida com a União correspondia a R\$ 6,098 bilhões em 2008 e aumentou para R\$ 7,024 bilhões em 2012. Assim, as alusivas dívidas representavam 87,68% da dívida total em 2008 e reduziram para 85,89% em 2012.

Nota-se que a dívida no que tange a Lei nº 9.496/97 tinha seu custo atrelado ao índice IGP-DI (FGV) mais juros, e pagamento limitado a 15% da Receita Líquida Real.

No que se referem às dívidas Lei nº 9.496/97 e Lei nº 8.727/93 têm uma correlação ao comportamento da RLR e do IGP-DI, resultando na evolução da Dívida Consolidada.

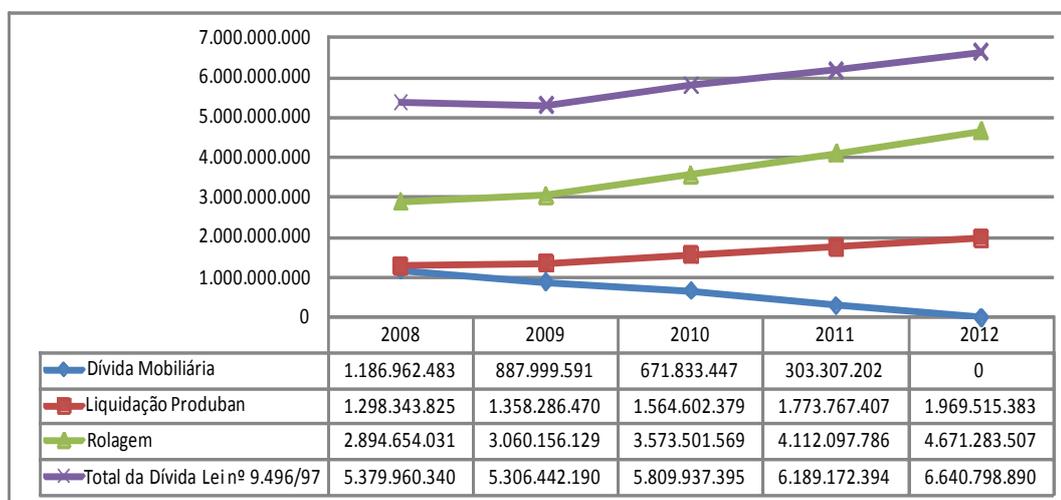
A Dívida Lei nº 9.496/97 representava 77,35% da Dívida Consolidada em 2008 e passou para 81,20% em 2012.

Realizando uma análise desagregada da dívida da Lei nº 9.496/97 evidencia o impacto significativo para o equilíbrio das contas públicas em face que de 2008 a 2012 o pagamento do serviço da dívida foi de R\$ 1,187 bilhão. Avaliando que o custo de financiamento da dívida em 7,5% somado ainda ao comportamento do IGP-DI no período, bem como a insuficiência do montante da Receita Líquida Real para cobrir o total do serviço da dívida, refletiu no crescimento da dívida da Lei nº 9.496/97 em R\$ 2,468 bilhões no tocante aos resíduos gerados, sendo que no tocante a Liquidação Produbam foi de R\$ 676,7 milhões e da Rolagem de R\$ 1,791 bilhão no período. Assim, a elevação da dívida através da geração de resíduos neste período resultará no aumento da relação Dívida/ RCL e na elevação do pagamento do serviço da dívida no longo prazo.

O Gráfico nº 21 evidencia o crescimento da Dívida Rolagem em face do crescimento do IGP-DI e do seu custo de financiamento respectivo, entretanto mesmo tendo o mesmo alusivo custo a Dívida Mobiliária teve uma diminuição em

função de ter que ser priorizada a sua amortização em razão dos aspectos contratuais.

Gráfico nº 21 – Dívida Lei 9.496/97 - 2008 a 2012



Fonte: Gerência da Dívida Pública (Superintendência do Tesouro Estadual)

O compromisso do esforço fiscal feito pelo Estado é evidenciado, na medida em que a Dívida Consolidada (DC) em 2011 era de R\$ 7,831 bilhões (29,00% do PIB) e passou para R\$ 8,178 bilhões (27,54% do PIB) em 2012, refletindo em um incremento nominal de R\$ 347,8 milhões ou de 4,44% em face da combinação do baixo desempenho das receitas do ICMS e do FPE aliado ao comportamento do IGP-DI (FGV), o qual alcançou 8,11% em 2012. No que concerne à relação Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida em 2011 era de 163,1% e passou para 161,1% em 2012.

Tabela nº 16 – Anexo II - Anexo de Metas Anuais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores – Preços Correntes

	2011	2012	REPROGRAMAÇÃO 2013
DISCRIMINAÇÃO			
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	5.580.194	6.118.520	6.684.456
Receitas de Transferências	3.245.009	3.584.896	3.929.430
FPE líquido do Fundeb	1.999.768	2.061.932	2.299.162
Outras	1.245.241	1.522.964	1.630.268
Receitas de Arrecadação Própria	2.335.185	2.533.624	2.755.026
ICMS líquido do Fundeb	1.936.645	2.092.392	2.275.350
IPVA líquido do Fundeb	115.386	134.951	147.640
Outras	283.154	306.281	332.036
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	650.252	702.988	760.026
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	4.929.942	5.415.532	5.924.430
IV- DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	4.459.454	5.076.782	6.203.406
Pessoal	2.779.092	3.054.801	3.305.921
OCC	1.680.362	2.021.981	2.897.485
Investimentos	557.594	746.087	1.500.000
Inversões	8.749	7.860	2.000
Outras Despesas Correntes	1.114.018	1.268.034	1.395.485
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	470.488	338.750	(278.976)
RESULTADO NOMINAL	305.091	347.839	1.468.328
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	7.830.583	8.178.422	9.676.750
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	7.099.747	7.599.503	9.176.528
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	4.801.099	5.051.891	5.532.587
DC / RCL	163,10%	161,89%	174,90%
DCL / RCL	147,88%	150,43%	165,86%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Valores em R\$ 1.000,00

Tabela nº 17 – Anexo II - Anexo de Metas Anuais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores – Preços Médios de 2013 – IGP-DI

	2011	2012	REPROGRAMAÇÃO 2013
DISCRIMINAÇÃO			
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	6.289.655	6.506.618	6.684.456
Receitas de Transferências	3.657.577	3.812.286	3.929.430
FPE líquido do Fundeb	2.254.017	2.192.720	2.299.162
Outras	1.403.560	1.619.566	1.630.268
Receitas de Arrecadação Própria	2.632.079	2.694.332	2.755.026
ICMS líquido do Fundeb	2.182.868	2.225.112	2.275.350
IPVA líquido do Fundeb	130.056	143.511	147.640
Outras	319.154	325.708	332.036
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	732.924	747.579	760.026
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	5.556.731	5.759.039	5.924.430
IV- DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	5.026.425	5.398.803	6.203.406
Pessoal	3.132.424	3.248.567	3.305.921
OCC	1.894.002	2.150.235	2.897.485
Investimentos	628.486	793.411	1.500.000
Inversões	9.861	8.359	2.000
Outras Despesas Correntes	1.255.654	1.348.466	1.395.485
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	530.306	360.236	(278.976)
RESULTADO NOMINAL	343.880	369.902	1.468.328
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	8.826.157	8.697.180	9.676.750
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	8.002.403	8.081.540	9.176.528
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.411.507	5.372.333	5.532.587
DC / RCL	163,10%	161,89%	174,90%
DCL / RCL	147,88%	150,43%	165,86%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Valores em R\$ 1.000,00

É importante destacar que mantendo o cenário de baixo crescimento da receita do ICMS e do FPE exigirá um esforço adicional no que se refere ao controle dos gastos públicos para os exercícios de 2013 a 2016, ou seja, de controle das despesas públicas no que tange a diminuição da política de contratação de novos servidores e principalmente reduzindo a despesa de custeio.

Salienta-se, ainda, a previsão da geração de déficit primário em 2013 e baixos resultados primários em valores nominais para o período de 2014 a 2016 é reflexo da combinação do baixo crescimento das receitas do ICMS e do FPE com o efeito do significativo incremento da despesa de pessoal em face da pressão fiscal advinda do aumento do financiamento dos déficits previdenciários. Entretanto, conforme já salientado a geração de superávit primário deverá ser aumentada significativamente em R\$ 400 milhões para os exercícios de 2015 e 2016 em face da combinação do elevado serviço da dívida e da ausência de novas fontes de financiamento.

Assim, para alavancar o desenvolvimento do Estado é necessária a realização das operações de crédito e dos convênios correntes e de capital com a União. Além desse objetivo o governo do Estado de Alagoas busca:

- a) a retomada do crescimento sustentável da economia do Estado;
- b) o incremento das receitas não financeiras;
- c) a continuidade do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal
- d) atrair investimentos privados

**LEI Nº 7.529, DE 8 DE AGOSTO DE 2013.**

**ANEXO II – A2**  
**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
**2013 a 2016**  
 (Art. 4 § 1º da LC nº 101/2000)

Tabela nº 18 – Metas Fiscais para o Período 2013-2016 (Valores Correntes )

DISCRIMINAÇÃO	2013		2014		2015		2016	
		% PIB		% PIB		% PIB		% PIB
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	6.684.456	20,60%	7.265.280	20,46%	7.817.664	20,12%	8.475.660	19,93%
Receitas de Transferências	3.929.430	12,11%	4.280.307	12,05%	4.604.467	11,85%	4.998.005	11,76%
FPE líquido do Fundeb	2.299.162	7,08%	2.484.493	7,00%	2.683.068	6,91%	2.905.060	6,83%
Outras	1.630.268	5,02%	1.795.814	5,06%	1.921.399	4,94%	2.092.945	4,92%
Receitas de Arrecadação Própria	2.755.026	8,49%	2.984.973	8,41%	3.213.197	8,27%	3.477.655	8,18%
ICMS líquido do Fundeb	2.275.350	7,01%	2.462.329	6,93%	2.647.593	6,81%	2.868.891	6,75%
IPVA líquido do Fundeb	147.640	0,45%	159.406	0,45%	170.954	0,44%	183.338	0,43%
Outras	332.036	1,02%	363.238	1,02%	394.650	1,02%	425.426	1,00%
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	760.026	2,34%	821.679	2,31%	883.235	2,27%	955.528	2,25%
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	5.924.430	18,25%	6.443.601	18,15%	6.934.429	17,85%	7.520.132	17,69%
IV- DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	6.203.406	19,11%	6.141.267	17,29%	6.464.642	16,64%	6.969.750	16,39%
Pessoal	3.305.921	10,19%	3.646.922	10,27%	4.021.297	10,35%	4.405.404	10,36%
OCC	2.897.485	8,93%	2.494.345	7,02%	2.443.345	6,29%	2.564.345	6,03%
Investimentos	1.500.000	4,62%	980.000	2,76%	759.000	1,95%	700.000	1,65%
Inversões	2.000	0,01%	2000	0,01%	2.000	0,01%	2.000	0,00%
Outras Despesas Correntes	1.395.485	4,30%	1.512.345	4,26%	1.682.345	4,33%	1.862.345	4,38%
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	(278.976)	-0,86%	302.334	0,85%	469.787	1,21%	550.382	1,29%
RESULTADO NOMINAL	1.498.328	4,62%	309.622	0,87%	160.971	0,41%	121.313	0,29%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	9.676.750	29,82%	9.986.372	28,12%	10.147.343	26,11%	10.268.655	24,15%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	9.176.528	28,28%	9.388.452	26,44%	9.647.343	24,83%	9.768.655	22,98%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	5.532.587	17,05%	5.973.548	16,82%	6.437.456	16,57%	6.964.956	16,38%
DC/RCL	174,90%		167,18%		157,63%		147,43%	
DCL/RCL	165,86%		157,17%		149,86%		140,25%	
PIB ALAGOAS		32.454.246		35.511.436		38.856.613		42.516.906
PB BRASIL		4.754.740.177		5.175.059.209		5.632.534.443		6.130.450.488

Fonte: Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Valores em R\$ 1.000,00

Tabela nº 19 – Metas Fiscais para o Período 2013-2016 (Valores Preços Médios de 2013- IGP-DI)

DISCRIMINAÇÃO	2013		2014		2015		2016	
		% PIB		% PIB		% PIB		% PIB
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	6.684.456	20,60%	6.858.954	20,46%	7.028.996	20,12%	7.260.064	19,93%
Receitas de Transferências	3.929.430	12,11%	4.040.922	12,05%	4.139.955	11,85%	4.281.181	11,76%
FPE líquido do Fundeb	2.299.162	7,08%	2.345.543	7,00%	2.412.392	6,91%	2.488.411	6,83%
Outras	1.630.268	5,02%	1.695.379	5,06%	1.727.563	4,94%	1.792.771	4,92%
Receitas de Arrecadação Própria	2.755.026	8,49%	2.818.032	8,41%	2.889.041	8,27%	2.978.883	8,18%
ICMS líquido do Fundeb	2.275.350	7,01%	2.324.618	6,93%	2.380.496	6,81%	2.457.429	6,75%
IPVA líquido do Fundeb	147.640	0,45%	150.491	0,45%	153.708	0,44%	157.043	0,43%
Outras	332.036	1,02%	342.923	1,02%	354.837	1,02%	364.411	1,00%
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	760.026	2,34%	775.725	2,31%	794.132	2,27%	818.484	2,25%
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	5.924.430	18,25%	6.083.229	18,15%	6.234.864	17,85%	6.441.580	17,69%
IV- DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	6.203.406	19,11%	5.797.804	17,29%	5.812.471	16,64%	5.970.134	16,39%
Pessoal	3.305.921	10,19%	3.442.961	10,27%	3.615.617	10,35%	3.773.572	10,36%
OCC	2.897.485	8,93%	2.354.844	7,02%	2.196.854	6,29%	2.196.562	6,03%
Investimentos	1.500.000	4,62%	925.191	2,76%	682.430	1,95%	599.605	1,65%
Inversões	2.000	0,01%	1.888	0,01%	1.798	0,01%	1.713	0,00%
Outras Despesas Correntes	1.395.485	4,30%	1.427.764	4,26%	1.512.626	4,33%	1.595.244	4,38%
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	(278.976)	-0,86%	285.425	0,85%	422.393	1,21%	471.445	1,29%
RESULTADO NOMINAL	1.498.328	4,62%	292.306	0,87%	144.731	0,41%	103.914	0,29%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	9.676.750	29,82%	9.427.863	28,12%	9.123.650	26,11%	8.795.904	24,15%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	9.176.528	28,28%	8.863.383	26,44%	8.674.092	24,83%	8.367.615	22,98%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	5.532.587	17,05%	5.639.465	16,82%	5.788.027	16,57%	5.966.029	16,38%
DC/RCL	174,90%		167,18%		157,63%		147,43%	
DCL/RCL	165,86%		157,17%		149,86%		140,25%	
PIB ALAGOAS		32.454.246		33.525.386		34.936.648		36.419.048
PB BRASIL		4.754.740.177		4.885.633.351		5.064.308.316		5.251.209.227

Fonte: Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)  
Valores em R\$ 1.000,00

**LEI Nº 7.529, DE 8 DE AGOSTO DE 2013.**  
**ANEXO II – A3**  
**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O saldo do Balanço Patrimonial é apurado pelo confronto do Ativo, composto pelos bens e direitos da Administração Direta, com o Passivo, formado pelas obrigações com terceiros. Do resultado deste confronto obtém-se uma Situação Patrimonial Líquida Positiva (Ativo Real Líquido) ou uma Situação Patrimonial Negativa (Passivo Real a Descoberto).

O Saldo Patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos e é apurado pelo confronto do Ativo Real com o Passivo Real. Do resultado deste confronto obtém-se uma situação patrimonial líquida positiva (Ativo Real Líquido) ou uma situação patrimonial líquida negativa (Passivo Real a Descoberto). O Passivo real a Descoberto foi de R\$ 6,126 bilhões em 2012 resultando em uma redução real de 1,34% em relação a 2011 e de um crescimento real de 72,25% em relação a 2008.

Salienta-se que o incremento nominal do Passivo Real Descoberto foi de 113,99% de 2012 em relação a 2008 e foi altamente influenciado pelos ajustes ocorridos na Provisão para Perdas da Dívida Ativa em face que foi verificada uma redução nominal de 53,46% no alusivo período.

Tabela nº 20 – Patrimônio Líquido do Estado de Alagoas – 2008 a 2012

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO GERAL DO ESTADO - 2008 a 2012							R\$ milhares	
	2008	2009	2010	2011	2012	2012/2008	2012/2011	
Ativo Real (1)	4.703.853	5.824.827	2.604.302	2.757.463	2.954.405	-37,19%	7,14%	
Ativo Financeiro	741.751	1.029.997	1.128.189	1.085.635	1.110.018	49,65%	2,25%	
Ativo Permanente	3.962.102	4.794.830	1.476.113	1.671.828	1.844.388	-53,45%	10,32%	
Passivo Real (2)	7.566.283	7.644.875	8.168.270	8.623.684	9.079.695	20,00%	5,29%	
Passivo Financeiro	793.353	969.211	790.037	698.462	975.311	22,94%	39,64%	
Passivo Permanente	6.772.930	6.675.664	7.378.233	7.925.222	8.104.385	19,66%	2,26%	
Passivo Real a Descoberto (3) = (1 - 2)	(2.862.430)	(1.820.048)	(5.563.968)	(5.866.221)	(6.125.290)	113,99%	4,42%	
Passivo Real a Descoberto Corrigido <sup>1</sup>	(3.556.038)	(2.172.812)	(6.271.781)	(6.208.724)	(6.125.290)	72,25%	-1,34%	
Variação do Passivo Real a Descoberto corrigido (%)	-2,67%	-38,90%	188,65%	-1,01%	-1,34%			

Fonte: Balanço Geral do Estado

Valores em R\$ 1.000,00

<sup>1</sup> Valores monetários do Passivo Real a Descoberto Corrigido calculados a preço de dezembro de 2012 (IPC- A – IBGE)

**LEI Nº 7.529, DE 8 DE AGOSTO DE 2013.**  
**ANEXO II – A4**  
**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS**  
**DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**METAS ANUAIS –**  
**2014**  
(Art. 4º § 2º, Inciso V da LC nº 101/2000)

**Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de**  
**Caráter Continuado**

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pelo (Art. 4º § 2º, Inciso V da LC nº 101/2000, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

O aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art. 17 da LRF). A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica em face da correlação entre a elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total.

Além disso, para o incremento da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadoria e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) está sendo considerado o incremento das transferências da Previdência Social e a política definida pelo Governo Federal de acréscimo do salário mínimo, o qual impacta conforme já salientado os segmentos do ICMS de Alimentação, Bebidas / Fumo e Vestuário. Ressalta-se que para a elaboração da LDO 2014, no que concerne à estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, foi considerada também as ações fiscais implantada pela Secretaria de Receita Estadual (SRE) no que se refere ao cruzamento das informações das empresas com os sistemas de informação.

Neste contexto, projeta-se o aumento da arrecadação do ICMS para o exercício de 2014 em relação ao mesmo período de 2013, considerando o modelo de esgotamento de aumento da receita do ICMS em percentual do PIB.

Desse modo, para estimar o aumento de receita do FPE, foi considerada a projeção já analisada em tópico anterior.

Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, os quais fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17 da LRF).

Foi considerada para o cálculo do aumento das despesas permanentes de caráter obrigatório, a qual terá impacto em 2014, a previsão do crescimento do aporte do Tesouro para financiar a necessidade de complementação previdenciária por parte do Tesouro e a contratação prevista de servidores por concurso.

Para a projeção do crescimento das receitas do ICMS e FPE foram considerados: como taxa de crescimento esperada para o PIB do Brasil de 3,5% e a expectativa de inflação média, 5,62% em 2014.. A margem para cobertura obtida das despesas vinculadas e transferências obrigatórias, foi de R\$ 254,2 milhões, resultando em um saldo da margem líquida de expansão de despesa obrigatória de caráter continuado é estimado em, aproximadamente, R\$ 1,5 milhão, conforme demonstrado na Tabela nº 21.

Tabela nº 21 - Valor previsto da Margem Líquida de Expansão de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado para 2014 em (Valores nominais em R\$)

Discriminação	Valor previsto em 2014
Aumento da arrecadação do ICMS	215.518.395
Aumento da arrecadação do FPE	231.662.743
Total da arrecadação do ICMS E DO FPE	447.181.138
(-) Aumento das transferências constitucionais legais	53.879.599
(-) Aumento das transferências do FUNDEB	78.660.308
(-) Aumento das transferências a Saúde	37.756.948
(-) Aumento das transferências a Educação	34.214.522
(-) Aumento da Dívida	36.183.742
(-) Aumento do PIS/PASEP	4.073.063
(-) Aumento da Ciência e Tecnologia	4.719.618
(-) Aumento dos precatórios	4.719.618
Total das despesas vinculadas e das transferências constitucionais legais	254.207.418
Saldo final do aumento permanente da receita ( I )	192.973.720
Margem Bruta (II) = ( I )	192.973.720
Saldo utilizado da margem bruta ( III )	191.500.000
Impacto de novas despesas de caráter continuado	
Aumento da despesa de pessoal	191.500.000
Margem líquida de expansão de despesa obrigatória de caráter continuado IV = (II) - ( III )	1.473.720

Fonte :Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual )

Evidencia-se que o saldo líquido de vinculações da receita é de R\$ 314,6 milhões conforme demonstrado na Tabela nº 22.

Tabela nº 22 – Valor previsto do Saldo Líquido para vinculações da Receita para 2014 em (Valores nominais em R\$)

Discriminação	Valor previsto em 2014
Aumento da arrecadação do ICMS	215.518.395
Aumento da arrecadação do FPE	231.662.743
Total da arrecadação do ICMS e do FPE	447.181.138
(-) Aumento das transferências constitucionais legais	53.879.599
(-) Aumento das transferências do FUNDEB	78.660.308
Saldo líquido para vinculações da receita	314.641.232

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual )

**LEI Nº 7.529, DE 8 DE AGOSTO DE 2013.**  
**ANEXO II – A5**  
**DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA**  
**RENÚNCIA DE RECEITA**  
**METAS ANUAIS**

(Art. 4º, § 2º, inciso V da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

A Diretoria de Monitoramento de Informações Fiscais (DAMIF) com base na análise dos dados fiscais das empresas calculou a renúncia fiscal no montante de R\$ 461,9 milhões em 2012. Ressalta-se que com base nos dados fornecidos pela DAMIF em 2011 a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (GGFE) tinha projetado R\$ 288,9 milhões.

No que se refere à renúncia fiscal estimada pela GGFE no segmento do PRODESIN foi de R\$ 107,8 milhões em 2012 enquanto foi verificada pela DAMIF em R\$ 199,8 milhões.

Considerando o expressivo incremento real do PIB projetado pela SEPLANDE avalia-se que a agressiva política fiscal resultou na atração de novas empresas refletindo na geração de empregos e renda.

Tabela nº 23 – Renúncia fiscal por segmento em 2012

SEGMENTOS	ATACADISTA	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO	PRODESIN	Total geral
ALIMENTAÇÃO	45.941.433	43.971.085	67.031.170	<b>156.943.688</b>
BEBIDAS/FUMO	-	82.265.930	34.010.494	<b>116.276.424</b>
COMUNICAÇÃO	-	2.841.373	-	<b>2.841.373</b>
CONSTRUÇÃO CIVIL	18.252.503	3.918.850	13.103.491	<b>35.274.843</b>
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	11.560.040	6.901.674	6.501.599	<b>24.963.313</b>
ENERGIA ELÉTRICA	-	-	23.256	<b>23.256</b>
MINERAL	-	-	1.224.252	<b>1.224.252</b>
OUTROS	1.447.961	5.397.982	10.714.629	<b>17.560.572</b>
QUÍMICOS	18.985.777	21.562.633	66.222.787	<b>106.771.197</b>
<b>TOTAL</b>	<b>96.187.712</b>	<b>166.859.527</b>	<b>198.831.677</b>	<b>461.878.917</b>

Fonte : Diretoria de Análise e Monitoramento das Informações Fiscais (DAMIF)

Nota 1: Para o segmento Atacadista foi simulada a apuração do ICMS considerando o crédito das entradas e o débito das saídas, e desse valor foram subtraídos os valores do imposto apurado pelo contribuinte e o valor do ICMS antecipado a recolher.

Nota 2 : Central de Distribuição: Inicialmente, Foi efetuado a diferença entre o presumido e o crédito das entradas, uma vez que eles abrem mão dos créditos das entradas e utilização o crédito presumido. Aqueles que não informaram o valor do crédito do ICMS referente às entradas, foi feito uma estimativa, considerando como renúncia, 4 (quatro) vezes o valor do imposto recolhido , já que eles abrem mão do crédito das entradas, que usualmente é 7% e recebem 11% de crédito presumido, restando 1% para recolher ao estado, uma vez que as saídas se dão a 12%.

Nota 3 : Prodesin: Foi considerado o valor do crédito presumido. Aqueles que não informaram o valor do crédito presumido II - PRODESIN, foi considerada a soma de crédito presumido I, crédito presumido II e outras hipóteses.

Para o exercício de 2013, foi estimado pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística o montante de R\$ 521,5 milhões observados os parâmetros de crescimento da renúncia para cada segmento Atacadista, Central de Distribuição e PRODESIN. Ressalta-se que conforme a LDO 2013 do Estado da Bahia a projeção de renúncia fiscal foi de R\$ 2,723 bilhões para o exercício de 2013.

Assim, o atual modelo de guerra fiscal reflete na necessidade do governo do Estado de Alagoas de conceder renúncias fiscais.

Tabela nº 24 – Projeção da renúncia fiscal por segmento em 2013

SEGMENTOS	ATACADISTA	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO	PRODESIN	Total geral
ALIMENTAÇÃO	49.616.747	47.928.483	73.734.287	<b>171.279.517</b>
BEBIDAS/FUMO	-	98.719.116	37.411.544	<b>136.130.660</b>
COMUNICAÇÃO	-	3.409.648	-	<b>3.409.648</b>
CONSTRUÇÃO CIVIL	20.990.378	4.702.620	14.413.840	<b>40.106.838</b>
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	13.294.046	8.282.009	7.151.759	<b>28.727.814</b>
ENERGIA ELÉTRICA	-	-	25.581	<b>25.581</b>
MINERAL	-	-	1.346.677	<b>1.346.677</b>
OUTROS	1.665.155	6.477.578	11.786.092	<b>19.928.825</b>
QUÍMICOS	21.833.643	25.875.160	72.845.065	<b>120.553.868</b>
<b>TOTAL</b>	<b>107.399.969</b>	<b>195.394.614</b>	<b>218.714.845</b>	<b>521.509.428</b>

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Para o exercício de 2014, foi estimado pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística o montante de R\$ 567,6 milhões observados os parâmetros de crescimento da renúncia para cada segmento Atacadista, Central de Distribuição e PRODESIN.

Tabela nº 25 – Projeção da renúncia fiscal por segmento em 2014

SEGMENTOS	ATACADISTA	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO	PRODESIN	Total geral
ALIMENTAÇÃO	53.586.087	51.762.762	79.633.030	<b>184.981.879</b>
BEBIDAS/FUMO	-	106.616.645	40.404.467	<b>147.021.112</b>
COMUNICAÇÃO	-	3.682.420	-	<b>3.682.420</b>
CONSTRUÇÃO CIVIL	22.669.608	5.078.830	15.566.947	<b>43.315.385</b>
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	14.357.569	8.944.569	7.723.900	<b>31.026.039</b>
ENERGIA ELÉTRICA	-	-	27.628	<b>27.628</b>
MINERAL	-	-	1.454.411	<b>1.454.411</b>
OUTROS	1.798.367	6.995.785	12.728.979	<b>21.523.131</b>
QUÍMICOS	23.580.334	27.945.173	78.672.671	<b>130.198.178</b>
<b>TOTAL</b>	<b>115.991.967</b>	<b>211.026.183</b>	<b>240.586.330</b>	<b>567.604.479</b>

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Para o exercício de 2015, foi estimado pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística o montante de R\$ 632,3 milhões observados os parâmetros de crescimento da renúncia para cada segmento Atacadista, Central de Distribuição e PRODESIN.

Tabela nº 26 - Projeção da renúncia fiscal por segmento em 2015

SEGMENTOS	ATACADISTA	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO	PRODESIN	Total geral
ALIMENTAÇÃO	57.872.974	56.421.410	86.003.673	<b>200.298.057</b>
BEBIDAS/FUMO	-	127.939.974	43.636.825	<b>171.576.799</b>
COMUNICAÇÃO	-	4.418.904	-	<b>4.418.904</b>
CONSTRUÇÃO CIVIL	26.070.049	6.094.596	16.812.303	<b>48.976.948</b>
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	16.511.205	10.733.483	8.341.812	<b>35.586.500</b>
ENERGIA ELÉTRICA	-	-	29.838	<b>29.838</b>
MINERAL	-	-	1.570.764	<b>1.570.764</b>
OUTROS	2.068.122	8.394.941	13.747.297	<b>24.210.361</b>
QUÍMICOS	27.117.385	33.534.207	84.966.484	<b>145.618.076</b>
<b>TOTAL</b>	<b>129.639.735</b>	<b>247.537.515</b>	<b>255.108.995</b>	<b>632.286.246</b>

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Para o exercício de 2016, foi estimado pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística o montante de R\$ 682,9 milhões observados os parâmetros de crescimento da renúncia para cada segmento Atacadista, Central de Distribuição e PRODESIN.

Tabela nº 27 - Projeção da renúncia fiscal por segmento em 2016

SEGMENTOS	ATACADISTA	CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO	PRODESIN	Total geral
ALIMENTAÇÃO	62.502.812	60.935.123	92.883.966	<b>216.321.901</b>
BEBIDAS/FUMO	-	138.175.172	47.127.771	<b>185.302.943</b>
COMUNICAÇÃO	-	4.772.416	-	<b>4.772.416</b>
CONSTRUÇÃO CIVIL	28.155.653	6.582.163	18.157.287	<b>52.895.103</b>
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	17.832.101	11.592.162	9.009.157	<b>38.433.420</b>
ENERGIA ELÉTRICA	-	-	32.225	<b>32.225</b>
MINERAL	-	-	1.696.425	<b>1.696.425</b>
OUTROS	2.233.572	9.066.537	14.847.081	<b>26.147.190</b>
QUÍMICOS	29.286.775	36.216.944	91.763.803	<b>157.267.522</b>
<b>TOTAL</b>	<b>140.010.914</b>	<b>267.340.517</b>	<b>275.517.715</b>	<b>682.869.146</b>

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Em um contexto de projeção da elevação da renúncia fiscal pelo governo do Estado de Alagoas é necessário fazer uma análise sobre o processo de desenvolvimento econômico e social do Estado de Pernambuco.

O processo de desenvolvimento econômico e social do Estado de Pernambuco no seu sentido mais abrangente e sustentável se alicerçou em bases como: a expansão econômica da base produtiva local; altos investimentos estruturantes abrangendo diversos municípios com financiamento de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ; a eficiência da base educacional e principalmente uma política agressiva de concessão de renúncia fiscal.

Além disso, os investimentos, por exemplo, da Petrobrás em Pernambuco cresceram muito no governo Dilma Rousseff.

O investimento da Petrobrás foi de menos de R\$ 49 milhões entre 2003 e 2006; R\$ 12,7 bilhões entre 2007 e 2010; e de R\$ 24,8 bilhões nesses últimos dois anos. O maior investimento anual da Petrobras em Pernambuco ocorreu em 2012, quando alcançou R\$ 13,4 bilhões. A média de investimento da Petrobras quase quadruplicou se comparados os períodos 2007/2010 e 2011/2012. Entre os anos

de 2007 e 2010 a média dos investimentos foi R\$ 3,2 bilhões e entre 2011 e 2012, R\$ 12,3 bilhões<sup>27</sup>.

Ressalta-se que o governo do Estado de Pernambuco não estima o valor total da renúncia fiscal, mas apenas o acréscimo desta por exercício, e, portanto para o período de 2013 foi de R\$ 96,7 milhões para ampliação do crescimento de renúncia dos outros programas de incentivo, a saber: Prodeauto (indústria automobilística), Prodinpe (indústria naval), Estímulo à Atividade Portuária, Estímulo à Cadeia Petroquímica (refinaria de petróleo e pólo de poliéster, em implantação).

Neste contexto, sem ausência de recursos para investir em infraestrutura competitiva quando comparada ao Estado de Pernambuco o governo do Estado de Alagoas foi obrigado a implementar uma política fiscal agressiva no tocante a concessão de subsídios para manter / atrair indústrias. E, portanto, pelo princípio da Transparência a SEFAZ calcula o valor real das renúncias fiscais, as quais impactam as finanças públicas.

Ressalta-se que as novas indústrias têm previsão de realizar investimentos no montante de R\$ 8 bilhões.

---

<sup>27</sup> Fonte : Ministério do Planejamento responde matéria do Estadão. Disponível em <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/ministerio-do-planejamento-responde-materia-do-estadao> <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/ministerio-do-planejamento-responde-materia-do-estadao> acesso em 30 de abril de 2013.

**LEI Nº 7.529, DE 8 DE AGOSTO DE 2013.**  
**ANEXO III**  
**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**  
**AVALIAÇÃO DE RISCOS FISCAIS**  
**(Art. 4º, § 3º. da LC nº 101/2000)**  
**RISCOS FISCAIS**

**I - INTRODUÇÃO**

Esse anexo tem como objetivo prover maior transparência no que concerne a explicitar os principais riscos fiscais na execução do orçamento de 2014, em conformidade com o parágrafo 3º, artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas no momento da elaboração do orçamento.

Os riscos fiscais não se restringem somente aos passivos contingentes decorrentes de ações judiciais, eles englobam também riscos macroeconômicos acerca da realização da receita ou acerca do incremento da despesa, bem como as variações nos determinantes da dívida pública e o conseqüente impacto no serviço da dívida. Além disso, para efeito deste Anexo consideram-se as afetações no orçamento originárias de situações decorrentes das obrigações específicas do governo estabelecidas por lei ou contrato, pela qual o governo deve legalmente atender a obrigação quando ela é devida, mas que cuja ocorrência é incerta.

Ressalta-se, ainda, a decisão judicial, a qual determinou que a Lei Orgânica do **Grupo** Ocupacional Tributação e **Finanças** do Estado de **Alagoas** deva ser aplicada na íntegra. Saliencia-se ,ainda, que esse montante não foi previsto na projeção da despesa de pessoal para o exercício de 2014 bem como para os exercícios posteriores em face da decisão está sendo apreciada pelo Tribunal de Justiça.

Os conceitos dos riscos fiscais serão apresentados a seguir bem como a sua classificação em duas categorias: de riscos fiscais orçamentários e de dívida. Em seguida são identificados e avaliados os potenciais fatores de risco advindos de cada categoria.

As receitas constantes do projeto de lei orçamentária anual, a ser enviado à Assembleia no segundo semestre, constituem apenas uma previsão, em consonância com as normas de direito financeiro, uma vez que depende de projeções acerca do comportamento da inflação, atividade econômica, taxa de câmbio, entre outros fatores. Portanto, qualquer evento que ocasione um desvio entre os parâmetros adotados para essas variáveis na projeção de receitas e os valores efetivamente observados ao longo do exercício, resultam em uma frustração de receita, constitui também um risco fiscal.

As variações no cenário macroeconômico, as quais gerem maior demanda pelos serviços prestados pelo Estado como saúde, educação, defensoria pública, e, portanto impactando em maiores despesas são também um risco fiscal.

Outro risco que deve ser analisado, o qual impacta o Estado de Alagoas é decorrente da ausência de ingressos para o financiamento das despesas. A soma de todas as receitas correntes do Estado de Alagoas em 2012 foi de R\$ 6,658 bilhões para uma população de 3,1 milhões enquanto o Distrito Federal para o financiamento da despesa de pessoal da Educação e Segurança recebeu um aporte de R\$ 10 bilhões no que se refere ao Fundo Constitucional do Distrito Federal. Considerando todas as receitas correntes em 2012 o Distrito Federal teve R\$ 12,4 bilhões. Ou seja, para manter a sua estrutura de gastos o Governo do DF teve R\$ 22,4 bilhões para o financiamento da despesa, sendo que a população do DF foi de 2,6 milhões.

Assim, a receita corrente do governo per capita de Alagoas em 2012 foi de R\$ 2.147,00 enquanto do Governo do Distrito Federal foi de R\$ 8.427,00 ou seja, correspondeu a 3,92 vezes do Governo de Alagoas. Ressalta-se que o Distrito Federal não divide a sua receita com os municípios.

No que tange a dívida pública, os riscos fiscais estão associados a variações em discordância com o previsto nos indexadores e as taxas de juros incidentes sobre os contratos de dívida.

Após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal o Estado de Alagoas avançou na direção de um regime fiscal responsável e transparente. Assim, foram evidenciadas mudanças institucionais recentes cujo objetivo é o equilíbrio fiscal de longo prazo.

- **RISCOS MACROECONÔMICOS**

O primeiro tipo de risco a ser considerado é o risco orçamentário no que se refere à possibilidade das receitas e despesas projetadas na elaboração do projeto de lei orçamentária anual não se confirmarem durante o exercício financeiro. No caso das receitas, os riscos a que se referem estão associados a não concretização das situações e parâmetros utilizados na sua projeção. No caso da despesa, à necessidade de execução de despesas, inicialmente não fixadas ou orçadas a menor durante a execução do Orçamento, principalmente no que concerne à despesa de pessoal.

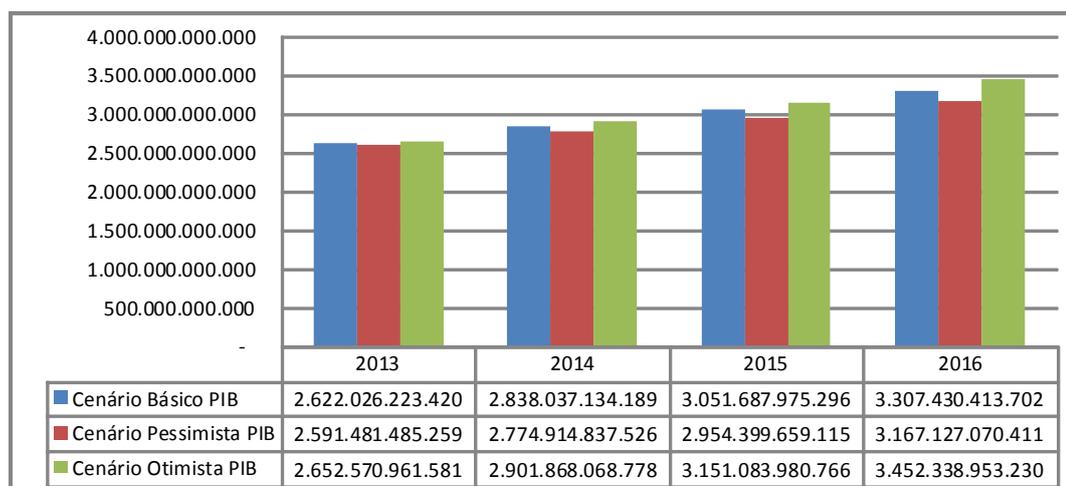
Os principais riscos macroeconômicos são aqueles associados a variações nos determinantes da previsão dos principais itens da receita estadual. O principal item individual da receita estadual é a arrecadação do ICMS, que em 2012 respondeu por 28,56% da RCL. Ressalta-se que para efeito nas contas públicas considerou-se o ICMS no montante de R\$ 2,405 bilhões para efeito de finanças públicas ante o registrado pela Diretoria de Análise e Monitoramento de Informações Fiscais de R\$ 2,410 bilhões.

A receita do ICMS é impactada pelo crescimento do PIB do Brasil, pela variação dos preços da economia e também pela taxa de câmbio, uma vez que o

imposto incide sobre as importações. Para o ano de 2013, uma queda de dois pontos percentuais do PIB em relação ao previsto na LDO, reduziria a receita do ICMS em 1,16%, ou seja, para uma previsão de crescimento do PIB de 3,0% estima-se uma arrecadação de R\$ 2,616 bilhões e para uma previsão de crescimento do PIB de 1,0% estima-se R\$ 2,585 bilhões.

Para o exercício de 2014, estima-se para um crescimento do PIB do Brasil de 3,5% resultaria em uma arrecadação do ICMS de R\$ 2,831 bilhões e de 1% como crescimento do PIB refletiria em R\$ 2,768 bilhões.

Gráfico nº 22 – Arrecadação do ICMS Principal com base nos cenários de crescimento do PIB – 2013 a 2016



Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

A receita do IPVA Principal, a qual representou 1,19% da RCL em 2012, é afetada pela situação macroeconômica de três maneiras. Em primeiro lugar, um menor crescimento do PIB e por consequência da renda, traduz-se numa maior inadimplência do imposto e em uma menor venda de veículos. Além disso, uma diminuição do preço dos veículos novos diminui também a arrecadação do IPVA sobre os mesmos.

Em primeiro lugar, o sistema financeiro poderá diminuir o ímpeto de financiar a aquisição de veículos em face do alto nível de inadimplência verificado neste segmento. Segundo, o menor crescimento do PIB em 2012 refletiu, por conseguinte no baixo crescimento da renda e aliado ao alto nível de comprometimento da renda com crédito em relação ao PIB impactará na propensão a aquisição de veículos.

Ressalta-se, ainda, o nível de comprometimento de renda do alagoano em face da aquisição da casa própria<sup>28</sup> e de veículos desde 2009 e principalmente nos exercícios de 2011 e 2012, reflete em um alto risco para a projeção do IPVA para o período de 2013 a 2016. Em 2012, o total de veículos vendidos foi de 48.806, em

<sup>28</sup>O montante destinado ao financiamento para aquisição da casa própria para o Estado de Alagoas segundo o Banco Central alcançou R\$ 1 bilhão de janeiro de 2002 a dezembro de 2012, resultando em um maior comprometimento da renda afetando diretamente a arrecadação do ICMS.

2011 foi de 49.924 ; em 2010 foi de 45.094 e em 2009 foi de 46.314 veículos. Assim, o total da frota de veículos do Estado de Alagoas atingiu 537.518 veículos em 2012, sendo que de automóveis atingiram 253.554.

Além disso, a SEFAZ oferece redução de 10% quando o contribuinte realiza o pagamento em cota única e do mesmo modo este pode utilizar os seus créditos obtidos através da Nota Fiscal Alagoana para reduzir o pagamento do IPVA.

As transferências correntes resultam em quase sua totalidade dos impostos e contribuições arrecadados pelo governo federal e que são partilhados com os Estados e municípios, estão sujeitas aos mesmos riscos fiscais elencados na LDO da União.

Em relação às receitas de operações de crédito, não há um risco estrito macroeconômico, mas relacionado ao risco de não assinatura dos contratos no prazo previsto no cronograma. Esse risco decorre do fato da tramitação de um pedido de operação de crédito externo, a qual depende da anuência do Poder Executivo Federal e também do Senado Federal.

Neste contexto, em face da necessidade de revisão das receitas resulta a necessidade de reprogramação das despesas, de forma a ajustá-las às disponibilidades de receita efetivamente arrecadadas no exercício.

A ausência de uma regra fiscal resultou no aumento do gasto corrente do setor público do Estado de Alagoas em percentual do PIB, e, portanto é fundamental impor um limite como regra para gerar os resultados primários expressivos em face do elevado serviço da dívida pública caso se mantenha o cenário de baixo incremento das receitas do FPE e do ICMS.

Assim, verificou-se que o custeio através da fonte Tesouro excluindo as Funções de Educação e Saúde era de R\$ 179,7 milhões em 2007 e passou para R\$ 308,6 milhões em 2012 conforme Tabela nº 63.

Neste contexto, o governo adotando regras rígidas no que se refere à ampliação dos gastos de custeio resultará na diminuição da probabilidade de risco do desequilíbrio das contas públicas, principalmente em um cenário de déficits financeiros crescentes do sistema previdenciário, ao longo do período de 2013 a 2016, os quais serão cobertos com recursos de aportes crescentes e significativos do Tesouro aliado a um cenário de alto risco no que tange ao comportamento do FPE<sup>29</sup>.

- **RISCOS DECORRENTES DA PREVISÃO DA RECEITA**

Segundo o modelo de projeção adotado pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (STE - SEFAZ), entre as variáveis macroeconômicas, as quais influenciam no montante de recursos arrecadados pelo Estado, está o nível de atividade da economia, a taxa de inflação, a taxa de juros e principalmente as

---

<sup>29</sup> Para esta análise está baseada na participação atual do FPE do Estado de Alagoas

transferências da Previdência Social e do Programa da Bolsa Família. Salienta-se, ainda, que os recursos advindos das transferências da Previdência Social e do Programa da Bolsa Família foram decisivos para o incremento da arrecadação do ICMS em percentual do PIB refletindo no comportamento da arrecadação dos alusivos segmentos de Alimentação, Bebidas/Fumo e Vestuário.

A frustração na arrecadação, devido a fatos ocorridos posteriormente à elaboração da peça orçamentária. No que se refere à receita do ICMS, é possível prever um ambiente de redução da arrecadação em percentual do PIB para os próximos anos, entretanto para o segmento de Alimentação haverá a ampliação do esforço fiscal em face do incremento das Transferências da Previdência Social e do Programa da Bolsa Família.

Ressalta-se que já houve uma ampliação do esforço fiscal significativo considerando o período de 1995 a 2012. Entretanto, evidencia-se também um alto nível comprometimento da renda do consumidor alagoano no médio e longo prazos em função da ampliação do financiamento imobiliário alcançando uma estimativa de R\$ 1,654 bilhão em dezembro de 2012 projetado de acordo com o total do financiamento imobiliário foi de R\$ 293 bilhões, sendo que de janeiro de 2007 a dezembro de 2012 o montante foi de R\$ 1,027 bilhão, refletindo em um menor crescimento da arrecadação em do ICMS em % do PIB.

Considerando um financiamento imobiliário de R\$ 1,654 bilhão significa que gera um vazamento de renda de R\$ 174 milhões em 2013, refletindo em um baixo crescimento da arrecadação do ICMS ao redor de 8,0%, bem como o impacto da redução da conta de energia.

## **II – Inclusão de variáveis que afetam o comportamento futuro**

### **a) Efeito PIB**

Na projeção das receitas tributárias mais especificamente no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi baseado no modelo de incremento em percentual do PIB, resultando em um aumento da Receita Líquida Real e da Receita Corrente Líquida em percentual do PIB para os exercícios de 2013 a 2016. **(Ver o tópico Memória e Metodologia de Cálculo da Receita 2012 – 2016)**. Assim, o nível de atividade econômica é uma variável, a qual influencia o montante de recursos arrecadados (sempre que houver discrepância entre as projeções dessas variáveis quando da elaboração do orçamento, os valores observados durante a execução orçamentária e os coeficientes, os quais relacionam os parâmetros aos valores estimados).

### **b) Efeito Expectativa de Inflação**

Como expectativa inflacionária, para o período 2013 – 2016 adotou-se a variação na média esperada do Índice de Preços Atacado (IPC-A) projetado pelo Relatório Focus do Banco Central.

As receitas provenientes de transferências voluntárias da União foram informadas e após serem discutidas e avaliadas pelas Secretarias de Estado de Planejamento e Orçamento e da Fazenda, foram acatadas ou revisadas, de forma a garantir a adequação à respectiva série histórica.

As receitas constantes do projeto de lei orçamentária anual a ser enviado à Assembleia Legislativa no segundo semestre constituem apenas uma previsão, em consonância com as normas de direito financeiro, uma vez que depende de projeções acerca do comportamento da inflação, atividade econômica, taxa de câmbio, entre outros fatores. Logo, a decisão do Banco Central de iniciar o ciclo de aumento da taxa Selic ao longo do exercício de 2013 e 2014 foi levada em consideração no cenário para a previsão das receitas do ICMS e do FPE.

Assim sendo, no que tange aos valores definidos para o orçamento de 2013 para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está se projetando uma insuficiência de arrecadação de R\$ 76,2 milhões e de R\$ 66 milhões, respectivamente. Ressalta-se que o maior risco de previsão da receita é do FPE em face das armadilhas do crescimento econômico como: o baixo valor adicionado de Produto Industrializado em função da ampliação da importação de Produtos Industrializados; a ampliação do déficit da conta corrente; a baixa competitividade da indústria e o alto nível de comprometimento da renda em relação ao crédito de 53,6% do PIB do Brasil em 2012 e principalmente em face da concorrência acirrada as empresas tiveram / manterão os preços sem reajuste, apesar da pressão de custos como salários.

Salienta-se, ainda, que a significativa valorização do real frente ao dólar resultou em um descompasso entre o consumo doméstico e a produção industrial, refletindo no incremento das importações de produtos industrializados para suprir o crescimento da demanda, resultando na deterioração do saldo da balança comercial e do risco de desindustrialização<sup>30</sup> e, portanto, poderão ter impactos significativos na geração de empregos e, conseqüentemente, da perda de massa salarial refletindo nas arrecadações do ICMS e do FPE.

Neste contexto, para a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística são esses fatores que estão contribuindo para o comportamento irregular do FPE e principalmente para a queda de 14,21% considerando abril de 2013 em relação ao mesmo período de 2012.

---

<sup>30</sup> A indústria, sob forte concorrência externa, encara um cenário bem mais preocupante. No ano de 2011, as importações de produtos manufaturados cresceram 45%, para mais de 150 bilhões de dólares. As exportações do segmento cresceram 18%, mas não chegaram a 80 bilhões. Resultado: um déficit de mais de 70 bilhões de dólares, quase duas vezes maior do que o registrado em 2009. Dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostram que os produtos industrializados importados abocanharam mais da metade (54%) da expansão do consumo entre 2008 e 2010. Em alguns setores, o problema é ainda mais nítido. No segmento de máquinas e equipamentos industriais, toda a expansão da demanda nos últimos dois anos foi suprida por bens vindos de países como a China, a Coréia do Sul e a Alemanha. Este comportamento parecido teve os segmentos da siderurgia, os têxteis e os artigos de vestuário. Fonte : Relatório FIESP.

Assim, a projeção da receita do FPE, para os exercícios de 2013 a 2016, tem um alto risco de não se efetivar, refletindo em um cenário de alto risco no que tange ao abismo fiscal principalmente em face de um cenário de ampliação do déficit financeiro do sistema previdenciário, o qual resultará na necessidade de aportes recursos significativos do Tesouro para financiá-lo.

Salienta-se, ainda, que há o risco da previsão da receita do FPE não se confirmar para os exercícios de 2013 a 2016 em face de que a manutenção do câmbio valorizado ao longo do período de 2006 a 2011 modificou a estrutura produtiva de uma economia. Neste contexto, o mercado se ajustou e privilegiou o investimento nos setores mais rentáveis e, portanto, impulsionados pelo aumento da renda interna, os mercados imobiliário e de serviços, os quais não podem ser transacionados no exterior e, portanto, não sofrem concorrência externa – são os exemplos mais evidentes.

Nos últimos cinco anos, o preço dos imóveis praticamente dobrou, e o investimento em novas moradias bateu recorde. Assim sendo, o câmbio resultou na produção de bens não exportáveis e a importar bens transacionáveis, o que refletiu no agravamento do desequilíbrio externo. Considerando que se mantenha a projeção do incremento do déficit de conta corrente para os exercícios de 2013 e 2014.

Além disso, a decisão do Supremo Tribunal Federal<sup>31</sup> que poderá ter impactos significativos sobre o equilíbrio estrutural das contas públicas em função de que o Estado de Alagoas detém 4,1601% do total do FPE distribuído e existem projetos de Lei no Congresso Nacional, os quais reduzem/aumentam este percentual.

Reitera-se que a projeção do FPE ,para os exercícios de 2014 a 2016, foi baseada na atual participação de 4,1601%.

As transferências correntes, por advirem em quase sua totalidade dos impostos e contribuições arrecadados pelo governo federal e que são partilhados com os Estados e municípios estão sujeitas aos mesmos riscos fiscais elencados na LDO da União.

- Dívida Ativa

A Dívida Ativa que era de R\$ 2,838 bilhões em 2011 aumentou para R\$ 3,104 bilhões em 2012, entretanto foi contabilizada uma significativa Provisão para Perda da Dívida Ativa registrada no Balanço Patrimonial em 2012 no montante de R\$ 3,080 bilhões, o qual impactará significativamente na geração de receitas futuras. Salienta-se, ainda, que a Provisão para Perda da Dívida Ativa foi

---

<sup>31</sup>O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de todo o artigo 2º da Lei Complementar 62/89, o qual define os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do DF (FPE). Ele só terá efeitos até 31 de dezembro de 2012. A partir dessa data, deverá entrar em vigor uma nova norma sobre o mesmo assunto. A Lei Complementar 62/89 foi editada em 1989 em obediência ao artigo 159 da Constituição sobre a repartição das receitas tributárias, mas deveria ter vigorado apenas nos exercícios fiscais de 1990 e 1992. Após esse ano, a previsão era de que o censo do IBGE reorientaria a distribuição, mas isso nunca foi feito e a Lei Complementar continua em vigor com os mesmos coeficientes de rateio vinte anos depois.

de R\$ 2,818 bilhões, portanto houve um incremento de 9,28% de 2012 em relação a 2011.

Com os avanços alcançados na institucionalização do ajuste fiscal, pode-se afirmar que o Estado de Alagoas vem sedimentando seu equilíbrio fiscal. No entanto, permanecem riscos a serem considerados, como são aqueles passivos contingentes provenientes de ações judiciais que podem determinar o aumento do estoque da dívida pública.

- **RISCOS DECORRENTES DA PROGRAMAÇÃO DA DESPESA**

As variações não previstas na despesa obrigatória programada na Lei Orçamentária Anual são oriundas de modificações no arcabouço legal, as quais criam ou ampliam as obrigações para o Estado, bem como das decisões de políticas públicas, as quais o Governo necessita tomar posteriormente à aprovação daquela lei. Ademais, despesas relacionadas às ações de serviços públicos de saúde e de educação têm uma alta correlação com a receita em face que estão vinculadas ao aumento da receita de impostos. Mudanças no cenário podem afetar sobremaneira o montante dessas despesas, o que implica alteração da programação original constante da Lei Orçamentária.

As principais despesas de caráter obrigatório dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são: as despesas com Pessoal e Encargos Sociais dos servidores civis e militares do Estado; o pagamento dos benefícios previdenciários; os gastos com as ações e serviços públicos de saúde e educação, nos termos da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de dezembro de 2000 e da Constituição Federal de 1998, art. 212 e os pagamentos dos precatórios judiciais. Logo, a maior demanda pelos serviços prestados pelo Estado como saúde, educação, defensoria pública etc, refletindo em maiores despesas, as quais são também um risco fiscal.

As variáveis relevantes, no que diz respeito ao montante pago com benefícios previdenciários, são: a projeção do crescimento dos aposentados conforme a Avaliação do Cálculo Atuarial e o impacto no tocante ao aumento do risco da insustentabilidade fiscal no que concerne a necessidade de aportes crescentes do Tesouro para o financiamento do déficit previdenciário projetado para os exercícios de 2013 a 2016 quando se analisa da ótica entre a previsão das receitas de contribuições arrecadadas dos servidores públicos ativos e inativos e dos benéficos pagos aos inativos e pensionistas em face que a despesa com a Previdência desde 2007 vem tendo um crescimento bem superior a receita.

E aliado, ainda, a um cenário de alto risco no que se refere à projeção do FPE reflete na atual projeção de abismo fiscal para o período de 2013 a 2016. Assim, é de fundamental importância para o Estado de Alagoas o melhor desempenho do FPE para refletir em uma maior sustentabilidade das contas públicas.

Analisando a despesa de pessoal, a qual tem um significativo impacto no equilíbrio estrutural das contas públicas. Considerando que a despesa de pessoal correspondia a R\$ 2,318 bilhões (11,90% do PIB) em 2008 e que passou para

R\$ 3,055 bilhões (10,29% do PIB) em 2012. Se da ótica do PIB evidenciou-se uma redução de 1,61% do PIB de 2007 para 2012, por outro lado houve um incremento substancial de R\$ 736,5 milhões no alusivo período. Assim, através da Tabela nº 29 evidencia o impacto da despesa de Pessoal nas contas públicas do Estado ao longo do período de 2008 a 2012.

Salienta-se, ainda, que o estimado crescimento real de 4,4% do PIB do Estado de Alagoas em 2012 projetado pela SEPLANDE reduziu a tendência de crescimento da despesa de pessoal em % do PIB, entretanto foi evidenciada a significativa dificuldade do Estado de realizar concursos públicos para repor o volume significativo de servidores que se aposentaram no período de 2008 a 2012.

Assim, através da Tabela nº 28 demonstra que o incremento da Despesa de Pessoal é reflexo do aumento do financiamento do déficit previdenciário, sendo este considerado como o risco mais significativo do equilíbrio das contas públicas.

Tabela nº 28 - Resultado Primário (% do PIB) – 2008 a 2012

DISCRIMINAÇÃO	2013		2014		2015		2016	
		% PIB		% PIB		% PIB		% PIB
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	6.684.456	20,60%	7.265.280	20,46%	7.817.664	20,12%	8.475.660	19,93%
Receitas de Transferências	3.929.430	12,11%	4.280.307	12,05%	4.604.467	11,85%	4.998.005	11,76%
FPE Líquido do Fundeb	2.299.162	7,08%	2.484.493	7,00%	2.683.068	6,91%	2.905.060	6,83%
Outras	1.630.268	5,02%	1.795.814	5,06%	1.921.399	4,94%	2.092.945	4,92%
Receitas de Arrecadação Própria	2.755.026	8,49%	2.984.973	8,41%	3.213.197	8,27%	3.477.655	8,18%
ICMS Líquido do Fundeb	2.275.350	7,01%	2.462.329	6,93%	2.647.593	6,81%	2.868.891	6,75%
IPVA Líquido do Fundeb	147.640	0,45%	159.406	0,45%	170.954	0,44%	183.338	0,43%
Outras	332.036	1,02%	363.238	1,02%	394.650	1,02%	425.426	1,00%
II- DESPESA COM TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	760.026	2,34%	821.679	2,31%	883.235	2,27%	955.528	2,25%
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	5.924.430	18,25%	6.443.601	18,15%	6.934.429	17,85%	7.520.132	17,69%
IV- DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	6.203.406	19,11%	6.141.267	17,29%	6.464.642	16,64%	6.969.750	16,39%
Pessoal	3.305.921	10,19%	3.646.922	10,27%	4.021.297	10,35%	4.405.404	10,36%
OCC	2.897.485	8,93%	2.494.345	7,02%	2.443.345	6,29%	2.564.345	6,03%
Investimentos	1.500.000	4,62%	980.000	2,76%	759.000	1,95%	700.000	1,65%
Inversões	2.000	0,01%	2.000	0,01%	2.000	0,01%	2.000	0,00%
Outras Despesas Correntes	1.395.485	4,30%	1.512.345	4,26%	1.682.345	4,33%	1.862.345	4,38%
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	(278.976)	-0,86%	302.334	0,85%	469.787	1,21%	550.382	1,29%
RESULTADO NOMINAL	1.498.328	4,62%	309.622	0,87%	160.971	0,41%	121.313	0,29%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	9.676.750	29,82%	9.986.372	28,12%	10.147.343	26,11%	10.268.655	24,15%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	9.176.528	28,28%	9.388.452	26,44%	9.647.343	24,83%	9.768.655	22,98%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	5.532.587	17,05%	5.973.548	16,82%	6.437.456	16,57%	6.964.956	16,38%
DC/RCL	174,90%		167,18%		157,63%		147,43%	
DCL/RCL	165,86%		157,17%		149,86%		140,25%	
PIB ALAGOAS		32.454.246		35.511.436		38.856.613		42.516.906
PB BRASIL		4.754.740.177		5.175.059.209		5.632.534.443		6.130.450.488

Fontes: SEPLANDE, Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Logo a Tabela nº 29 comprova o incremento significativo do aporte do Tesouro em face da ampliação de novas aposentadorias sem que houvesse um aumento correspondente nas Receitas de Contribuições dos Servidores.

Com base nas informações do AL Previdência foi feito alguns ajustes no que se refere à projeção da despesa em relação às rubricas (Aposentadorias e Reformas; Pensões e Obrigações Patronais obedecendo às projeções da Secretaria de Gestão Pública no que concerne ao montante da despesa de pessoal ajustando a realidade da base de projeção do AL Previdência que desde 2010 passou a ser detentor das Receitas de Contribuições. Por isso, evidencia uma redução de Outras Receitas em face que deixou de ser contabilizada as alusivas receitas no Orçamento do Estado.

Neste contexto, evidenciou que o déficit previdenciário<sup>32</sup> era de R\$ 575,1 milhões em 2008 e passou para R\$ 833,8 milhões em 2012. O incremento significativo do déficit previdenciário é resultado da relação entre o total das Receitas de Contribuições excluindo as Contribuições patronais, o qual teve um aumento nominal de R\$ 17,9 milhões e o total da Despesa Previdenciária de R\$ 276,5 milhões no alusivo período.

Tabela nº 29 - Resultado Previdenciário – 2008 a 2012 (Valores nominais em R\$)

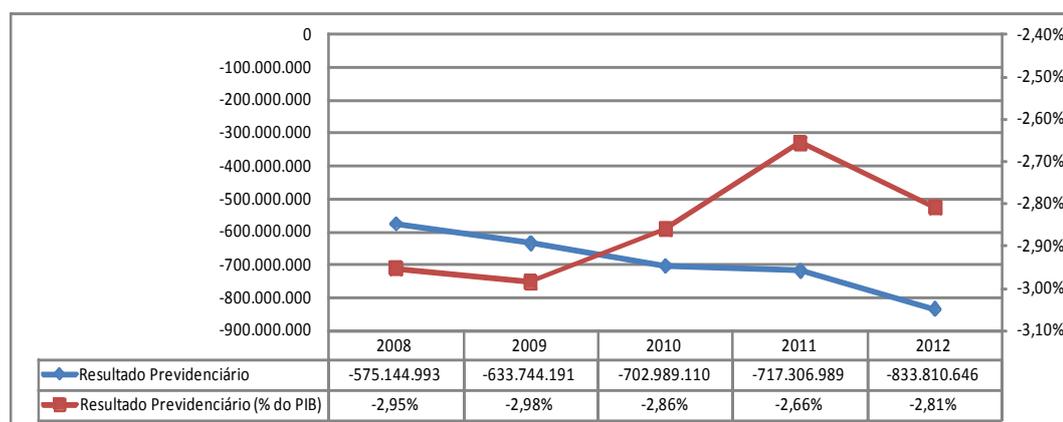
	2008	2009	2010	2011	2012
Total das Receitas de Contribuições	156.161.039	149.120.266	142.437.015	145.286.283	174.093.108
Receita de Contribuições dos Segurados	143.297.007	137.977.814	131.071.885	143.459.532	153.169.108
Pessoal Civil	111.691.006	100.206.453	93.308.267	103.838.149	110.022.758
Ativo	93.424.292	85.201.838	77.957.397	86.841.238	91.225.415
Inativo e Pensionista	18.266.714	15.004.615	15.350.870	16.996.911	18.797.343
Pessoal Militar	31.606.001	37.771.361	37.763.618	39.621.383	43.146.350
Ativo	28.791.742	34.278.364	34.365.275	36.055.990	39.040.939
Inativo e Pensionista	2.814.259	3.492.997	3.398.344	3.565.392	4.105.411
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	12.864.032	11.142.452	11.365.129	1.826.751	20.924.000
Total da Despesa Previdenciária	731.306.032	782.864.457	845.426.125	862.593.272	1.007.903.754
Pessoal Civil	731.306.032	619.697.571	676.161.568	672.286.355	789.274.362
Aposentadorias	542.419.296	462.339.742	623.295.523	672.286.355	569.212.584
Pensões	188.886.736	157.357.829	52.866.045		220.061.777
Pessoal Militar	0	163.166.886	169.264.557	190.306.917	218.629.392
Reformas		117.310.230	155.806.863	190.306.917	170.965.666
Pensões		45.856.657	13.457.694,07		47.663.727
Resultado Previdenciário	-575.144.993	-633.744.191	-702.989.110	-717.306.989	-833.810.646
Receita Corrente Líquida (RCL)	3.755.703.857	3.597.964.978	4.205.565.037	4.801.098.985	5.051.891.184
Total da Despesa de Pessoal	2.318.259.671	2.571.700.027	2.621.584.758	2.779.092.058	3.054.801.264

Fonte : Relatório Resumido da Execução Orçamentária

O Gráfico nº 23 demonstra a magnitude do déficit previdenciário em milhões de reais e em percentual do PIB ao longo do período de 2008 a 2012. Assim, evidencia que em 2007 o Déficit Previdenciário era de R\$ 492,6 milhões (-2,77% do PIB) e passou para R\$ 833,8 milhões (-2,91% do PIB) em 2012.

<sup>32</sup> No que tange a magnitude do déficit previdenciário foi considerada a necessidade de complementação previdenciária com recursos do Tesouro e seu impacto no equilíbrio estrutural das contas públicas foi analisado que para efeito de análise da política fiscal foi considerada como aporte do Tesouro<sup>32</sup> o montante resultado da diferença entre a despesa de Aposentados e Pensionistas e as Receitas de Contribuições dos Servidores.

Gráfico nº 23 – Resultado Previdenciário – 2008 a 2012 - Valores nominais em R\$ e em percentual do PIB



Fontes : SEPLANDE, Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Assim sendo, a Tabela nº 30 demonstra os crescentes aportes do Tesouro para financiar o déficit da Previdência em face que a despesa com Aposentados e Pensionistas cresce em uma velocidade maior do que as Receitas de Contribuições dos Servidores ao longo do período de 2012 a 2016.

Ressalta-se que a projeção da Despesa Previdenciária não está conforme a projeção do AL Previdência, pois este conforme o Relatório do Cálculo Atuarial projetou as remunerações e os proventos dos servidores ativos e inativos sem incorporar o acréscimo relativo às reposições da inflação.

Assim, a Gerência Gestão Fiscal e Estatística para projetar a despesa Previdenciária levou em consideração as informações referentes às aposentadorias programadas e a política de salarial no que se refere à concessão da reposição da inflação.

Portanto, a Tabela nº 30 demonstra que o Déficit Previdenciário que foi de R\$ 833,8 milhões passará para R\$ 1,725 bilhão em 2016.

Assim, considerando a projeção feita pela SEGESP<sup>33</sup> a despesa de pessoal que foi de R\$ 3,055 bilhões em 2012 aumentará para R\$ 4,256 bilhões em 2016. Considerando, esta projeção de aumento da despesa de pessoal, no período de 2012 a 2016, reflete não só na dificuldade do Estado de realizar concursos públicos, mas principalmente no abismo fiscal em face do cenário de baixo crescimento da receita do ICMS e do FPE e ainda agravada pela necessidade de gerar resultados primários expressivos em função da ausência de previsão de fontes de financiamento.

<sup>33</sup> Com base nas informações da Secretaria de Gestão Pública (SEGESP) de impacto do aumento da despesa de pessoal excluindo a despesa com Vencimento do Pessoal do Ativo referente aos Poderes a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (GGFE) utilizando a série histórica da base de dados projetou o total da despesa de pessoal para o exercício de 2013 a 2016.

Ressalta-se, ainda, que o contribui para a insustentabilidade do Déficit Previdenciário é o crescimento médio da receita de 3,0% e o alto incremento médio de 9,6% da despesa previdenciária no alusivo período. Salienta-se que o reduzido incremento médio da receita se baseia na projeção feita pelo AL Previdência no que se refere à previsão de servidores aptos a se aposentarem de 2013 a 2016.

Tabela nº 30 – Projeção do Déficit Previdenciário – 2012 a 2016 – Valores nominais em R\$

	2012	2013	2014	2015	2016
Total das Receitas de Contribuições	174.093.108	186.261.454	199.139.344	214.474.243	229.290.066
Receita de Contribuições dos Segurados	153.169.108	164.261.454	175.139.344	188.474.243	201.290.066
Pessoal Civil	110.022.758	117.376.017	124.114.679	132.205.339	140.243.277
Ativo	91.225.415	96.698.940	101.546.789	106.768.546	110.456.734
Inativo e Pensionista	18.797.343	20.677.077	22.567.890	25.436.793	29.786.543
Pessoal Militar	43.146.350	46.885.437	51.024.665	56.268.904	61.046.789
Ativo	39.040.939	42.164.214	45.678.987	48.768.904	51.546.789
Inativo e Pensionista	4.105.411	4.721.223	5.345.678	7.500.000	9.500.000
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.924.000	22.000.000	24.000.000	26.000.000	28.000.000
Total da Despesa Previdenciária	1.007.903.754	1.189.326.430	1.403.405.187	1.656.018.121	1.954.101.383
Pessoal Civil	789.274.362	931.343.747	1.098.985.621	1.296.803.033	1.530.227.579
Aposentadorias	569.212.584	671.670.849	792.571.602	935.234.491	1.103.576.699
Pensões	220.061.777	259.672.897	306.414.019	361.568.542	426.650.880
Pessoal Militar	218.629.392	257.982.683	304.419.566	359.215.088	423.873.804
Reformas	170.965.666	201.739.485	238.052.593	280.902.059	331.464.430
Pensões	47.663.727	56.243.198	66.366.973	78.313.028	92.409.374
Resultado Previdenciário	-833.810.646	-1.003.064.976	-1.204.265.843	-1.441.543.878	-1.724.811.317
Receita Corrente Líquida (RCL)	5.051.891.184	5.532.586.679	5.973.547.607	6.437.455.802	6.964.956.493
Total da Despesa de Pessoal	3.054.801.264	3.352.128.733	3.660.601.225	3.976.131.312	4.256.064.009

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Outro fator que agrava a insustentabilidade das contas públicas é a projeção feita pelo Al Previdência de que 8.847 servidores irão se aposentar no período de 2013 a 2016, sendo que 1471 são professores e 1298 militares, e, portanto, impactarão no incremento do déficit previdenciário.

Tabela nº 31 - Aposentadorias Programadas – 2013 a 2016

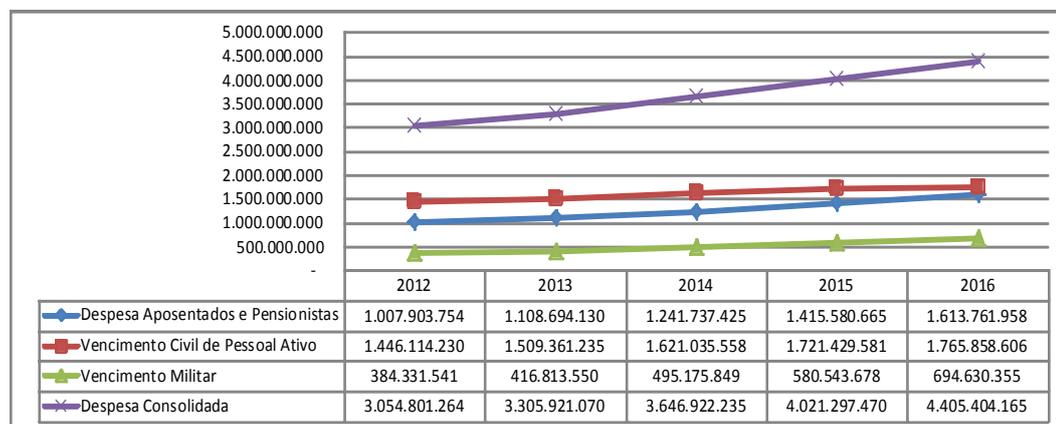
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	TIPO DE APOSENTADORIA				TOTAL ANO	GRUPO TOTAL REMANESCENTE
		IDADE COMPULSÓRIA	PROFESSORES	MILITARES			
2013	2.258	1.144	981	181	4.564	33.058	
2014	730	190	286	219	1.425	31.633	
2015	689	189	127	463	1.468	30.165	
2016	646	237	77	430	1.390	28.775	
TOTAL	4.323	1.760	1.471	1.293	8.847		

Fonte : AL Previdência

Considerando o cenário de baixo crescimento da receita do ICMS e do FPE, no período de 2013 a 2016, aliada a projeção do incremento da despesa com Aposentados e Pensionistas impactará na capacidade do governo de realizar concursos para repor os servidores que se aposentarão. Assim, o Gráfico nº 23 demonstra o incremento da despesa superior com Aposentados e Pensionistas ante a despesa do Pessoal Ativo.

Logo, o Gráfico nº 24 demonstra que a projeção de um incremento R\$ 1,351 bilhão da despesa do Estado ante a um aumento de R\$ 605,9 milhões da despesa de Aposentados e Pensionistas e do Vencimento de Pessoal Ativo de R\$ 319,7 milhões.

Gráfico nº 24- Projeção da Despesa do Estado 2012 – 2016 – Valores nominais em R\$

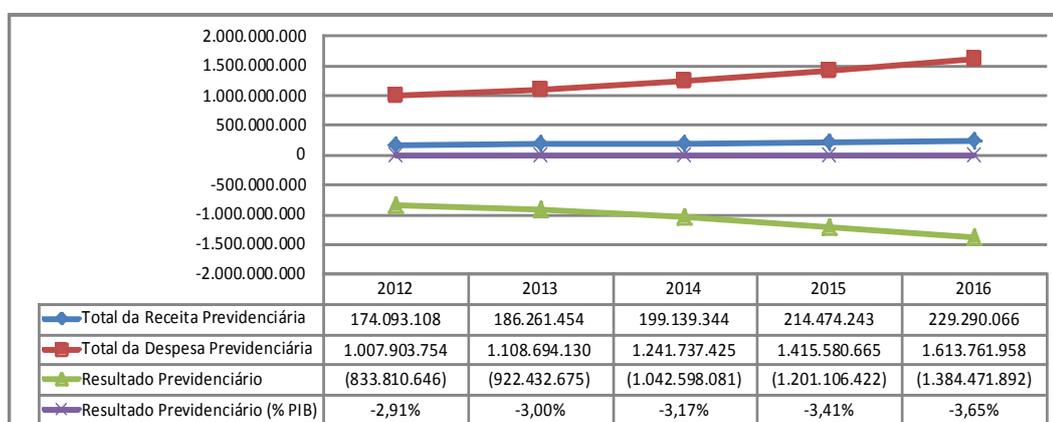


Fontes : AL Previdência e Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

O Gráfico nº 25 demonstra de forma desagregada o Déficit Previdenciário em valores nominais e em percentual do PIB. A importância deste Gráfico é explicitar o baixo incremento da Receita Previdência combinada ao incremento explosivo da Despesa Previdenciária e o reflexo na necessidade de aporte do Tesouro para o financiamento do alusivo Déficit Previdenciário ao longo de 2012 a 2016.

A complementação previdenciária projetada pelo AL Previdência (ver no anexo cálculo atuarial) evidencia a necessidade crescente de aportes de recursos do Tesouro para o financiamento do sistema Previdenciário seja em contribuições patronais ou aportes do Tesouro, impactando significativamente na política fiscal no que concerne à geração de superávit primário

Gráfico nº 25 : Projeção da necessidade do Aporte do Tesouro - 2012 a 2016 - (Valores nominais em R\$)



Fontes: AL Previdência e Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Os passivos decorrentes de ações judiciais englobam todas as demandas judiciais contra o Estado - administração direta e indireta - em que não há decisão definitiva sobre a ação, seja quanto ao mérito ou ao valor devido, e que, portanto não constituíram precatórios ainda ou seus efeitos não foram incorporados na elaboração da LDO de 2013 e do orçamento de 2013. Portanto, para a elaboração dos alusivos instrumentos de planejamento no que se refere, para o exercício de 2013, a dotação orçamentária segundo a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (GGFE) foi reprojeta para despesa com precatórios judiciais no montante de R\$ 83 milhões correspondendo a 1,5% da RCL projetada para 2013.

Esses passivos contingentes podem impactar a despesa orçada, mas também reduzir a receita orçamentária, nos casos em que se questiona a cobrança de impostos, com repercussões, as quais extrapolam um caso específico. Assim sendo, quando na elaboração da LDO de 2014 e do orçamento de 2014, está se projetando uma dotação orçamentária de R\$ 89,6 milhões em função da vinculação de 1,5% da Receita Corrente Líquida (RCL), sendo esta prevista para o alusivo período em R\$ 5,974 bilhões, para fazer jus às obrigações dos precatórios trabalhistas instituído, conforme Emenda Constitucional nº 30 e as Obrigações de Pequeno Valor (OPV).

Portanto, está sendo considerado também um risco fiscal o risco do sequestro de receitas por conta da dívida de precatórios.

O aumento do gasto durante o período de crescimento econômico resultou em um padrão pro cíclico das finanças públicas. Assim, torna difícil contingenciar o gasto de custeio quando se projeta uma frustração de receita do FPE e do ICMS para o exercício de 2013 e os seus reflexos para os exercícios de 2014 a 2016. Salienta-se, ainda, que o incremento da despesa de pessoal correlacionada à alusiva frustração de receitas do FPE e do ICMS afetarão significativamente o equilíbrio estrutural das finanças públicas.

A dinâmica expansiva do gasto de custeio em percentual do PIB em face da vinculação das receitas com as despesas principalmente com as áreas da Saúde e Educação refletem na projeção do déficit primário no exercício de R\$ 278,9 milhões (-0,86% do PIB) para o exercício de 2013 e de R\$ 302,3 milhões (0,85% do PIB) em 2014.

#### • RISCOS DA DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública do Estado de Alagoas é composta por dívidas contratuais com a União; com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES); banco público a Caixa Econômica Federal e instituições internacionais de crédito como: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional de Reconstrução para o Desenvolvimento (BIRD). Até dezembro de 2012, a dívida renegociada sob a égide da Lei Federal 9.496/97 era de R\$ 6,661 bilhões representava 81,44% do estoque total da dívida e a Lei Federal 8.727/93 era de R\$ 363,5 milhões (4,44% do estoque total da dívida) e a DMLP de R\$ 16,5 milhões.

A dívida externa representava apenas 5,1% do total, a dívida referente ao BNDES era de R\$ 222,6 milhões correspondia a 2,7% do total e demais dívidas

(INSS e FGTS) assumidas com o governo federal R\$ 501,9 milhões ou 6,1% do total do estoque da dívida.

Ressalta-se no que tange a dívida Mobiliária no montante de R\$ 149,3 milhões continua sendo contabilizada em face de questões burocráticas, pois ela já foi amortizada integralmente.

No que se refere à dívida, o risco mais importante para o orçamento é o decorrente das eventuais variações, na taxa de câmbio e nos juros internacionais, as quais impactam no serviço da dívida. IGP-DI.

O serviço da dívida renegociada com o governo federal (Lei 9.496/97) é impactado única e exclusivamente pela variação do IGP-DI, uma vez que as taxas de juros estão fixas em 6% ao ano conforme já salientado da alusiva medida liminar. Essa eventual variação a maior do IGP-DI, entretanto, não se transfere para o orçamento de 2013, uma vez que o serviço da dívida está limitado à 11,5% da Receita Líquida Real (RLR), sendo o serviço não pago capitalizado no montante da dívida conforme a referida liminar.

O risco inerente à administração da dívida pública estadual decorre do impacto de eventuais variações do IGP-DI no que se refere à dívida intralimite resultando no incremento dos desembolsos sobre as finanças estaduais nos exercícios no longo prazo. Assim, as variações do IGP-DI refletem sobre a elevação da dívida Lei nº 9.496/97 em face de alterar o valor de estoque da dívida pública mobiliária e, portanto, impacta a relação Dívida/RCL, sendo esta considerada o indicador mais importante de endividamento do setor público estadual, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Avalia-se que há risco mínimo, pois a dívida em dólar representa somente 5,1% do total. Assim, no que se referem às dívidas externas o orçamento está sujeito a riscos mínimos advindos da variação da taxa de câmbio, uma vez que as operações estão contratadas em moeda estrangeira e da taxa de juros internacionais (LIBOR), a qual é a referência para formação da taxa de juros incidentes sobre estes empréstimos. Ressalta-se, ainda, que o prazo do empréstimo é de 30 anos.

A Dívida da Lei nº 8.727/93 referente à COHAB e IPASEAL possuem diversos contratos encerrados e a finalizar com alto valor de resíduo. Os contratos referentes aos resíduos serão negociados nos mesmos parâmetros de juros e correção, cujo limite máximo de 60 meses implicará no incremento das prestações mensais.

O Gráfico nº 21 demonstra a geração de resíduos no que se refere uma análise desagregada da Dívida nº 9.496/97 no período de 2008 a 2012 em face de que o incremento da Receita Líquida Real Média não foi o suficiente para o pagamento total do serviço da dívida.

Para o cálculo do resultado nominal adotamos a premissa de que o Estado de Alagoas não tem condições de gerar superávits primários correspondentes ao total do serviço da dívida em face da pressão dos gastos públicos, portanto,

incorrerá em déficits nominais crescentes.

O Estado de Alagoas diante da pressão das contas públicas, a qual já foi analisada em tópicos anteriores no que concernem à despesa de pessoal e da despesa de custeio impactarão na geração de déficit primário em 2013 e baixos superávits primários em valores nominais e em percentual do PIB. Assim sendo, a projeção é que gerará déficits nominais crescentes para o período de 2013 a 2016. Reitero que foram incluídas na projeção do serviço da dívida para o alusivo período as novas operações de crédito pleiteadas pelo Estado, as quais compõem o Programa Alagoas Tem Pressa.

Para efeito são consideradas as projeções sob os efeitos da liminar obtida em 06 de novembro de 2012 pelo Estado nos autos da Ação Originária nº 1.726, movida pelo Estado contra a União no STF, da seguinte forma: redução da taxa de juros do principal da dívida refinanciada ao amparo da Lei nº 9.496/97, de 7,50% para 6,00% ao ano, e redução do limite de comprometimento da RLR para fins de pagamento dessa dívida e também da dívida referente ao refinanciamento de bancos, de 15,00% para 11,50%.

A projeção de Receita Líquida Real Média foi baseada na previsão de FPE de R\$ 2,874 bilhões conforme o desempenho no 1º trimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012.

Está sendo previsto para o ano de 2013, a antecipação do serviço de 2013 a 2015 da dívida relativa ao Programa Emergencial de Refinanciamento II (PEF II), com o BNDES no valor de R\$ 105 milhões, a qual reflete na redução do principal da dívida extralimite em 2014.

Tabela nº 32 - Projeção do Serviço da Dívida 2012 a 2016 – Valores nominais em R\$

	RLR Média	Principal		Encargos		Total	
		intra-limite	extra-limite	intra-limite	extra-limite	Serviço da Dívida Intra-limite	Total do Serviço da Dívida
2012	4.295.603.720	465.033.552	38.573.393	175.970.401	87.397.666	641.003.953	766.975.013
2013	4.714.306.125	393.313.815	112.849.509	148.831.390	135.265.960	542.145.204	786.661.523
2014	5.100.734.687	425.553.488	13.238.679	161.031.001	158.415.126	586.584.489	652.956.961
2015	5.512.299.065	459.890.239	54.169.540	174.024.153	173.895.292	633.914.392	882.093.536
2016	5.983.822.363	499.229.354	86.575.087	188.910.218	180.604.264	688.139.572	982.428.964

Fontes : Gerência da Dívida Pública e Gerência de Gestão Fiscal e Estatística  
Valores nominais em R\$ 1.000,00

O Gráfico nº 26 mostra a projeção do serviço da dívida vinculada a 11,5% da Receita Líquida Real Média (RLRM) no período de 2013 a 2016. Considerando uma Receita Líquida Real Média (RLRM) no cenário básico do PIB, no período de 2013 a 2016, correlacionado ao impacto na geração de déficits nominais, os quais contribuirão para retroalimentar a dívida, e, portanto para o seu crescimento.

O incremento do déficit nominal em 2013 é reflexo da geração de déficit primário. A obtenção dos déficits nominais nos períodos de 2013 e 2014 não é preocupante, e, portanto não tem efeito sobre política fiscal em face da existência de fontes de financiamento de R\$ 1,066 bilhão e R\$ 461,5 milhões,

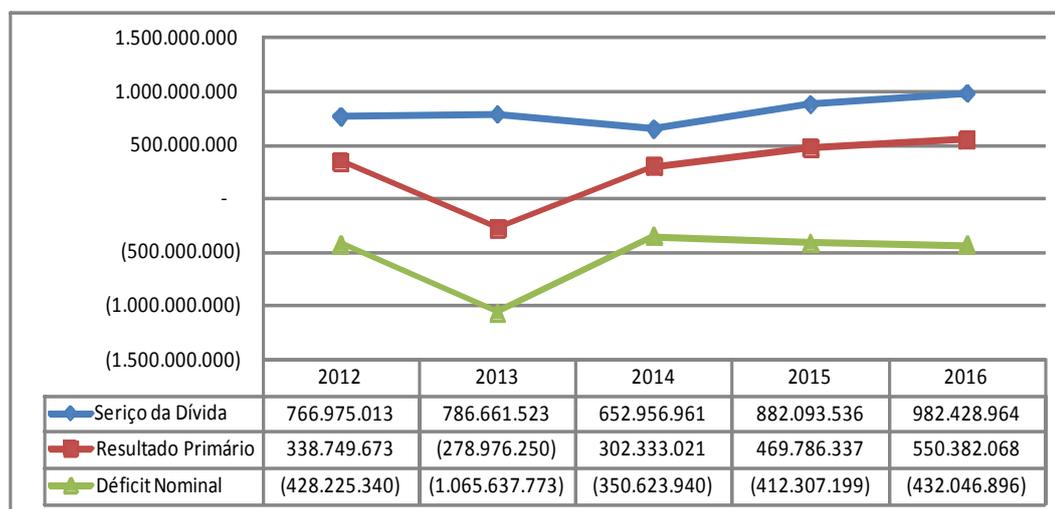
respectivamente.

Entretanto, considerando o atual desempenho do FPE no primeiro quadrimestre de 2013 e os seus efeitos para os exercícios de 2015 e 2016 o governo terá de realizar um profundo ajuste fiscal no que se refere ao contingenciamento da despesa no montante de R\$ 412,3 milhões e R\$ 432 milhões em face da ausência de previsão de fontes de financiamento. Salienta-se que em função do acordo com a Secretaria de Tesouro Nacional o não pagamento do serviço da dívida a União executa a garantia no que tange aos recursos do FPE.

Neste contexto, evidencia a dificuldade do Estado em gerar resultados primários expressivos em face do cenário de baixo incremento da receita do ICMS e a pressão dos gastos públicos no que tange ao incremento do aporte do Tesouro para o financiamento do déficit da Previdência. Ressalta-se que esta análise é feita com base no cenário atual sem a aprovação do projeto encaminhado pelo governo federal ao Legislativo e que tramita na Câmara como PLP 238/2013, o qual estabelece o custo do financiamento da dívida IPC-A mais 4% ou Selic.

Considerando a necessidade de gerar resultados primários expressivos no período de 2015 e 2016 e uma vez confirmando o cenário de baixo crescimento do FPE verificado no 1º quadrimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012, o governo se vê na iminência de ter que adotar uma política fiscal contracionista, o qual impactará no crescimento do PIB.

Gráfico nº 26 – Projeção do Resultado Nominal – 2012 a 2016 – Valores nominais em R\$



Fontes: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística e Gerência da Dívida Pública

A Tabela nº 33 demonstra a projeção da Receita Líquida Real Média conforme a previsão do PIB através do Sistema Analytica no que tange aos cenários: Otimista, Básico e Pessimista.

Tabela nº 33 – Projeção da Receita Líquida Real Média correlacionado aos cenários de Previsão do PIB – 2012 a 2016

	2012	2013	2014	2015	2016
<b>BÁSICO</b>	4.295.604	4.714.306	5.100.735	5.512.299	5.983.822
<b>PESSIMISTA</b>	4.295.604	4.654.972	4.984.823	5.333.420	5.729.693
<b>OTIMISTA</b>	4.295.604	4.773.640	5.218.119	5.695.634	6.247.469

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística  
Valores nominais em R\$ 1.000,00

Neste contexto, a Gerência da Dívida Pública projetou o serviço da dívida com vinculação de 11,5% e 15% da Receita Líquida Real Média (RLRM), no período de 2013 a 2016, e com o IGP-DI de 5,8% em todos os exercícios. O objetivo desta análise foi demonstrar que a medida liminar, a qual reduziu a taxa de juros de 7,5% a.a para 6,0%, bem como reduziu a vinculação de 15% para 11,5% da RLRM é de vital importância no que se refere a melhorar o equilíbrio das contas públicas no curto prazo. Destaca-se a importância da redução da taxa de juros para 6,0%.

A análise dos resultados da Tabela nº 34 e da Tabela nº 35 demonstra a redução do serviço da dívida em R\$ 165 milhões considerando o cenário básico do PIB em 2013 e de R\$ 178,5 milhões em 2014.

Tabela nº 34 – Projeção do Serviço da Dívida correlacionado a 15% da Receita Líquida Real Média – 2012 a 2016

	2012	2013	2014	2015	2016
<b>BÁSICO</b>	644.340.558	707.145.919	765.110.203	826.844.860	897.573.354
<b>PESSIMISTA</b>	644.340.558	698.245.771	747.723.390	800.012.970	859.453.877
<b>OTIMISTA</b>	644.340.558	716.046.066	782.717.876	854.345.162	937.120.375

Fonte: Gerência da Dívida Pública

Tabela nº 35 – Projeção do Serviço da Dívida correlacionado a 11,5% da Receita Líquida Real Média – 2012 a 2016

	2012	2013	2014	2015	2016
<b>BÁSICO</b>	644.340.558	542.145.204	586.584.489	633.914.392	688.139.572
<b>PESSIMISTA</b>	644.340.558	535.321.758	573.254.599	613.343.277	658.914.639
<b>OTIMISTA</b>	644.340.558	548.968.651	600.083.705	654.997.957	718.458.954

Fonte : Gerência da Dívida Pública

A Tabela nº 36 demonstra o impacto do serviço da dívida extralimite sem o INSS e FGTS ao longo do período de 2013 a 2016. Ressalta-se, ainda, que em face da amortização parcial do PEF em 2013 refletirá em um serviço da dívida R\$ 76,5 milhões a mais do que 2014.

Tabela nº 36 – Projeção do Serviço da Dívida Extralimite sem INSS e FGTS – 2013 a 2016

	2013	2014	2015	2016
<b>AMORTIZAÇÃO</b>	107.849.509	8.238.679	49.169.540	81.575.087
<b>JUROS</b>	50.265.960	73.415.126	88.895.292	95.604.264
<b>ENCARGOS</b>	130.700	110.700	90.700	70.700
<b>TOTAL</b>	159.903.809	83.359.305	139.772.072	178.841.418

Fonte : Gerência da Dívida Pública

Salienta-se, ainda, que em face da ausência de informações da Receita Federal foi estimado pela Gerência de Controle e Acompanhamento das Dívidas por Obrigações Trabalhistas que o serviço da dívida alusiva a estas dívidas será de R\$ 90 milhões, ao longo do período de 2013 a 2016.

Ressalta-se, ainda, que este incremento do serviço da dívida da Previdência Social é reflexo da combinação de que um dos parcelamentos é vinculado a Receita Corrente Líquida e outro parcelamento foi aumentado em face de que houve incorporação de novos débitos do INSS em 2012.

Tabela nº 37 - Projeção de pagamentos Dívidas por obrigações trabalhistas 2013

<b>Projeção Pagamento Principal + Juros + Encargos</b>	
MP 2129	45.000.000,00
LEI 11.941	32.540.000,00
LEI 10.522	1.560.000,00
<b>TOTAL INSS</b>	<b>79.100.000,00</b>
<b>RECEITA FEDERAL (PAES)</b>	<b>2.500.000,00</b>
<b>FGTS</b>	<b>8.400.000,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>90.000.000,00</b>

Fonte : Gerência de Controle e Acompanhamento das Dívidas por Obrigações Trabalhistas

A Tabela nº 38 e a Tabela nº 39 mostram a importância significativa da medida liminar para a sustentabilidade fiscal em face que ao correlacionar a projeção feita com base na 1ª hipótese definida com uma vinculação de 15% da RLRM e correção da dívida em 7,5% e a 2ª hipótese uma vinculação de 11,5% da RLRM e com financiamento da taxa de juros em 6,0%.

Assim, demonstra que tomando com base no cenário básico a projeção da dívida Lei nº 9.496/97 na primeira hipótese é que esta alcance em 2016 o montante de R\$ 7,275 bilhões e na segunda hipótese de R\$ 7,943 bilhões refletindo em um incremento da dívida pública em face da geração dos resíduos em R\$ 668 milhões. Por outro lado, avalia a melhora do fluxo de caixa do Estado no que se refere ao pagamento do serviço da dívida em relação à primeira hipótese.

Tabela nº 38 – Projeção da Dívida da Lei nº 9.496/97 vinculada a 15% da RLRM – 2013 a 2016

<b>SALDOS</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>OTIMISTA ROLAGEM</b>	4.913.379.378	5.043.249.684	5.110.599.032	5.113.371.974
<b>OTIMISTA PRODUBAN</b>	2.042.153.042	2.070.346.834	2.072.529.250	2.050.004.462
<b>TOT_OTIMISTA</b>	6.955.532.420	7.113.596.518	7.183.128.282	7.163.376.437
<b>BÁSICO ROLAGEM</b>	4.920.253.459	5.064.683.266	5.156.144.740	5.195.637.779
<b>BÁSICO PRODUBAN</b>	2.044.725.709	2.078.248.827	2.089.070.090	2.079.434.434
<b>TOT_BÁSICO</b>	6.964.979.167	7.142.932.093	7.245.214.830	7.275.072.213
<b>PESSIMISTA ROLAGEM</b>	4.927.127.534	5.085.945.920	5.200.979.011	5.275.988.008
<b>PESSIMISTA PRODUBAN</b>	2.047.298.380	2.086.087.866	2.105.352.824	2.108.179.962
<b>TOT_PESSIMISTA</b>	6.974.425.914	7.172.033.786	7.306.331.835	7.384.167.970

Fonte : Gerência da Dívida Pública

Considerando o cenário básico do PIB a projeção de geração de resíduos da dívida Lei nº 9.496/97, no período de 2012 a 2016, será de R\$ 1,283 bilhão correlacionando a 11,5% da vinculação da RLRM e taxa de juros de 6,0%. Assim, correlacionando ao baixo incremento da receita do FPE considerando o primeiro quadrimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012 e seus efeitos para o período de 2014 a 2016 conforme já salientado refletirá na elevação da dívida pública, entretanto terá consequências no pagamento do serviço da dívida no longo prazo.

Assim, com a previsão do orçamento altamente deficitário impediria ou pelo menos reduziria demasiadamente a capacidade do governo de realização de gastos públicos adicionais impactando no crescimento da economia.

A análise do risco da previsão do FPE correlacionado a um cenário pessimista reflete na projeção do total da dívida pública para o exercício de 2016 no montante de R\$ 10,269 bilhões, sendo que a dívida correspondente a Lei nº 9.496/97 é de R\$ 8,026 bilhões, ou seja, 78,16% do total da dívida.

Assim, evidencia uma alta exposição de risco de incremento da dívida pública em face do baixo cenário de arrecadação do FPE, impactando no crescimento da Receita Líquida Real Média, no período de 2013 a 2016, refletindo na geração de resíduos da Lei nº 9.496/97, a qual refletirá no incremento da relação Dívida/ RCL bem superior ao que foi projetado com a previsão de FPE de R\$ 2,874 bilhões para 2013 e principalmente para o exercício de 2016 em face da dificuldade de concretização de uma previsão de FPE de R\$ 3,631 bilhões conforme evidenciado através do desempenho do FPE no 1º quadrimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012.

Tabela nº 39 – Projeção da Dívida da Lei nº 9.496/97 vinculada a 11,5% da RLRM – 2013 a 2016

SALDOS	2013	2014	2015	2016
<b>OTIMISTA ROLAGEM</b>	4.985.435.200	5.214.908.357	5.405.652.947	5.562.254.121
<b>OTIMISTA PRODUBAN</b>	2.090.254.256	2.175.122.144	2.243.169.354	2.297.293.824
<b>TOTAL OTIMISTA</b>	7.075.689.456	7.390.030.501	7.648.822.301	7.859.547.945
<b>BÁSICO ROLAGEM</b>	4.990.655.336	5.231.054.708	5.439.690.960	5.623.252.261
<b>BÁSICO PRODUBAN</b>	2.092.239.937	2.181.264.036	2.256.117.036	2.320.496.838
<b>TOTAL BÁSICO</b>	7.082.895.273	7.412.318.744	7.695.807.995	7.943.749.099
<b>PESSIMISTA ROLAGEM</b>	4.995.875.472	5.247.071.820	5.473.194.813	5.682.822.071
<b>PESSIMISTA PRODUBAN</b>	2.094.225.619	2.187.356.768	2.268.861.529	2.343.156.532
<b>TOTAL PESSIMISTA</b>	7.090.101.091	7.434.428.588	7.742.056.342	8.025.978.602

Fonte : Gerência da Dívida Pública

A Tabela nº 40 evidencia a projeção da Dívida Lei nº 8.727/93 e DMLP correlacionada a RLRM no que tange ao cenário básico do PIB. A alusiva tabela demonstra uma redução das referidas dívidas de 2013 a 2016, pois conforme cláusulas contratuais o montante vinculado ao pagamento do serviço da dívida em relação à RLRM. Assim, um significativo percentual vinculado ao pagamento do serviço da dívida em relação à RLRM tem que ser direcionado a amortização destas dívidas.

Tabela nº 40 – Projeção da Dívida Lei nº 8.727/93 e DMLP – 2013 a 2016

Dívida/ano	2013	2014	2015	2016
Lei 8727 e DMLP	231.534.032	181.495.482	122.090.078	68.059.255

Fonte : Gerência da Dívida Pública

A Tabela nº 41 demonstra a projeção da redução da Dívida Extralimite sem INSS e FGTS.

Tabela nº 41 – Projeção da Dívida Extralimite sem INSS e FGTS

Dívida/ano	2013	2014	2015	2016
Contratadas e a contratar	2.042.320.721	2.072.557.668	2.009.444.434	1.936.846.840

Fonte : Gerência da Dívida Pública

A Tabela nº 42 demonstra a projeção da evolução da Dívida Consolidada no período de 2013 a 2016. Em face da ausência de informações da Receita Federal foi mantida a projeção da dívida do INSS, FGTS e PAES (Receita Federal) no mesmo montante ao longo do período de 2013 a 2016.

Tabela nº 42 – Projeção da Dívida Consolidada – 2013 a 2016

	2013	2014	2015	2016
Dívida Lei nº 9.496/97	7.082.895.273	7.412.318.744	7.695.807.995	7.943.749.099
Lei 8.727/93 e DMLP	231.534.032	181.495.482	122.090.078	68.059.255
Contratadas e a contratar	2.042.320.721	2.072.557.668	2.009.444.434	1.936.846.840
INSS E FGTS	320.000.000,00	320.000.000,00	320.000.000,00	320.000.000,00
Total da Dívida	9.676.750.026	9.986.371.894	10.147.342.508	10.268.655.194

Fontes : Gerência da Dívida Pública e Gerência de Controle e Acompanhamento das Dívidas por Obrigações Trabalhistas

Ressalta a importância para a sustentabilidade do equilíbrio estrutural das contas públicas do Estado de Alagoas no que tange ao encaminhamento do projeto pelo governo federal ao Legislativo e que tramita na Câmara como PLP 238/2013 em face que a proposta padroniza em 4% ao ano, além da inflação, os juros incidentes sobre as dívidas refinanciadas com base na Lei 9.496/1997. As regras atuais preveem juros de 6%, 7,5% ao ano, além da inflação, o que significa que o projeto reduz a taxa real em pelo menos um terço, podendo fazê-la cair mais da metade.

Além disso, o projeto original também muda o índice de inflação usado como referência para correção monetária dos saldos. Em vez do IGP-DI, que é mais volátil, será o IPCA, entretanto não é garantia de alívio para os governos regionais, pois nem sempre a variação do IPCA é menor que a do IGP-DI. Em dois dos últimos quatro anos, por exemplo, o IGP-DI apontou inflação menor (2011) ou deflação (2009).

A grande vantagem do projeto para os governos regionais é a fixação de um teto para incidência de juros e correção monetária somados. Assim, sempre que a inflação do IPCA mais os juros de 4% ao ano representarem, no equivalente mensal, percentual maior que a Selic efetiva, valerá a Selic.

- **CONCEITO E ABRANGÊNCIA DOS PASSIVOS CONTINGENTES**

Parte dos riscos fiscais é representada por passivos contingentes derivados de uma série de ações judiciais que podem determinar o aumento do estoque da dívida pública. Esse aumento, caso venha a ocorrer, terá que ser compensado pelo incremento do esforço fiscal (aumento da receita/redução das despesas), de modo a não afetar o equilíbrio nas contas.

Os passivos contingentes são classificados em seis classes conforme a natureza dos fatores que lhes dão origem, em seis classes:

- a) demandas judiciais contra o Estado (Administração Direta, Autarquias e Fundações) - em sua maior parte se refere as controvérsias sobre as diferenças salariais que não foram pagas em função do Planos Collor, questionamentos de ordem tributária e previdenciária.

- b) demandas judiciais contra empresas estatais dependentes do Estado que fazem parte do Orçamento Fiscal;
- c) demandas judiciais pertinentes à administração do Estado, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas e atos que afetam a administração de pessoal;
- d) dívidas em processo de reconhecimento pelo Estado, sob a responsabilidade da Receita Federal do Brasil;
- e) operações de aval e garantias dadas pelo Estado e outros riscos, sob a responsabilidade do Tesouro Estadual; e
- f) demandas judiciais contra a Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimônio e riscos pertinentes aos seus ativos decorrentes de operações de liquidação extrajudicial.

A explicitação desses passivos contingentes neste anexo representa mais um passo importante para a transparência fiscal. Entretanto, importa ressaltar que as ações judiciais aqui citadas representam apenas ônus potenciais, pois se encontram ainda em julgamento, não estando de forma alguma definido o seu reconhecimento pela Fazenda Estadual. Esclareça-se, por outro lado, que passivos decorrentes de ações judiciais no que tange as sentenças definitivas foram tratados como precatórios, não configurando, portanto, passivos contingentes.

Ressalte-se que a Emenda Constitucional nº 30 alterou a redação do artigo 100 da Constituição Federal e acrescentou o artigo 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelecendo que o Poder Executivo poderá parcelar os precatórios de natureza não alimentar pendentes de pagamento, em até 10 (dez) parcelas anuais e sucessivas, com valores atualizados monetariamente, e conforme já salientado vinculando a 1,5% da RCL.

Há que se mencionar, ainda, a intensa fiscalização que o INSS vem desenvolvendo junto aos órgãos do Estado, resultando, em certos casos, em autuações ou notificações de lançamento de débitos fiscais. As autuações mais expressivas referem-se ao não recolhimento, pelo Estado, de contribuição previdenciária sobre os valores pagos aos servidores celetistas e serviços prestados perfaz R\$ 327,5 milhões em 2012 e do FGTS e PAES o montante de R\$ 65,5 milhões.

Outro passivo relevante é a dívida do Estado com 30 mil servidores no montante de R\$ 12 bilhões e que vinha sendo paga com um deságio de 70% sobre o valor dos direitos creditórios pelas empresas importadoras para compensar no pagamento do ICMS na operação de importação de produtos e serviços. A unificação da alíquota em 4%<sup>34</sup> em todo o país, os precatórios de Alagoas deixarão de ser atrativos para os empresários e, portanto, para o Estado

---

<sup>34</sup>O projeto de Resolução segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, onde o Governo tem maioria e dá sua aprovação como favas contadas.

representará conforme projeções uma perda de recursos extras no montante de R\$ 1,3 bilhão referente aos 11% para o AL Previdência e 27,5% do IRRF e mais R\$ 2,2 bilhões para os servidores.

**LEI Nº 7.529, DE 8 DE AGOSTO DE 2013.**

**ANEXO IV**  
**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**Parâmetros e metas de inflação**

As metas fiscais previstas, para o período de 2013 – 2016, encontram-se demonstradas nos Anexos II – A2. O Anexo IV analisa o cenário macroeconômico e os efeitos no PIB do Brasil e os reflexos na arrecadação das receitas principalmente do FPE e do ICMS em face que estas receitas são os sustentáculos do equilíbrio estrutural das finanças públicas do Estado de Alagoas.

A partir da breve descrição qualitativa do cenário, projetou-se o desempenho do crescimento do PIB do Brasil para o período de 2013 a 2016 tendo como base o modelo de consistência macroeconômica, cuja metodologia é apresentada em suas linhas básicas a seguir.

- Metodologia

A quantificação do cenário econômico de referência no horizonte estudado baseou-se em um modelo de consistência macroeconômica de curto prazo (MCMCP)<sup>35</sup>, cuja ideia central é analisar o movimento das variáveis endógenas (taxa de juros e a renda), como função da evolução das variáveis exógenas (gastos do governo, o consumo e investimento autônomos e taxas de câmbio e a renda do resto do mundo), atendendo a restrição de que, em um dado período, o dispêndio nacional seja totalmente financiado doméstica ou externamente. Portanto, o MCMCP leva em consideração a relação entre o crescimento de curto prazo e a disponibilidade de seu financiamento.

O MCMCP está dividido em quatro blocos: Setor Público, Setor Externo, Investimento e Contas Nacionais, sendo que este último agrega as informações dos três primeiros. A escolha desta divisão pode ser justificada a partir da manipulação algébrica de identidades contábeis, como apresentada no box a seguir.

---

<sup>35</sup> A Gerência de Gestão Fiscal Estatística se baseou na Nota Técnica DEA 13/10 - Caracterização do Cenário Macroeconômico do PDE 2010-2019 formulada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Figura nº 1 – Conceitos Básicos de Contabilidade Nacional

**BOX - Conceitos Básicos de Contabilidade Nacional**

Partindo da composição do PIB pela ótica da despesa, o PIB ( $Y$ ) pode ser decomposto em consumo privado ( $C_p$ ), consumo público ( $C_G$ ), investimento privado ( $I_p$ ), investimento público ( $I_G$ ) e exportações líquidas (isto é, exportações ( $X$ ) menos importações ( $M$ )) de bens e serviços não-fatores. Analiticamente, tem-se:

$$Y = C_p + C_G + I_p + I_G + X - M$$

Definindo  $T$  como a arrecadação tributária nacional, podemos escrever a equação acima da seguinte forma:

$$Y - T - C_p + T - C_G + M - X = I_p + I_G$$

Definindo a poupança do setor privado ( $S_p$ ), a poupança do setor público ( $S_G$ ) e a poupança externa ( $S_x$ ), respectivamente, como:

$$S_p = Y - T - C_p$$
$$S_G = T - C_G$$
$$S_x = M - X$$

e fazendo-se as substituições apropriadas, tem-se:

$$S_p + S_G + S_x = I_p + I_G$$

Mais sucintamente, a equação acima origina a identidade básica da Contabilidade Nacional que iguala poupança ( $S$ ) ao investimento ( $I$ ):

$$S = I$$

onde  $S = S_p + S_G + S_x$  e  $I = I_p + I_G$

Os reflexos do neoliberalismo no que concerne à participação do mercado de capitais com elevado grau de abertura financeira resultou na mobilidade de capitais, sendo esta absoluta refletindo na valorização do real e resultando no incremento da importação de produto industrializado e que aliado ao modelo da vinculação da receita a despesa resultou no baixo crescimento do PIB do Brasil de 1995 a 2012.

Portanto, economia brasileira ao realizar a integração financeira no que se referem aos fluxos internacionais de capital resultou na semi estagnação do PIB no período de 1995 a 2012 e a longo prazo estes fluxos se transformaram em uma força destrutiva ao exacerbar a volatilidade dos fluxos netos (a diferença entre as entradas e saídas de capital). Além disso, impactou na baixa capacidade de realização de investimentos.

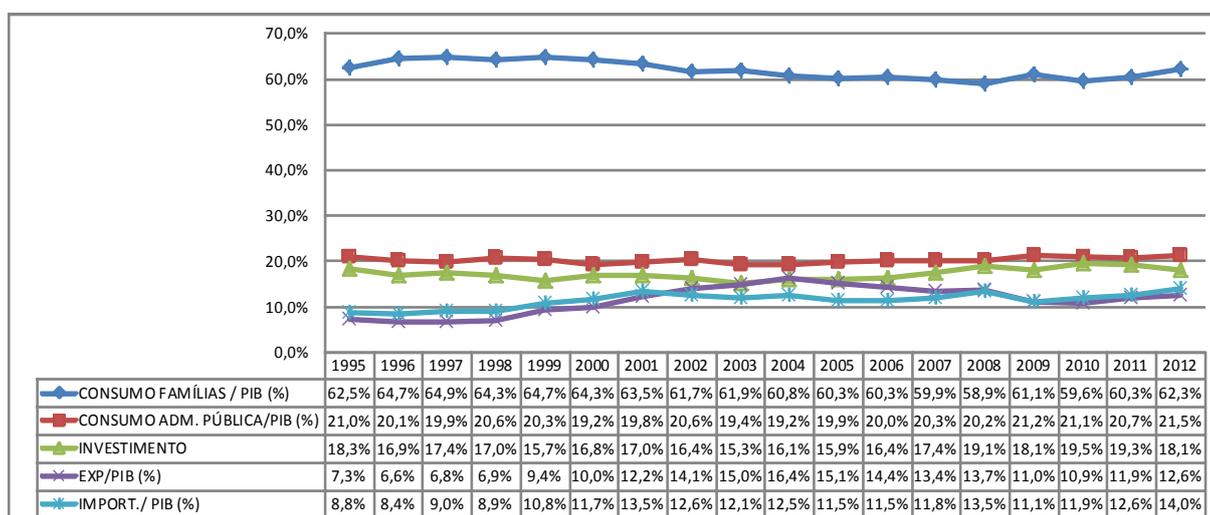
No que tange ao aumento da carga tributária é reflexo da combinação alusiva dos dois modelos, os quais resultaram na manutenção da despesa do setor público consolidado em percentual do PIB. Além disso, ressalta a importância da despesa de consumo das Famílias, ao longo do período de 1995 a 2012, na constituição do PIB do Brasil. Por outro lado, evidencia-se no conceito da ótica da demanda, que as importações cresceram sempre acima das exportações o que contribuiu para o baixo crescimento do PIB em 2011 e 2012.

No que tange a despesa de consumo das Famílias é reflexo dos problemas estruturais graves, como a concentração de renda, por exemplo. Assim, a política de valorização do salário mínimo aliada ao fator da expansão do crédito em percentual do PIB nos últimos cinco anos resultaram no incremento do consumo.

Além disso, fazendo uma correlação com a geração de déficits em conta corrente no período (1995-2002) e de (2007-2012) analisa-se que estes foram financiados de duas formas por empréstimos e por investimentos diretos. Os investimentos diretos estrangeiros aumentaram extraordinariamente. Não obstante, conforme se evidencia no Gráfico nº 27 que a taxa de investimento total da economia não cresceu no período; o que aumentou foi a renda líquida enviada ao exterior.

Assim, percebe-se que a entrada de capital resultou na apreciação do real no período de 2007-2012 impactando no crescimento das importações sem refletir no incremento da participação dos investimentos (% do PIB).

Gráfico nº 27 – Composição do PIB do Brasil – 1995 a 2012



Fonte : IBGE

- Investimento

O investimento líquido total é aquele necessário para sustentar a taxa de crescimento do PIB, considerando-se uma relação capital-produto de equilíbrio estável no longo prazo. Esta relação, por sua vez, depende da taxa de poupança, da taxa de crescimento de ocupação da população economicamente ativa (PEA), da taxa de depreciação e da taxa de progresso tecnológico.

Este bloco é fundamental para analisar a viabilidade da taxa de crescimento do PIB considerada para os próximos anos. A relação de investimento/PIB necessária para viabilizar o crescimento admitido deve ser compatível tanto com o histórico, quanto com o atual estágio da economia brasileira.

As duas relações funcionais deste bloco são apresentadas a seguir:

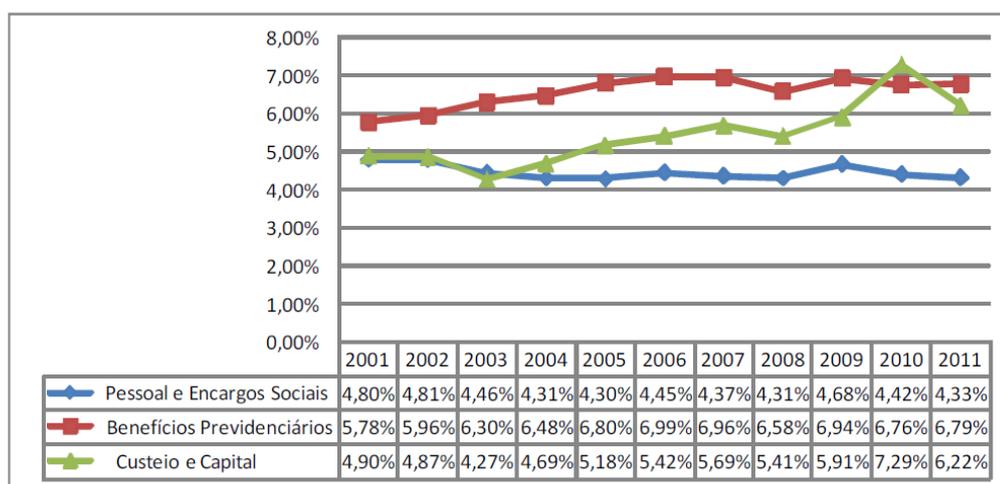
$$I_t = \lambda_t (Y_{t+1} - (1 - \delta_t)Y_t) \quad (1)$$

$$\lambda_t = \frac{s_t}{(n_t + \delta_t + g_t)} \quad (2)$$

A primeira equação diz que o investimento total ( $I_t$ ), líquido da depreciação ( $d$  é a taxa de depreciação), é proporcional ao crescimento do produto real ( $Y_t$ ) postulado. A segunda equação é uma relação de longo prazo que diz que o impacto do crescimento sobre o investimento, medido pelo parâmetro  $\lambda$  (chamada de razão incremental de capital-produto ou ICOR – do seu acrônimo em inglês), depende positivamente da taxa de poupança de longo prazo ( $s$ ) e negativamente da taxa de crescimento da força de trabalho ( $n$ ), da taxa de depreciação ( $d$ ) e do crescimento da produtividade total dos fatores ( $g$ ). Assim, por exemplo, quanto maior o crescimento da produtividade total dos fatores (PTF) na economia, menor será o investimento necessário para viabilizar a taxa de crescimento postulada.

Para calcular a taxa de investimento a preços correntes, multiplica-se a taxa de investimento a preços constantes do ano-base por um fator de preços relativos. Por fim, como o investimento público (determinado como proporção do PIB a preços constantes) é tratado de forma separada, o investimento privado é aquele necessário para completar o investimento total. No que se refere ao investimento público demonstra a fragilidade do modelo de ajuste fiscal no Brasil, pois concentra volume significativo de recursos em custeio e para cumprir as metas de superávit primário resultou no aumento da carga tributária e da contingência dos recursos destinados aos investimentos.

Gráfico nº 28 - Despesa do Governo Federal – 2001 a 2011 (% do PIB) – 2001 a 2011



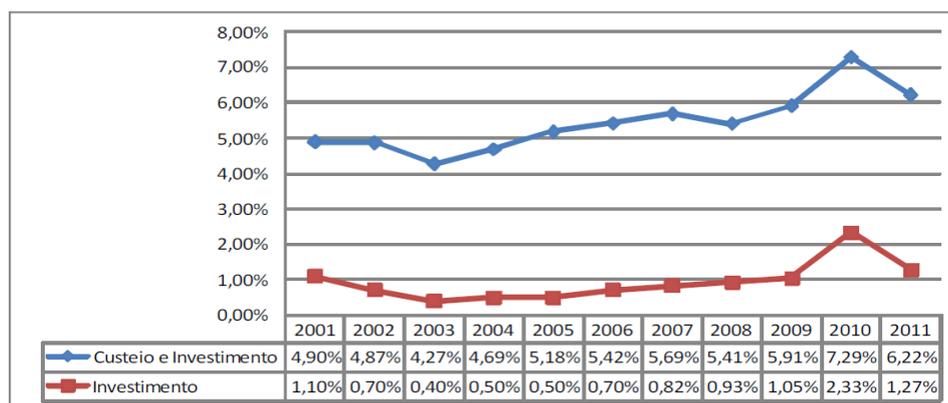
Fonte ; Secretaria de Tesouro Nacional

De 2002 a 2009, observa-se a baixa capacidade de investimento do Governo Central em percentual do PIB na média de 0,70%. Em 2011, foi o maior montante de recursos destinado pelo Governo Federal a investimentos (1,27% do PIB) com

Receita Total de 23,91% do PIB, entretanto bem próximo a 2001 (1,10%) com Receita Total de 20,77% do PIB.

Ressalta-se que o expressivo volume de investimentos em 2010, o qual correspondeu a 2,33% do PIB foi reflexo da capitalização da Petrobrás em 1,14% do PIB.

Gráfico nº 29 - Despesa de Custeio e Investimento do Governo Federal (% do PIB) – 2001 a 2011



Fonte ; Secretaria de Tesouro Nacional

Neste contexto de elevação de carga tributária e de ampliação do gasto de custeio se refletiram na redução da taxa de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) (% do PIB), bem como da diminuição da taxa de poupança (% do PIB) em 2012.

Considerando a relação  $S_{(Poupança)} + PE_{(Poupança\ Externa)} = I_{(Investimento)}$  demonstra a ampliação da necessidade de financiamento (% do PIB) para complementar a Poupança Interna (% do PIB).

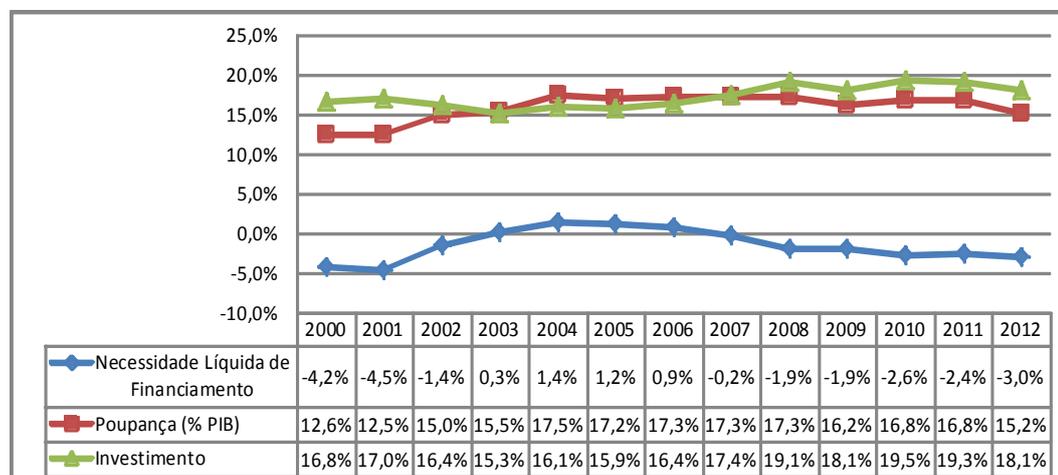
Assim, demonstra que o aumento da poupança externa resultou na redução da poupança interna. Portanto, o financiamento de recursos externos se refletiu no aumento do consumo via ampliação das importações e não no incremento do investimento, principalmente impactando os exercícios de 2011 e 2012.

Por outro lado, o registro de baixa taxa de crescimento é reflexo da forte retração dos investimentos, que encerraram 2012 com queda de 4%, acumulando seis trimestres de resultados negativos ou de virtual estagnação.

Neste contexto, segundo Marcelo Salomon, economista chefe para América Latina do Banco Barclays a interrupção estrutural da tendência do investimento fixo no Brasil como uma das principais causas da fraca performance do PIB brasileiro, e associa essa ruptura ao início da atuação mais intensa do governo com medidas protecionistas e estímulos setoriais, no começo de 2012. Segundo ele o fator incerteza reduziu em 2,1 pontos percentuais o crescimento da economia

no ano passado (ou R\$ 90 bilhões), o que significa que, em vez de 0,9%, o PIB brasileiro poderia ter crescido 3%.<sup>36</sup>

Gráfico nº 30 - Taxa de Investimento (FBCF) % do PIB x Taxa de Poupança Interna e Externa (% do PIB) – 2000 a 2012



Fonte : IBGE

Para efeito da quantificação, admitiu-se que a taxa de depreciação (dt) é constante e igual a 3% ao ano no período do decenal. Este número é compatível com a atual estimativa do produto potencial ou de cenários de longo prazo.

Por fim, embora a taxa de poupança de curto prazo seja considerada exógena, sua evolução foi postulada de modo a que sua média coincidisse com a taxa de investimento média a partir do último quinquênio. Utilizou-se, para tanto, um procedimento iterativo que consistiu nos seguintes passos:

Compatível com o cenário estabelecido para os próximos 4 anos, estabeleceu-se uma taxa de poupança exógena de curto prazo (st).

- Com as hipóteses sobre os demais parâmetros deste bloco, calculou-se a taxa de investimento, a preços correntes, requerida para sustentar a taxa de crescimento do PIB no horizonte.
- Calculou-se a diferença entre a média da taxa de poupança e da taxa de investimento nos últimos 5 anos de projeção. O procedimento se encerrava quando esta diferença fosse nula, caso contrário, voltava-se ao primeiro passo, e alterava-se a hipótese sobre a taxa de poupança de curto prazo.
- Deste modo, a taxa de poupança média equivale à taxa de investimento média no longo prazo.

<sup>36</sup> ACCIOLI, Cláudio. Especial Política Econômica. Ação e Reação. Revista Conjuntura Econômica Abril de 2013-Vol. 67-nº 04

- Setor Externo

As contas externas foram analisadas em suas principais componentes: saldo em transações correntes, saldo da conta de capital e a variação de reservas, sendo exportações e importações, as variáveis principais deste bloco. No modelo, as exportações dependem do crescimento do comércio mundial (aproximado pelo PIB mundial) e da taxa de câmbio real. Já as importações dependem da taxa de câmbio real e, especificamente, do nível de investimento (para as importações de bens de capital), do PIB (para as demais importações, exceto petróleo) e da produção doméstica (para as importações de petróleo). No caso do balanço de capitais, a variável determinante é o investimento externo direto, cuja evolução é estabelecida de acordo com o cenário.

Avalia-se que o passivo externo líquido brasileiro dobrou entre 2003 e 2010, de US\$ 487 bilhões para US\$ 957 bilhões. Destaca que também o passivo externo bruto apresenta tendência ascendente, influenciado pelos compromissos de curto prazo em investimentos em carteira e na parcela da dívida pública com vencimento de curto prazo.

Assim, a magnitude do passivo externo brasileiro acumulado no passado resultou, conseqüentemente, no aumento das despesas com juros, lucros e dividendos remetidos ao exterior aliada, ainda, a piora nos saldos comerciais em face do alto crescimento das importações de produtos industrializados, refletindo na elevação dos déficits em conta corrente, revelando-se, assim, incapaz de reverter o processo de endividamento externo do país. Verifica-se, portanto, que sob este cenário a tendência insustentabilidade do financiamento do déficit conta corrente conforme o desempenho do primeiro trimestre, que atingiu 4,31% do PIB, contra 2,41% no seu homólogo de 2012, o que poderá sinalizar um forte ajuste na taxa de câmbio no curto prazo.

O estoque de investimento em carteira pode ser considerado passivo de curto prazo em face que representa metade do total. Somado à dívida de curto prazo, chega-se ao conceito de passivo externo bruto de curto prazo, cujo crescimento foi interrompido apenas temporariamente com a crise de 2008. A política de acúmulo de reservas cambiais resultou no aumento do passivo em face do financiamento da dívida mobiliária interna, a qual apresentou um custo elevado correlacionando ao ativo externo, o qual tem baixa rentabilidade.

O forte aumento do passivo externo é explicado em função dos elevados déficits em transações correntes nos últimos anos, os quais têm sido cobertos com a entrada de capital estrangeiro, principalmente de Investimento Estrangeiro Direto (IDE). Assim, a economia brasileira está cada vez mais dependente do capital externo.

No que concernem às importações evidencia-se o aumento da participação dos produtos importados na economia brasileira em 2012. Segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) o índice de penetração das importações foi de 21,6%, o mais alto desde o início da série histórica da pesquisa, em 1996. O

percentual ficou 2,1 pontos percentuais acima de 2011. Para Marcelo Azevedo, economista da CNI, o aumento da participação dos importados torna cada vez mais evidente a perda de competitividade da indústria nacional. Os setores mais atingidos foram bens de informática, bens de capital, eletrônicos, óticos, máquinas e materiais elétricos, farmoquímicos e farmacêuticos.

Assim, esse aumento dos importados reflete a perda de competitividade no que se refere ao período do real valorizado frente ao dólar.

Neste contexto, a combinação da manutenção dos preços sem reajuste apesar da pressão de custos como salários aliada a depreciação do real frente ao dólar de 2012 em relação a 2011 resultaram na redução da arrecadação do governo federal no que concerne principalmente ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

O incremento da massa salarial e das expansões de crédito correlacionada a ausência de competitividade da indústria refletiram no incremento das importações de bens de consumo em face que em 2007 era de US\$ 16 bilhões e passou para US\$ 39,4 bilhões em 2012.

Por outro lado realizando uma análise desagregada do comportamento das importações de bens de consumo observa que as importações de veículos prontos e de autopeças do segmento da indústria automobilística o montante correspondia a US\$ 3,521 bilhões em 2007 e passou para US\$ 10,4 bilhões em 2012 (Tabela nº 43).

No que se refere à importação de produtos farmacêuticos era de US\$ 15,8 bilhões em 2007 e passou para US\$ 27,3 bilhões em 2012.

Tabela nº 43 - Importação dos Produtos Industrializados – 2007 a 2012 (US\$)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Bens de Capital</b>	<b>25.125.082</b>	<b>35.928.836</b>	<b>29.698.357</b>	<b>40.995.305</b>	<b>47.894.142</b>	<b>48.622.829</b>
Máq e Aparelhos de escritorio Serv.C	5.501.646	7.085.091	5.729.254	7.372.209	7.728.672	7.845.723
Ferramentas	465.316	695.916	560.486	869.849	1.251.704	1.274.252
Acessorios de Maq.Industrial	1.825.003	2.417.907	2.042.830	3.131.369	3.337.170	3.420.185
Maquinaria Industrial	7.355.542	10.989.640	9.804.268	13.475.064	16.370.820	16.055.082
Partes Peças para Bens de Capital para Ind	4.186.470	5.419.659	3.934.981	5.298.354	6.761.104	7.071.926
Equip Moveis de Transporte	1.881.740	3.486.611	3.200.399	4.862.408	5.241.854	6.000.066
Outros Bens de Capital	3.909.364	5.834.013	4.426.139	5.986.053	7.202.818	6.955.595
<b>Bens de Consumo</b>	<b>16.026.655</b>	<b>22.524.654</b>	<b>21.523.960</b>	<b>31.425.761</b>	<b>40.084.018</b>	<b>39.373.646</b>
<b>Bens de Consumo não duráveis</b>	<b>7.775.835</b>	<b>9.815.579</b>	<b>9.910.262</b>	<b>12.847.126</b>	<b>15.988.950</b>	<b>17.150.317</b>
Produtos Alimentícios	2.081.524	2.811.847	2.757.269	3.897.438	4.881.318	5.109.565
Produtos de Toucador	434.835	542.733	534.773	785.754	1.005.686	1.103.169
Vestúario e Outras Confeções Texteis	683.637	886.756	939.396	1.283.811	1.973.164	2.442.988
Produtos Farmaceuticos	2.907.903	3.492.509	3.686.218	4.411.960	5.102.540	5.351.186
Outros Bens de Consumo não duráveis	1.667.936	2.081.734	1.992.606	2.468.164	3.026.243	3.143.409
<b>Bens de consumo Duráveis</b>	<b>8.250.820</b>	<b>12.709.075</b>	<b>11.613.698</b>	<b>18.578.635</b>	<b>24.095.068</b>	<b>22.223.330</b>
Objetos de Adorno,de Uso Pessoal e Outros	1.838.989	2.411.991	2.281.852	3.014.668	3.785.246	4.118.000
Moveis e Outros Equipamentos Para Casa	397.299	568.335	486.787	915.449	1.025.372	1.017.547
Maquinas e Aparelhos de Uso Doméstico	1.577.649	2.488.236	1.895.050	3.994.275	4.677.688	4.706.772
Veiculos e Automóveis de Passageiros	3.521.173	6.051.222	5.892.686	9.129.160	12.741.467	10.397.747
Partes e Peças P/ Bens de Cons.Duráveis	640.239	807.872	680.110	943.183	1.117.704	1.251.985
Outros Bens de Consumo Duráveis	275.471	381.419	377.212	581.899	747.591	731.279
<b>Bens Intermediários</b>	<b>59.380.730</b>	<b>83.277.327</b>	<b>59.753.735</b>	<b>83.883.788</b>	<b>102.091.360</b>	<b>99.840.015</b>
Outras Matérias Primas P/Agricultura	5.528.748	10.954.854	5.374.640	6.712.602	11.426.181	11.164.414
Produtos Alimentícios	2.589.705	3.575.469	2.879.120	3.281.007	3.793.165	3.924.380
Produtos Agropecuários não Alimentícios	4.073.606	5.469.991	4.239.296	6.426.513	7.849.367	6.774.270
Produtos Minerais	11.631.489	15.672.744	9.746.468	17.830.661	20.463.918	18.081.953
Produtos Intermediários- Partes e Peças	8.839.309	11.130.651	8.480.526	11.435.548	12.820.613	13.001.206
Produtos Quimicos e Farmaceuticos	15.671.938	21.184.301	17.272.577	22.962.992	27.043.904	27.285.539
Materiais de Construção	1.167.000	1.875.006	1.716.955	2.126.093	2.892.991	3.194.749
Acessorios de Equipamentos de Transporte	8.471.650	11.677.498	8.422.799	11.586.451	13.932.648	14.377.705
Outros Bens Intermediários	1.407.284	360.249	1.621.353	1.521.921	1.868.571	2.035.798
<b>Combustíveis e Lubrificantes</b>	<b>20.084.979</b>	<b>31.465.816</b>	<b>16.746.291</b>	<b>25.343.822</b>	<b>36.173.890</b>	<b>35.312.640</b>
<b>Total de Importação de Produtos Industrializados</b>	<b>120.617.446</b>	<b>173.196.634</b>	<b>127.722.343</b>	<b>181.648.676</b>	<b>226.243.409</b>	<b>223.149.130</b>

Fonte : Ministério do Desenvolvimento do Comércio Exterior

Valores em US\$ 1.000,00

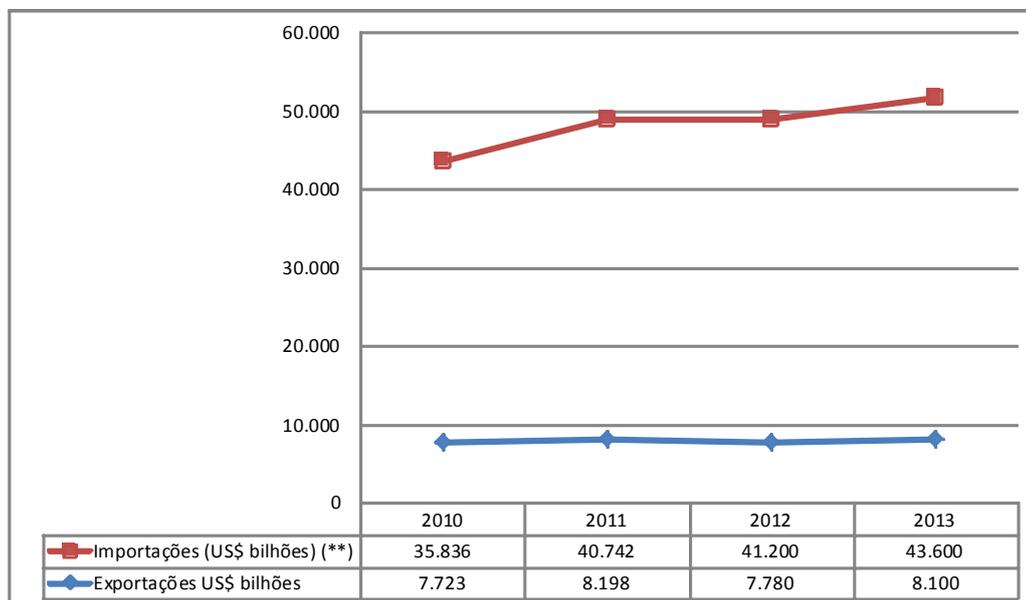
Considerando apenas a indústria elétrica e eletrônica houve um alto crescimento das importações em face que em 2007 correspondia a US\$ 35,8 bilhões e aumentou para US 41,2 bilhões em 2012 e com projeção de incremento para US\$ 43,6 bilhões em 2013. Por outro, o Gráfico nº 31 demonstra um reduzido crescimento das exportações.

No ano de 2012, a participação das importações de bens de finais no consumo aparente chegou a 21,6%, contra 21,0% em 2011. Deve-se considerar que parte das importações de produtos elétricos e eletrônicos está sendo realizada pelas próprias empresas, portanto embutidas nos seus faturamentos. Assim, esta estratégia das empresas em face da ausência de competitividade resultou na redução do valor adicionado bem como impactou na geração de emprego e renda.

Neste contexto, de distorção de preços relativos causada pela situação cambial quando o dólar alcançou R\$ 1,60 o índice de importação de insumos no setor industrial chegou a 76,7% no segmento de informática, eletroeletrônicos e ópticos em 2011. Assim, evidencia-se a complexidade da redução deste índice de

importação em face do custo Brasil, o que reflete no atual desempenho do FPE no primeiro quadrimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012.

Gráfico nº 31 - Balança Comercial da Indústria Elétrica e Eletrônica – 2010 a 2013 (US\$ Milhões)



Fonte : ABINEE

Nota : Previsão para o exercício de 2013

- Setor Público

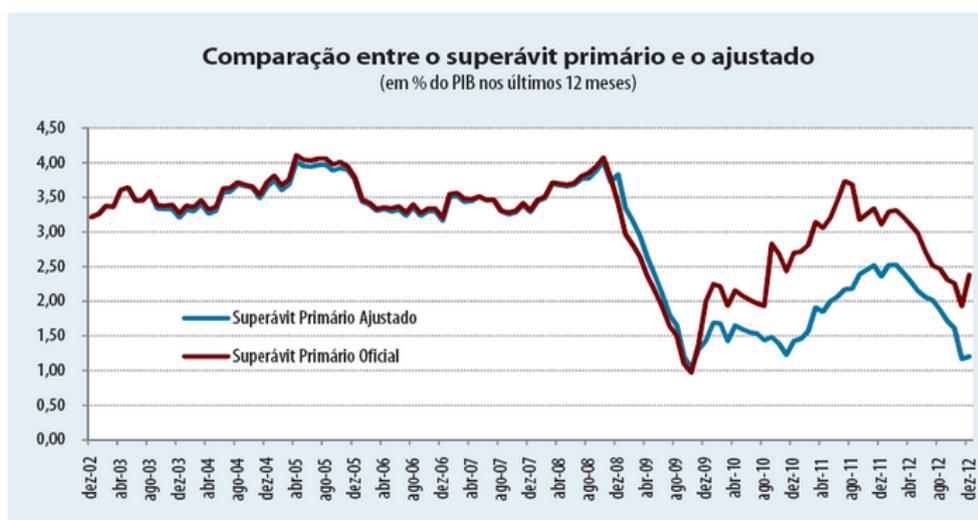
As contas governamentais foram examinadas segundo suas principais componentes: arrecadação e gastos (incluindo o pagamento de juros da dívida pública total no conceito do setor público consolidado).

O déficit nominal do governo é resultado do excesso de gastos correntes e pagamentos de juros relativos ao estoque de dívida existente sobre a arrecadação total. Variações no PIB afetam as evoluções da arrecadação e dos gastos exclusive juros (proporcionais ao PIB, em valores constantes). Por fim, adicionando o pagamento de juros, o resultado fiscal nominal do setor público altera o estoque de dívida total. Assim, a evolução do PIB afeta tanto o numerador quanto o denominador da relação dívida/PIB.

Para uma dada evolução do PIB, considera-se que o governo tenta controlar a relação dívida/PIB usando como instrumento o resultado primário consolidado do setor público através de alterações de parâmetros da política fiscal: mudanças de alíquotas tributárias ou cortes de gastos ou de ambos, estabelecidos de acordo com o cenário. No caso de gastos do governo, o controle pode ser feito preponderantemente pela variação na taxa de investimento público como proporção do PIB ou na variação dos gastos correntes do governo como proporção no PIB.

No Gráfico nº 32 demonstra que o modelo de vinculação da receita a despesa vem comprometendo a geração de superávit primário (% do PIB) em face de um cenário de queda em percentual da receita (% do PIB) reflexo das renúncias fiscais, bem como o impacto do baixo crescimento do PIB aliado ao incremento das despesas correntes em face do modelo de vinculação da despesa a receita.

Gráfico nº 32 – Comparação entre o superávit primário e o ajustado (em % do PIB nos últimos 12 meses)



Fonte : Gabriel Leal de Barros: FGV/IBRE

A Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (GGFE) adotou o seguinte cenário a elevação da dívida bruta do setor público consolidado para 67% do PIB em 2013 segundo o Fundo Monetário Internacional em face da dificuldade do setor público consolidado de obter superávit primário para reduzi-la em face do problema estrutural do modelo de esgotamento do incremento da receita em % do PIB aliado ao já salientado modelo de vinculação da receita a despesa (% do PIB) e principalmente da flexibilização da política fiscal no que se refere à geração de resultado primário do setor público consolidado.

- Contas Nacionais

O bloco de Contas Nacionais tem como pressuposto analisar a condição imposta pela identidade básica da Contabilidade Nacional: investimento igual à poupança total.

As variáveis de fechamento do modelo são relativas ao setor privado: consumo e investimento. Assim, por exemplo, o consumo privado é tal que a poupança privada gere um nível de poupança agregada igual ao nível de investimento, de maneira a atender à identidade de poupança igual ao investimento. Por outro lado, dado o nível de investimento total (resultado do bloco de investimento) e o investimento público (resultado do bloco fiscal), o investimento privado é obtido residualmente.

Assim, considerando a baixa capacidade de investimento do setor público consolidado em função da dificuldade em controlar o incremento dos gastos de custeio aliado ao baixo investimento do setor privado em face da ausência de confiança na economia em função da excessiva carga de intervenção no domínio econômico refletindo em um clima de insegurança jurídica no que tange aos setores de transporte e energia. Neste contexto, evidencia-se um alto risco do marco regulatório o que poderá impactar o programa de infraestrutura em concessões ao setor privado de rodovias e ferrovias brasileiras no montante de R\$ 133 bilhões pelos próximos 25 anos.

Portanto, para a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística o investimento se manterá ao redor de 19% do PIB inferior a real necessidade de criar condições de crescimento econômico ao redor de 4% a.a.

- Resumo do MCMLP

A taxa de crescimento do PIB é a principal variável do modelo de consistência macroeconômica de longo prazo (MCMLP). Sua evolução ao longo do horizonte é determinada de forma consistente ao cenário estudado.

O consumo do governo, o investimento público são tais que sejam compatíveis com a evolução da relação dívida/PIB no cenário estudado, dados os parâmetros da arrecadação da receita do setor público consolidado.

A evolução das exportações líquidas de bens e serviços não-fatores segue além da evolução do PIB e da taxa de câmbio real, variáveis externas exógenas determinadas pelo cenário, tais como: crescimento do comércio mundial e preços externos das commodities.

O investimento total é definido como aquele que viabiliza a taxa (exógena) de crescimento do produto potencial do cenário, considerando a depreciação do estoque de capital e uma relação de equilíbrio sustentável no longo prazo. Assim, dado o investimento público, o investimento privado é o que falta para completar o investimento total.

O consumo total é obtido por diferença nas contas nacionais, de tal forma que o investimento seja igual à poupança total. Dado o consumo do setor público, o consumo privado é obtido por resíduo.

Em suma, o modelo determina, dentre inúmeras variáveis, o consumo privado, a trajetória da dívida pública e o saldo em transações correntes de cada cenário.

Assim, observa-se que analisando o Gráfico nº 27 e o Gráfico nº 30 que o aumento da poupança externa (em % do PIB) não se refletiu no incremento do investimento total em % do PIB, principalmente em 2011 e 2012.

- Resultados Quantitativos do Cenário de Interesse

Em síntese, o principal resultado da avaliação qualitativa do cenário é a expectativa que o crescimento da economia brasileira se mantenha em 3% a.a no período de 2013 e de 3,5% a.a de 2014 a 2016 em face da armadilha do crescimento.

Foi considerada a baixa recuperação da economia mundial ao longo de 2013 a 2016 em face dos problemas estruturais da zona do Euro no que concerne ao alto endividamento e os efeitos de políticas econômicas voltadas para a sustentação da solvência do setor público, os quais reduziram parcialmente o montante de investimento à disposição de projetos, refletindo na expectativa da manutenção da alta taxa de desemprego de 2013 a 2016.

Dentre as principais variáveis exógenas consideradas no MCMLP (Tabela nº 44), vale destacar as trajetórias da taxa de poupança e do Investimento e

Tabela nº 44 - Principais variáveis exógenas (médias no período)

Indicadores Econômicos	Histórico		Projeção
	2000-2003	2004-2012	2013-2016
Taxa de Poupança (% do PIB)	13,90%	16,80%	17%
Taxa de Investimento (% do PIB)	16,40%	17,80%	19%

Fontes : IBGE (Dados Históricos) e GGFE (Projeção)

Neste cenário, projeta-se uma elevação bem pequena da taxa de poupança (% do PIB). O baixo crescimento desta é observado em face de um crescimento médio sustentado de 3% e justificado pelo fato de que mantendo o atual cenário de baixo desempenho da receita em % do PIB não existe perspectiva de uma melhora da posição fiscal no período. Adicionalmente, considera-se que esta pequena aceleração no crescimento da taxa de poupança doméstica (% do PIB) é consequência da manutenção do modelo de concentração de renda em face da política de financeirização da dívida pública após o Plano Real. Assim, com a elevação da taxa SELIC ao redor de 8,25% a.a ao término de 2013 como forma de conduzir a taxa de inflação para próximo da meta em 4,5%.

O aumento da taxa de investimento do setor público após a crise de 2007 foi mediante aportes do Tesouro ao BNDES. A título de exemplificação em 2012, foram R\$ 55 bilhões em papéis do Tesouro, após R\$ 100 bilhões em 2009, R\$ 80 bilhões em 2010 e R\$ 45 bilhões em 2011. Essas operações se refletiram num aumento da Dívida Pública Federal, entretanto não via juros, a dívida cresceu para evitar que o país entrasse em recessão em face da utilização da política fiscal anticíclica.

Logo, diminui a expectativa do Tesouro utilizar aumentar ainda mais os aportes ao BNDES para estimular a economia de 2013 a 2016 em face da dívida bruta do setor público consolidado está ao redor de 60% do PIB em 2012 e com tendência de alcançar 67% em função da flexibilização da política fiscal.

Não se projeta um aumento da arrecadação do setor público consolidado em face do modelo de esgotamento em % do PIB, bem como o atual nível de abertura da economia, a qual reduz o valor adicionado. Assim, a eventual redução da taxa SELIC diminuiu a importância da conta de juros em relação ao PIB na dinâmica de evolução da dívida, entretanto o modelo de vinculação da receita a despesa dificulta uma gestão fiscal no que concerne a geração de um superávit primário ao longo de 2013 a 2016 para reduzir a dívida bruta em % do PIB.

A manutenção do cenário de crise financeira afeta especialmente as exportações brasileiras no período de 2013 a 2016. Ainda, assim, quando comparadas ao histórico, as médias do volume exportado tem um crescimento de 4% a.a em face do baixo preço das commodities. Já as importações continuam crescendo ao redor de 6% a.a em função da expansão econômica doméstica e da ampliação do coeficiente de importação. O padrão diferenciado de crescimento doméstico e mundial poderá afetar, com isso, o saldo da balança ao longo de 2013 a 2016.

O investimento externo direto (IED) projeta-se que será mantido ao redor de US\$ 60 bilhões ao longo do período de 2013 a 2016.

Por fim, o saldo em transações correntes projeta-se que se mantenha ao redor de US\$ 70 bilhões em face da ampliação do déficit de serviço e renda aliado ao cenário de ampliação da importação de produto industrializado e queda da cotação de soja e minério de ferro resultando no risco de insustentabilidade do déficit de conta corrente em face do reduzido volume de financiamento através dos Investimentos Externos Diretos em função do risco do marco regulatório.

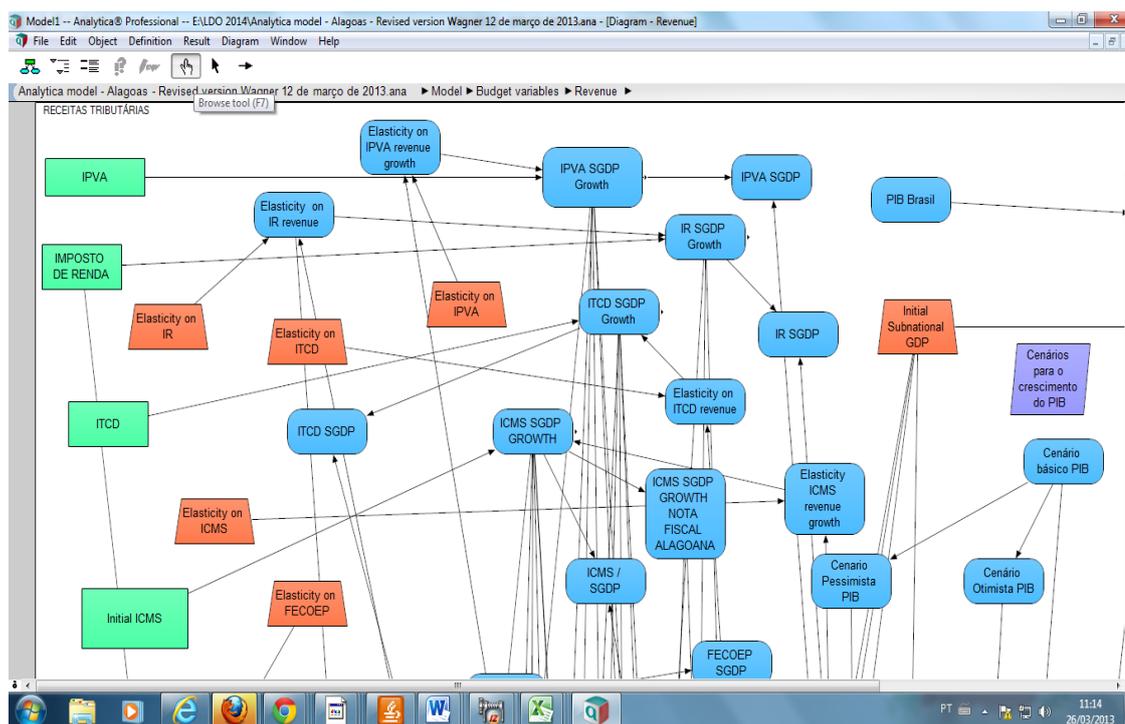
- Sistema de Previsão de Receitas

O Sistema de Previsão de Receitas utilizado pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística é o Analytica. Este Sistema possibilita a construção de modelos de previsão para todas as receitas aliado a conjugação de diversos cenários para o crescimento do PIB (básico, otimista e o pessimista), refletindo na obtenção da Receita Corrente Líquida (RCL) e Receita Líquida Real (RLR). Salienta-se que este sistema foi de vital importância para a elaboração da LDO 2013.

Na realidade, o sistema Analytica gera previsões de para todas as receitas com base na projeção de indicadores anuais previamente definidos.

A estrutura analítica do sistema se baseia conforme Figura nº 2, possibilitando uma análise de cada receita em valores nominais e em percentuais do PIB.

Figura nº 2 - Estrutura analítica para Previsão da Receita



### • Memória e Metodologia de Cálculo da Receita 2013 - 2016

As receitas cujos valores serviram de referência para o estabelecimento das metas fiscais para o Governo de Alagoas, no período de 2013 a 2016, foram estimadas utilizando-se a mesma metodologia da adotada na elaboração da LDO 2013 em face de demonstrar uma alta efetividade na previsão da receita do ICMS. Ressalta-se, ainda, que foi refeita a previsão da arrecadação do ICMS excluindo FECOEP em face do efeito da Nota Fiscal Alagoana. A título de comparação nos registros da DAMIF a arrecadação do ICMS Principal foi de R\$ 2,410 bilhões e para efeito dos registros das finanças públicas foi de R\$ 2,405 bilhões.

Assim, mantendo o mesmo percentual do efeito Nota Fiscal Alagoana, para o exercício de 2013, verifica-se que a previsão no Orçamento de 2013 foi de R\$ 2,680 bilhões, entretanto considerando o cenário atual a projeta-se que o ICMS alcance R\$ 2,616 bilhões, resultando em uma insuficiência de arrecadação de R\$ 64 milhões. Esta projeção se fundamenta na redução da tarifa de energia, aplicada a partir de fevereiro e que afetou o recolhimento do ICMS em março, mas não integralmente. Ressalta-se que esta previsão tem um grau de risco em face se a atividade econômica pode compensar esta perda. Salienta-se que também levou em consideração a projeção de renúncia fiscal em 2013.

Esta projeção foi fundamentada com base na análise da arrecadação por segmento do ICMS de 2007 a 2012 e na constatação do modelo de esgotamento do incremento da arrecadação do ICMS em percentual do PIB, bem como na definição de um cenário de crescimento real do PIB do Brasil de 3% para 2013

conforme Boletim Focus<sup>37</sup> e para o Estado de Alagoas em 4,0% em 2013 e 4,5% para os exercícios de 2014 a 2016.

Na definição das projeções das receitas que compõem a estrutura da LDO 2014 foi utilizado o programa Analytica e conjuntamente com outros indicadores econômicos para definir a trajetória não só da receita do ICMS, bem como a previsão de todas as receitas do Estado. Salienta-se que para projeção da receita do ICMS foi considerado o impacto da projeção das renúncias fiscais no período de 2013 a 2016.

Dentre estes indicadores dois merecem destaque especial: o primeiro é o desempenho da economia nacional que tem o Produto Interno Bruto (PIB) como seu medidor, o qual foi definido conforme a projeção de crescimento do PIB potencial do Brasil<sup>38</sup> como também o índice oficial que mede a inflação no país, traduzido pela variação do IPCA / IBGE. As projeções utilizadas seguem a base definida pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística no que concerne à elaboração da LDO 2014 conforme Tabela nº 5. Além disso, conforme análises anteriores evidencia-se uma alta correlação do volume de transferências da Previdência Social e do Programa da Bolsa Família impactando principalmente os segmentos de arrecadação de Bebidas/Fumo, Alimentação e Vestuário.

Assim, considerando que a política do governo Central continuará com a política de valorização do salário mínimo a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística estimou o aumento da arrecadação em percentual do PIB para o segmento de Alimentação. No que tange ao segmento de Construção Civil esta Gerência se baseou que este segmento se encontra em vias de esgotamento em incremento em percentual do PIB em face do alto volume de crédito imobiliário ao redor para o Estado de Alagoas em R\$ 1,654 bilhão em 2012, o que reflete em um impacto anual na arrecadação do ICMS de R\$ 174 milhões no tocante a necessidade de pagamento do financiamento imobiliário, e, portanto essa é a estimativa do volume de recursos que deixará de circular na economia alagoana em 2013. Ressalta-se, ainda, o alto comprometimento da renda com o crédito e aliado ainda ao fato de que a valorização do imóvel foi bem superior ao crescimento da renda, refletindo na tendência de uma baixa propensão do consumidor a buscar financiamento imobiliário. Por outro lado, evidencia o processo de estabilização dos preços dos imóveis.

Para subsidiar as estimativas das receitas do Tesouro Estadual para o período de 2013-2016, em especial daquelas chamadas de suporte de receita (impostos do Estado, incluindo os transferidos pela União, a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico e os Royalties) adotou-se os procedimentos descritos detalhadamente a seguir:

---

<sup>37</sup> Boletim Focus 22 de março de 2013.

<sup>38</sup> O crescimento do PIB potencial é exatamente o máximo de expansão que não pressiona os fatores e não causa os desequilíbrios macroeconômicos.

## I – Ajuste dos dados passados

A análise das receitas realizadas foi efetuada com base na série histórica do período de 2007 a 2012 observados os seguintes procedimentos:

- a. Para a estimação da previsão da arrecadação foram utilizados os dados provenientes da DAMIF- Diretoria de Análise e Monitoramento de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas (SEFAZ), a qual compila as informações por segmentos do ICMS (Alimentação, Automotivo, Bebidas/Fumo, Combustível, Comunicação, Construção Civil, Departamentos Têxtil, Energia Elétrica, Mineral, Outros, Químicos, Sucroalcooleiro, Sem classificação, Não identificado) no período mensal de 2007 a 2012. Ressalta-se que estas informações compreendem apenas a arrecadação do ICMS Principal correlacionando com o nível de atividade econômica alusiva ao respectivo período, bem como o impacto das transferências da Previdência Social e do Programa da Bolsa Família.
- b. Salienta-se que utilizando os dados mensais do período de 2009 a 2012 da arrecadação do ICMS no segmento Alimentação e das Transferências da Previdência Social no montante total mensal verifica-se que o quadro de síntese do modelo informa a intensidade da relação entre o modelo e a variável dependente. Utilizando o sistema SPSS evidencia que o modelo de regressão linear, o erro de estimativa é consideravelmente menor, cerca de 1,79.

O R, o coeficiente de correlação múltipla, é a correlação linear entre os valores observados e modelo previsto da variável dependente. Seu valor elevado indica uma relação muito forte em face que o valor obtido foi de 0,912.

Tabela nº 45 – Resultado do Modelo Regressão Linear do Segmento de Alimentação

Model Summary				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,912 <sup>a</sup>	,831	,828	1,786E7

a. Predictors: (Constant), ALIMENTAÇÃO

- c. Utilizando os dados mensais do período de 2009 a 2012 da arrecadação do ICMS no segmento Bebidas / Fumo e das Transferências da Previdência Social no montante total mensal verifica-se que o quadro de síntese do modelo informa a intensidade da relação entre o modelo e a variável dependente. Utilizando o sistema SPSS evidencia-se que o modelo de regressão linear, o erro de estimativa é consideravelmente menor, cerca de 3,31.

O R, o coeficiente de correlação múltipla, é a correlação linear entre os valores observados e modelo previsto da variável dependente. Seu valor elevado indica uma relação forte em face que o valor obtido foi de 0,650.

Tabela nº 46 - Resultado do Modelo Regressão Linear do Segmento de Bebidas/Fumo

Model Summary				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,650 <sup>a</sup>	,422	,409	3,30723E7

a. Predictors: (Constant), BEBIDAS

- d. Fazendo uma regressão linear através da arrecadação do ICMS no segmento Departamento / Têxtil e das Transferências da Previdência Social no montante total mensal verifica-se que o quadro de síntese do modelo informa a intensidade da relação entre o modelo e a variável dependente. Utilizando o sistema SPSS evidencia-se que o modelo de regressão linear, o erro de estimativa é consideravelmente menor, cerca de 3,00. Para fins de análise desta regressão o segmento Departamento / Têxtil foi denominado como Vestuário em face de que o Sistema SPSS não aceitava a denominação Departamento / Têxtil.

O R, o coeficiente de correlação múltipla, é a correlação linear entre os valores observados e modelo previsto da variável dependente. Seu valor elevado indica uma relação forte em face que o valor obtido foi de 0,724.

Tabela nº 47 - Resultado do Modelo Regressão Linear do Segmento de Departamento / Têxtil

Model Summary				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,724 <sup>a</sup>	,525	,514	2,99891E7

a. Predictors: (Constant), TEXTIL

- e. Com base nestes resultados, demonstra-se a alta correlação entre as Transferências da Previdência Social e o respectivo impacto na Arrecadação do ICMS nos segmentos de Alimentação, Bebidas/Fumo e Departamento Têxtil, e, portanto a sua importância para realizar previsões sobre o comportamento futuro da Arrecadação do ICMS para estes segmentos, ou seja, extrapolando-se para o futuro as relações de causa-efeito – já observadas no passado – entre as variáveis. Assim, pode-se, prever a arrecadação futura do ICMS para estes alusivos segmentos simulando a tendência de crescimento da Transferência do INSS.

A arrecadação do ICMS sem FECOEP correspondeu a 7,70% do PIB em 2007 e passou para 8,12% do PIB em 2012. Salienta-se, ainda, que o incremento da arrecadação do ICMS foi reflexo do incremento das transferências da Previdência Social e do Programa da Bolsa Família para o Estado de Alagoas. A título de comparação em 2007 o montante das Transferências da Previdência Social foi de R\$ 1,906 bilhão e do Programa de Bolsa Família de R\$ 289 milhões e em 2012 aquelas totalizaram R\$ 3,991 bilhões e esta de R\$ 684,5 milhões<sup>39</sup>.

A Tabela nº 48 demonstra o ponto de inflexão em 2012 no que se refere ao esforço fiscal, pois este demonstrava uma tendência de crescimento no período de 2007 a 2011 e com a expressiva taxa real de crescimento do PIB projetada pela SEPLANDE o esforço fiscal que era de 8,25% do PIB em 2011 e reduziu para 8,12%.

Evidenciou-se, em 2012, apenas um crescimento em percentual do PIB dos segmentos de Combustível e Alimentação, portanto corroborando para a análise de modelo esgotamento em percentual do PIB.

A Tabela nº 48 evidencia, em 2007, a importância da participação do segmento Combustível em relação ao total da arrecadação do ICMS em face que em 2007 correspondia a 22,58% e passou para 23,09% em 2012. Por outro lado, constata-se a importância das Transferências do INSS e da Bolsa Família e correlacionando com a soma das participações dos segmentos da Alimentação, Bebidas / Fumo e Departamentos / Têxtil em face que em 2007 era de 24,31% e aumentou para 31,42% em 2012.

O segmento de Energia representou 8,88% do total da arrecadação do ICMS em 2012. Ressalta-se que o total da arrecadação do ICMS Principal da DAMIF difere do SIAFEM em face de ajustes contábeis e principalmente do efeito da Nota Fiscal Alagoana.

---

<sup>39</sup> Em 2007, o programa da Bolsa Família atingia 351,4 mil famílias e em 2012 alcançou 436,3 mil famílias.

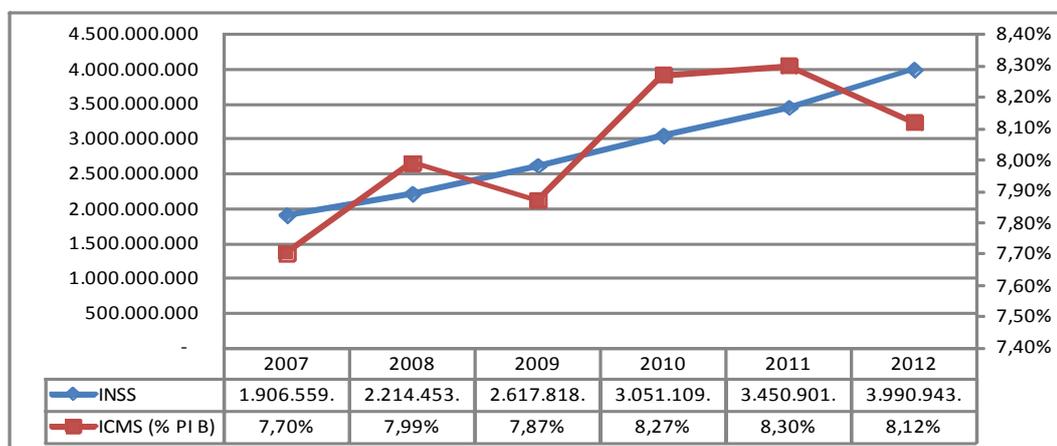
Tabela nº 48 – Arrecadação do ICMS Principal excluído FECOEP – 2007 a 2012 (% do PIB)

	2007	% PIB	2008	% PIB	2009	% PIB	2010	% PIB	2011	% PIB	2012	% PIB
COMBUSTÍVEL	309.302.372	1,74%	335.865.441	1,72%	343.122.668	1,62%	484.094.586	1,97%	487.840.889	1,81%	556.608.113	1,87%
ALIMENTAÇÃO	122.385.848	0,69%	149.815.612	0,77%	157.347.841	0,74%	198.768.865	0,81%	231.367.438	0,86%	270.723.649	0,91%
AUTOMOTIVO	85.394.342	0,48%	95.173.054	0,49%	95.167.043	0,45%	127.776.027	0,52%	142.115.763	0,53%	143.854.025	0,48%
BEBIDAS E FUMO	90.110.730	0,51%	112.972.324	0,58%	152.901.913	0,72%	201.040.970	0,82%	222.562.344	0,82%	230.243.166	0,78%
COMUNICAÇÃO	180.635.326	1,02%	186.059.094	0,96%	198.105.180	0,93%	213.704.623	0,87%	229.927.979	0,85%	228.897.928	0,77%
CONSTRUÇÃO CIVIL	58.909.650	0,33%	67.288.259	0,35%	76.265.766	0,36%	103.729.968	0,42%	117.647.190	0,44%	139.246.165	0,47%
DEPARTAMENTO TÊXTIL	120.485.540	0,68%	143.290.004	0,74%	156.230.942	0,74%	199.313.815	0,81%	229.533.989	0,85%	256.564.530	0,86%
ENERGIA	126.588.935	0,71%	163.593.214	0,84%	177.806.131	0,84%	165.771.802	0,67%	190.021.026	0,70%	213.844.752	0,72%
MINERAL	55.193.041	0,31%	44.026.449	0,23%	35.084.629	0,17%	43.494.564	0,18%	55.620.364	0,21%	9.549.272	0,03%
OUTROS	42.694.557	0,24%	59.500.393	0,31%	69.474.730	0,33%	65.356.911	0,27%	73.085.708	0,27%	81.846.187	0,28%
QUÍMICOS	102.805.880	0,58%	126.097.151	0,65%	116.218.386	0,55%	135.911.766	0,55%	153.075.506	0,57%	169.861.662	0,57%
SEM CLASSIFICAÇÃO	3.788.333	0,02%	3.267.153	0,02%	2.644.159	0,01%	2.256.949	0,01%	2.457.494	0,01%	3.156.825	0,01%
SUCRO ALCOOLEIRO	48.091.529	0,27%	47.846.338	0,25%	50.443.171	0,24%	45.202.850	0,18%	44.683.076	0,17%	36.729.530	0,12%
NÃO IDENTIFICADO	23.436.561	0,13%	21.672.729	0,11%	39.402.199	0,19%	46.356.880	0,19%	61.571.709	0,23%	69.560.739	0,23%
TOTAL (A)	1.369.822.645	7,70%	1.556.467.215	7,99%	1.670.214.759	7,87%	2.032.780.576	8,27%	2.241.510.476	8,30%	2.410.686.542	8,12%
PIB	17.793.226.690		19.476.861.000		21.234.293.213		24.574.808.012		27.005.693.725		29.692.814.447	

Fontes: Diretoria de Análise e Monitoramento de Informações Fiscais (DAMIF), IBGE, SEPLANDE, Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (STE-SEFAZ)

O Gráfico nº 33 mostra a correlação existente entre o total do montante da Previdência Social e o incremento do esforço fiscal ao longo do período de 2007 a 2012.

Gráfico nº 33 - Transferências da Previdência Social x Esforço fiscal (ICMS/PIB) – 2007 a 2012



Fontes : Ministério da Previdência Social, Diretoria de Análise e Monitoramento de Informações Fiscais (DAMIF), IBGE e Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (STE-SEFAZ)

f. Posteriormente foi verificado o desempenho da arrecadação do ICMS por segmento no primeiro bimestre de 2013 e foi constatado um incremento nominal da arrecadação do ICMS em 30,20% ante ao mesmo período de 2012 reflexo do incremento das transferências do INSS e da Bolsa Família. O segmento de Combustível teve um incremento de 16,03%, o de Alimentação de 39,85%, Bebidas e Fumo de 9,99%, Departamento Têxtil de 7,07%. No que tange ao desempenho dos segmentos de Alimentação, Bebidas e Fumo e Departamento Têxtil evidenciou uma alta correlação com o incremento das transferências da Previdência Social em face que em janeiro de 2012 o montante foi de R\$ 327,4 milhões e no mesmo período em 2013 passou para R\$ 367,6 milhões.

A Tabela nº 49 demonstra que a arrecadação do ICMS no 1º bimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012 teve um incremento de 13,15%. O segmento de Combustível tinha uma participação de 23,64% do total da arrecadação do ICMS no 1º bimestre de 2012 e reduziu para 23,34% no 1º bimestre de 2013. Considerando a soma das participações dos segmentos de Alimentação, Bebidas / Fumo e Departamentos / Têxtil verificou-se que no 1º bimestre de 2012 correspondia a 33,49% do total da arrecadação do ICMS e aumentou para 34,16% no 1º bimestre de 2013. Ressalta-se, ainda, que o segmento Energia Elétrica no 1º bimestre de 2012 correspondia a 8,17% do total da arrecadação do ICMS e aumentou para 9,12% no 1º bimestre de 2013 refletindo no incremento de 26,30%.

Tabela nº 49 - Arrecadação do ICMS Principal excluído FECOEP – Bimestre de 2012 x Bimestre de 2013

	Valores nominais			Análise Vertical	
	1º Bimestre 2013	1º Bimestre 2012	Var. % (2013 / 2012)	1º Bimestre 2013	1º Bimestre 2012
ALIMENTAÇÃO	62.999.573,13	46.465.153	35,58%	13,17%	10,99%
AUTOMOTIVOS	24.436.751,80	23.709.564	3,07%	5,11%	5,61%
BEBIDAS/FUMO	48.085.225,83	47.063.781	2,17%	10,05%	11,13%
COMBUSTÍVEL	111.668.478,44	99.949.059	11,73%	23,34%	23,64%
COMUNICAÇÃO	35.153.158,09	35.113.665	0,11%	7,35%	8,30%
CONSTRUÇÃO CIVIL	28.947.730,35	22.442.223	28,99%	6,05%	5,31%
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	52.342.665,84	48.068.353	8,89%	10,94%	11,37%
ENERGIA ELÉTRICA	43.654.410,14	34.564.906	26,30%	9,12%	8,17%
MINERAL	1.765.770,46	2.537.286	-30,41%	0,37%	0,60%
Não Identificado	16.360.982,82	11.615.252	40,86%	3,42%	2,75%
OUTROS	16.415.114,96	14.128.165	16,19%	3,43%	3,34%
QUÍMICOS	31.330.690,45	28.289.698	10,75%	6,55%	6,69%
Sem Classificação	182.893,63	562.465	-67,48%	0,04%	0,13%
SUCROALCOOLEIRO	5.105.561,51	8.341.183	-38,79%	1,07%	1,97%
Total	478.449.007,45	422.850.754	13,15%	100,00%	100,00%

Fonte: Diretoria de Análise e Monitoramento de Informações Fiscais (DAMIF)

No que tange ao segmento da Construção Civil foi evidenciado um crescimento de 28,99% no primeiro bimestre de 2013 em relação a 2012 reflexo do incremento do financiamento imobiliário. A título de comparação em janeiro de 2012 o financiamento imobiliário para o Estado de Alagoas foi de R\$ 20,4 milhões e passou para R\$ 27,6 milhões em janeiro de 2013, refletindo em um incremento de 35,26% em relação ao mesmo período de 2012 e no que tange ao mês de fevereiro de 2012 o financiamento imobiliário correspondia a R\$ 20,9 milhões e passou para o mês de fevereiro de 2013 o montante de R\$ 26 milhões, resultando em um aumento de 23,96%. Assim, correlacionando o incremento do financiamento imobiliário e a arrecadação do ICMS no segmento da Construção Civil observou-se uma alta correlação resultando no incremento de participação. Em 2012, o alusivo segmento representava 5,31% do total da arrecadação do 1º bimestre de 2012 e no mesmo período de 2013 aumentou para 6,05%.

Observa-se que em face da redução verificada no mês de março de 2013 ante o mesmo período de 2012 impactou na redução de 13,15% no 1º bimestre de 2013 ante o mesmo período de 2012 para 7,22% no 1º trimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012.

A representatividade do segmento Combustível era de 24,84% do total da arrecadação do ICMS no primeiro trimestre de 2012 e reduziu para 23,23% no mesmo período de 2013. Os segmentos Alimentação, Bebidas / Fumo e Departamentos / Têxtil representavam 31,90% do total da arrecadação no 1º trimestre de 2012 e aumentou para 33,03% no mesmo período de 2013.

Tabela nº 50 - Variação da arrecadação do ICMS Principal excluído FECOEP – 1º trimestre de 2013 x trimestre de 2012 (%)

	Valores nominais			Análise Vertical	
	1º Trim. 2013	1º Trim. 2012	Var. % (2013 / 2012)	1º Trim. 2013	1º Trim. 2012
ALIMENTAÇÃO	85.339.804	66.045.364	29,21%	12,72%	10,56%
AUTOMOTIVOS	34.574.986	34.501.533	0,21%	5,16%	5,52%
BEBIDAS/FUMO	66.429.116	67.729.448	-1,92%	9,90%	10,83%
COMBUSTÍVEL	155.773.779	155.362.958	0,26%	23,23%	24,84%
COMUNICAÇÃO	54.801.870	55.623.541	-1,48%	8,17%	8,89%
CONSTRUÇÃO CIVIL	41.119.569	32.848.121	25,18%	6,13%	5,25%
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	69.738.845	65.781.387	6,02%	10,40%	10,52%
ENERGIA ELÉTRICA	60.846.489	51.648.848	17,81%	9,07%	8,26%
MINERAL	2.669.640	3.872.025	-31,05%	0,40%	0,62%
Não Identificado	24.943.707	17.387.725	43,46%	3,72%	2,78%
OUTROS	22.797.266	21.490.969	6,08%	3,40%	3,44%
QUÍMICOS	44.958.836	41.324.641	8,79%	6,70%	6,61%
Sem Classificação	361.358	771.322	-53,15%	0,05%	0,12%
SUCROALCOOLEIRO	6.337.759	11.151.961	-43,17%	0,94%	1,78%
Total	670.693.023	625.539.844	7,22%	100,00%	100,00%

Fonte : Diretoria de Análise e Monitoramento de Informações Fiscais

A arrecadação do ICMS teve um incremento de 10,01% no mês de abril de 2013 em relação ao mesmo período de 2012. Destaca-se que a representatividade do segmento Combustível era de 24,52% do total da arrecadação do ICMS em abril de 2012 e aumentou para 27,60% no mesmo período de 2013. Os segmentos Alimentação, Bebidas / Fumo e Departamentos / Têxtil representavam 30,12% do total da arrecadação em abril de 2012 e reduziu para 28,15% no mesmo período de 2013.

Tabela nº 51 - Variação da arrecadação do ICMS Principal excluído FECOEP – Abril 2013 x 2012 (%)

	Valores nominais			Análise Vertical	
	abr/13	abr/12	Var. % (2013 / 2012)	abr/13	abr/12
ALIMENTAÇÃO	24.597.045	21.319.993	15,37%	11,47%	10,94%
AUTOMOTIVOS	13.293.985	12.374.099	7,43%	6,20%	6,35%
BEBIDAS/FUMO	17.325.737	18.584.201	-6,77%	8,08%	9,53%
COMBUSTÍVEL	59.196.704	47.796.575	23,85%	27,60%	24,52%
COMUNICAÇÃO	17.113.959	17.693.589	-3,28%	7,98%	9,08%
CONSTRUÇÃO CIVIL	12.104.763	12.792.922	-5,38%	5,64%	6,56%
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	18.445.890	18.810.554	-1,94%	8,60%	9,65%
ENERGIA ELÉTRICA	18.084.604	18.344.000	-1,41%	8,43%	9,41%
MINERAL	1.475.308	493.917	198,70%	0,69%	0,25%
Não Identificado	8.990.467	5.244.222	71,44%	4,19%	2,69%
OUTROS	7.302.445	6.367.669	14,68%	3,41%	3,27%
QUÍMICOS	15.393.809	12.636.743	21,82%	7,18%	6,48%
Sem Classificação	4.893	345.581	-98,58%	0,00%	0,18%
SUCROALCOOLEIRO	1.124.106	2.144.451	-47,58%	0,52%	1,10%
Total	214.453.716	194.948.514	10,01%	100,00%	100,00%

Fonte : Diretoria de Análise e Monitoramento de Informações

Observa-se que em face do comportamento do ICMS no mês de abril com incremento de 10,01% impactou no aumento do crescimento do ICMS para 7,88% no 1º quadrimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012.

Evidencia-se que a representatividade do segmento Combustível era de 24,76% do total da arrecadação do ICMS no 1º quadrimestre de 2012 e reduziu para 24,29% no 1º Quadrimestre de 2013. Os segmentos Alimentação, Bebidas / Fumo e Departamentos / Têxtil representavam 31,48% do total da arrecadação no 1º quadrimestre de 2012 e aumentou para 31,85% no mesmo período de 2013.

Tabela nº 52 - Variação da Arrecadação do ICMS no 1º quadrimestre 2013 / 2012 (%)

	Valores nominais			Análise Vertical	
	1º Quadrim. 2013	1º Quadrim. 2012	Var. % (2013 / 2012)	1º Quadrim. 2013	1º Quadrim. 2012
ALIMENTAÇÃO	109.936.849	87.365.357	25,84%	12,42%	10,65%
AUTOMOTIVOS	47.868.972	46.875.632	2,12%	5,41%	5,71%
BEBIDAS/FUMO	83.754.852	86.313.649	-2,96%	9,46%	10,52%
COMBUSTÍVEL	214.970.483	203.159.533	5,81%	24,29%	24,76%
COMUNICAÇÃO	71.915.829	73.317.131	-1,91%	8,12%	8,94%
CONSTRUÇÃO CIVIL	53.224.332	45.641.043	16,62%	6,01%	5,56%
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	88.184.736	84.591.941	4,25%	9,96%	10,31%
ENERGIA ELÉTRICA	78.931.093	69.992.848	12,77%	8,92%	8,53%
MINERAL	4.144.948	4.365.942	-5,06%	0,47%	0,53%
Não Identificado	33.934.174	22.631.948	49,94%	3,83%	2,76%
OUTROS	30.099.711	27.858.638	8,04%	3,40%	3,40%
QUÍMICOS	60.352.645	53.961.385	11,84%	6,82%	6,58%
Sem Classificação	366.251	1.116.903	-67,21%	0,04%	0,14%
SUCROALCOOLEIRO	7.461.865	13.296.412	-43,88%	0,84%	1,62%
Total	885.146.739	820.488.359	7,88%	100,00%	100,00%

Fonte : Diretoria de Análise e Monitoramento de Informações Fiscais

Correlacionando o desempenho da arrecadação do ICMS no primeiro quadrimestre de 2013 ante ao mesmo período de 2012 e aliado a este fato projetando um incremento em conjunto das Transferências da Previdência Social e do Programa da Bolsa Família ao redor de R\$ 350 milhões em 2013 e, portanto, refletirá no desempenho da arrecadação do ICMS no que concerne aos segmentos de Alimentação, Vestuário e Bebidas/Fumo em percentual do PIB no período de 2013 a 2016. Por outro lado, projeta-se que para o segmento de Automóveis a manutenção em percentual do PIB em 0,50% do PIB, para os exercícios de 2013 a 2016, reflexo do atual nível de comprometimento da renda, bem como o alto índice de inadimplência, a qual reduz a disposição dos bancos de financiar veículos.

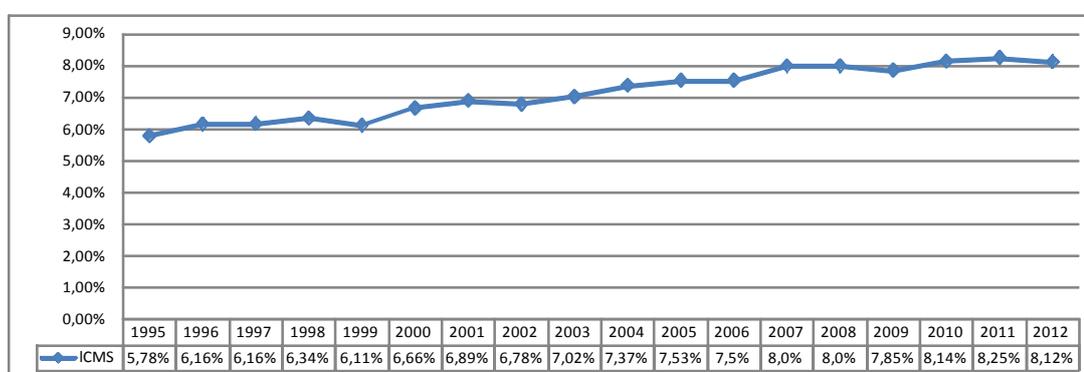
No que tange ao alto incremento da arrecadação do segmento da Construção Cível no primeiro bimestre de 2013 ante ao mesmo período de 2012 reflexo da ampliação do financiamento imobiliário, entretanto para a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística analisa que este incremento não é sustentável em face da alta valorização do imóvel de 2012 em relação a 2007 e que correlacionado ao baixo incremento da renda no mesmo período, o que resultaria em um alto comprometimento da renda ao longo do financiamento ,e, portanto projeta-se que este segmento mantenha a participação de 0,48% do PIB ao longo do período de 2013 a 2016.

Neste contexto, projeta-se que a arrecadação do ICMS sem FECOEP alcance 8,08% do PIB em 2013; 7,99% do PIB em 2014; 7,85% em 2015 e 7,78% em 2016 reflexo principalmente do incremento das Transferências da Previdência Social e do Programa da Bolsa Família. Por outro lado, analisa o aspecto negativo, o qual contribui para o baixo desempenho da arrecadação é o alto nível comprometimento da renda do consumidor alagoano no médio e longo prazos impactando os segmentos Automotivos e Construção Civil. Ressalta-se que esta redução da Arrecadação do ICMS é reflexo da projeção do crescimento real de 4,0% do PIB do Estado de Alagoas para 2013 e de 4,5% para os exercícios de 2014 a 2016.

Assim, considerando todas as análises anteriores no que concerne à receita do ICMS, é possível prever um ambiente, o qual seja não seja mais favorável ao incremento em percentual do PIB para os próximos anos em face da constatação da ampliação do esforço fiscal significativo, no período de 1995 a 2012. Neste contexto, foi evidenciado um incremento de receita do ICMS com elevação do esforço fiscal (ICMS/PIB) pelo fato de que em 1995 o ICMS correspondia a 5,78% do PIB e o ICMS excluindo o FECOEP<sup>40</sup> a 8,12% do PIB em 2012.

Salienta-se que o exercício de 2012 marca o ponto de inflexão do esforço fiscal em face do significativo incremento real em 4,4% do PIB do Estado. Assim, evidencia-se a redução do esforço fiscal de 8,25% do PIB em 2011 para 8,12% do PIB em 2012.

Gráfico nº 34 – Esforço fiscal (ICMS/PIB) do Estado de Alagoas de 1995 a 2012



Fontes : Balanço Geral do Estado, IBGE

Demonstrado o modelo de incremento da arrecadação do ICMS em percentual do PIB para o ICMS, no período de 2007 a 2012. Assim, foi projetada, para os exercícios de 2013 a 2016, a tendência do comportamento da arrecadação para cada segmento do ICMS em percentual do PIB.

Foi realizada a projeção da arrecadação por segmento do ICMS Principal para os exercícios de 2013 a 2016. Assim, se verifica uma redução da arrecadação em percentual do PIB em face do esgotamento do modelo de aumento da arrecadação em percentual do PIB.

Salienta-se que esta projeção do ICMS foi feita sem considerar os efeitos da aplicação da alíquota interestadual de 4%, bem como as implicações derivadas do comércio eletrônico.

Ressalta, ainda, que foi levada em consideração a projeção para o exercício de 2013 a 2016 o impacto da redução das contas de luz.

<sup>40</sup> O ICMS FECOEP teve sua criação em 2005 e visa incluir socialmente todos os alagoanos que estão abaixo da linha da pobreza. Assim, o objetivo de realizar a análise histórica do incremento do ICMS e excluir o efeito do FECOEP tem como pressuposto evidenciar o aumento do esforço fiscal e estabelecer cenários para o ICMS no que se refere ao básico, baixo e alto estabelecendo uma relação com o PIB de Alagoas.

Tabela nº 53 – Arrecadação por segmento ICMS - 2012 – 2016 – Valores nominais em % do PIB

	2012	% PIB	2013	% PIB	2014	% PIB	2015	% PIB	2016	% PIB
COMBUSTÍVEL	556.608.113	1,87%	608.947.611	1,88%	664.886.772	1,87%	726.194.599	1,87%	792.856.443	1,86%
ALIMENTAÇÃO	270.723.649	0,91%	313.477.969	0,97%	355.484.017	1,00%	394.824.248	1,02%	437.958.797	1,03%
AUTOMOTIVO	143.854.025	0,48%	154.067.660	0,47%	165.006.464	0,46%	176.721.923	0,45%	188.775.344	0,44%
BEBIDAS E FUMO	230.243.166	0,78%	246.590.431	0,76%	264.098.352	0,74%	282.849.335	0,73%	302.931.638	0,71%
COMUNICAÇÃO	228.897.928	0,77%	230.498.507	0,71%	230.406.307	0,65%	232.664.289	0,60%	241.632.440	0,57%
CONSTRUÇÃO CIVIL	139.246.165	0,47%	146.519.044	0,45%	158.992.896	0,45%	169.210.392	0,44%	182.224.330	0,43%
DEPARTAMENTO TÊXTIL	256.564.530	0,86%	291.964.775	0,90%	329.151.867	0,93%	359.572.083	0,93%	400.203.728	0,94%
ENERGIA	213.844.752	0,72%	221.278.566	0,68%	236.989.344	0,67%	253.815.588	0,65%	271.836.495	0,64%
MINERAL	9.549.272	0,03%	10.227.270	0,03%	10.953.406	0,03%	11.731.098	0,03%	12.564.006	0,03%
OUTROS	81.846.187	0,28%	98.346.029	0,30%	93.880.933	0,26%	95.180.845	0,24%	94.387.672	0,22%
QUÍMICOS	169.861.662	0,57%	190.545.432	0,59%	210.584.963	0,59%	225.613.856	0,58%	249.183.453	0,59%
SEM CLASSIFICAÇÃO	3.156.825	0,01%	3.380.959	0,01%	3.621.007	0,01%	3.878.099	0,01%	4.153.444	0,01%
SUCRO ALCOOLEIRO	36.729.530	0,12%	33.806.448	0,10%	36.206.705	0,10%	35.252.165	0,09%	37.755.069	0,09%
NÃO IDENTIFICADO	69.560.739	0,23%	72.584.562	0,22%	77.738.066	0,22%	84.605.196	0,22%	90.612.165	0,21%
TOTAL (A)	2.410.686.542	8,12%	2.622.235.264	8,08%	2.838.001.101	7,99%	3.052.113.716	7,85%	3.307.075.022	7,78%
PIB	29.692.814.447		32.454.246.191		35.511.436.182		38.856.613.470		42.516.906.459	

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

## II – Inclusão de variáveis que afetam o comportamento futuro

### a) Efeito PIB

Na projeção das receitas tributárias mais especificamente no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) considerou-se o modelo de esgotamento do incremento da arrecadação em percentual do PIB e por isso que se projeta a arrecadação do ICMS correlacionando aos cenários de crescimento do PIB.

A importância de realizar previsão do ICMS excluído do FECOEP correlacionando aos cenários de crescimento do PIB (básico, pessimista e otimista) tem como objetivo refletir na margem de risco para a projeção do ICMS conforme cenário de crescimento do PIB.

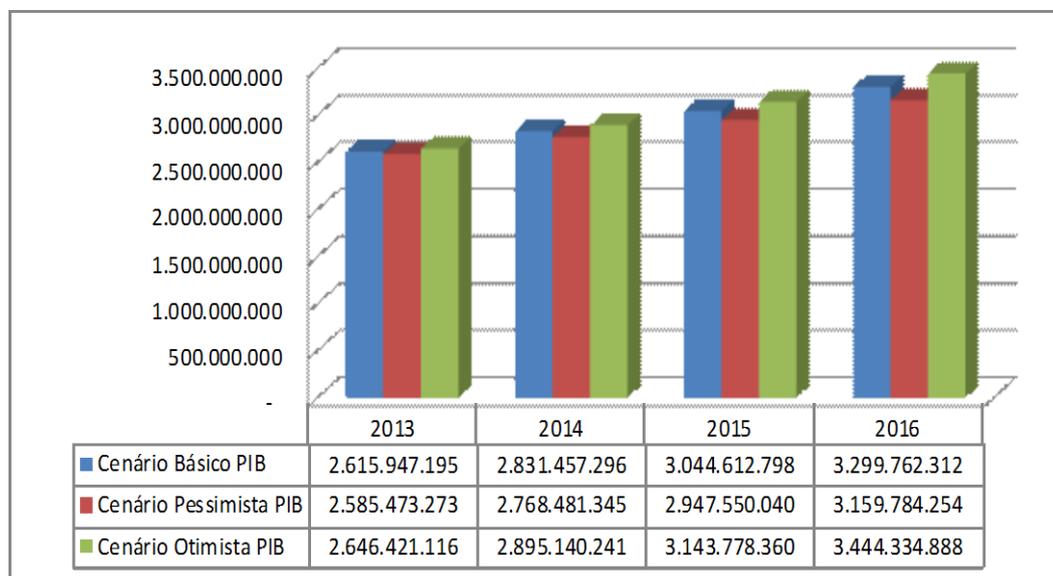
No que tange à elaboração da LDO de 2013 foi verificada uma alta correlação do ICMS com o PIB do Brasil em face que a previsão feita pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (GFFE) para o ICMS de R\$ 2,412 bilhões para um cenário pessimista de 1% do PIB. Assim, foi verificada que a arrecadação atingiu R\$ 2,411 bilhões em 2012, portanto o índice de efetividade foi de 99,95% do modelo de previsão do Sistema Analytica.

Assim, conforme mencionado o índice de efetividade do modelo de previsão do Sistema Analytica demonstra que não existe correlação com o crescimento real do PIB do Estado de Alagoas, pois este foi estimado com um incremento real de 4,4% para o exercício de 2012.

Logo, adotando três cenários para o crescimento do PIB do Brasil e considerando a mais provável ocorrência no que se refere ao cenário básico, o qual prevê um crescimento de 3,0 % a.a e outro, de cunho pessimista, a qual supõe a prevalência de condições macroeconômicas piores, adversas, e, portanto um crescimento de 1,0% a.a e um outro cenário otimista com percepção otimista

de crescimento de 4,0% a.a. Assim, pode-se observar o grau de variabilidade da projeção das receitas correlacionando ao impacto dos cenários básicos do PIB.

Gráfico nº 35 - Projeção da arrecadação do ICMS – 2013 a 2016

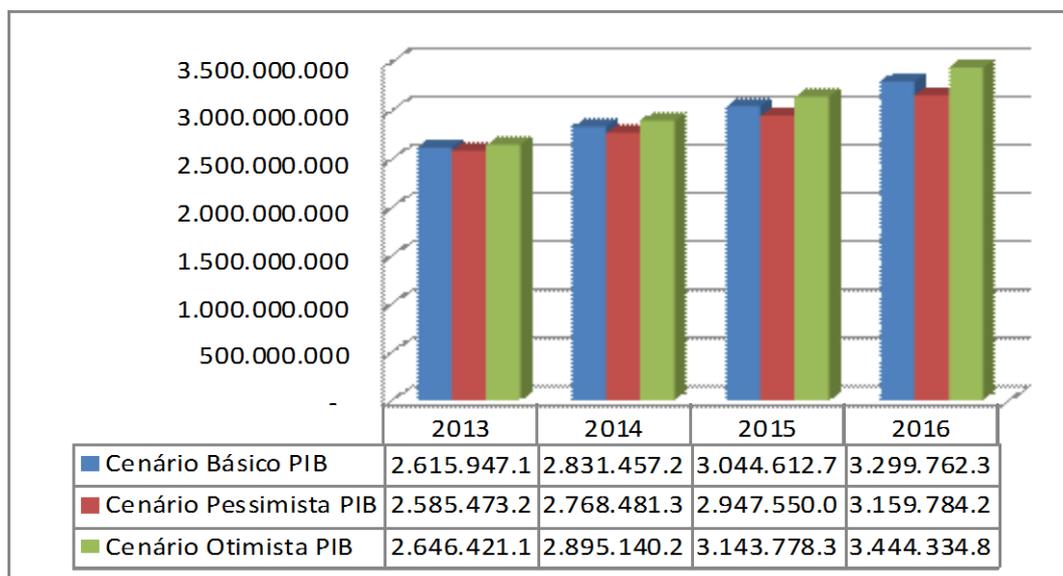


Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Considerando os registros contábeis feitos pela Contabilidade e principalmente o efeito da Nota Fiscal Alagoana e mantendo o mesmo percentual de 0,9977 observado no exercício de 2012<sup>41</sup>. Ressalta-se que é esta projeção do ICMS, a qual tem impacto para a constituição da RCL e a RLR.

<sup>41</sup> Este percentual foi obtido da relação entre o registro contábil da Contabilidade, o qual considerou a arrecadação do ICMS no montante de R\$ 2,405 bilhões enquanto nos registros da DAMIF foi considerado o montante de R\$ 2,410 bilhões.

Gráfico nº 36 - Projeção da arrecadação do ICMS efeito Nota Fiscal Alagoana – 2013 a 2016



Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Salienta-se, ainda, que considerando as receitas do ICMS Principal sem FECOEP sob o efeito da Nota Fiscal Alagoana impactou em relação à Receita Corrente Líquida em 28,56% no exercício de 2012 ante 27,86% em 2011.

No que tange à arrecadação do Fundo de Participação dos Estados (FPE) verificou-se o comportamento da base de cálculo do FPE em valores brutos de 2008 a 2012 e os reflexos da crise econômica mundial foram os seguintes: além de se constatar uma queda da arrecadação da base de cálculo do FPE em percentual do PIB em face das renúncias fiscais do Governo Federal e do baixo crescimento econômico. A título de exemplificação em 2008 a base de cálculo do FPE Bruto foi de 7,63% do PIB. Assim, a relação entre a base de cálculo da arrecadação líquida do FPE e a base de cálculo do FPE Bruto resultou em 94,37%. Em 2012, a base de cálculo do FPE Bruto reduziu para 7,25% do PIB e a relação entre a base de cálculo da arrecadação líquida do FPE e a base de cálculo do FPE Bruto resultou em 90,22%.

Neste contexto, considerando o período de 2009 a 2012, o impacto das políticas macroeconômica e fiscal no que se refere ao FPE foi estimado em R\$ 1,024 bilhão no que tange às contas públicas para o Estado de Alagoas. Assim, evidencia que o modelo neoliberal (abertura econômica e financeira) trouxe impactos estruturais para o equilíbrio das contas públicas pela perda do FPE.

Realizando a análise desagregada evidencia-se que a diminuição do FPE em percentual do PIB, ao longo do período de 2008 a 2012, foi decorrente principalmente da redução em percentual do PIB do segmento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Empresas, pois em 2008 correspondia a 2,38% e reduziu para 2,08% em 2012. Por outro lado, foi evidenciado o crescimento em percentual do PIB do segmento de Imposto de Renda Pessoa Física considerando o mesmo

período em face da política de arrocho salarial consubstanciada na defasagem da tabela do Imposto de Renda aliado ainda ao incremento da massa salarial.

No que se refere ao comportamento do segmento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (Empresas) verificou um alto impacto em relação ao equilíbrio estrutural das contas públicas foi reflexo deste alusivo segmento em face de sua alta representatividade no tocante a base de cálculo, a qual compõe o FPE. E, portanto, foi verificado que em 2008 a sua participação que era de 2,38% do PIB reduziu para 2,08% do PIB reflexo da concorrência acirrada forçando as empresas a manter os preços sem reajuste, apesar da pressão de custos como de salários, bem como do crescimento da importação de produtos industrializados. A título de verificação deste impacto em 2011 quando o dólar chegou a cair abaixo de R\$ 1,60, o índice de importação de insumos do setor industrial foi de 21,7% - considerado relevante para uma economia aberta como a brasileira.

Considerando os segmentos de informática, eletrodomésticos, eletrônicos e ópticos alcançou 76,7%, refletindo na redução do valor adicionado, e, portanto impactando na geração de emprego e renda. Além disso, a alta depreciação do real de 2012 em relação a 2011 quando o dólar que em média foi de R\$ 1,60 e passou para R\$ 2,00 refletiu no aumento das despesas operacionais das empresas impactando nos lucros.

Nota-se através da Tabela nº 54 que ,no período de 2009 a 2012, o modelo neoliberal impactou as finanças públicas do Estado de Alagoas no que se refere ao FPE em uma perda de R\$ 1,024 bilhão.

Tabela nº 54 – Modelo de esgotamento do incremento do FPE em % do PIB – 2008 a 2012

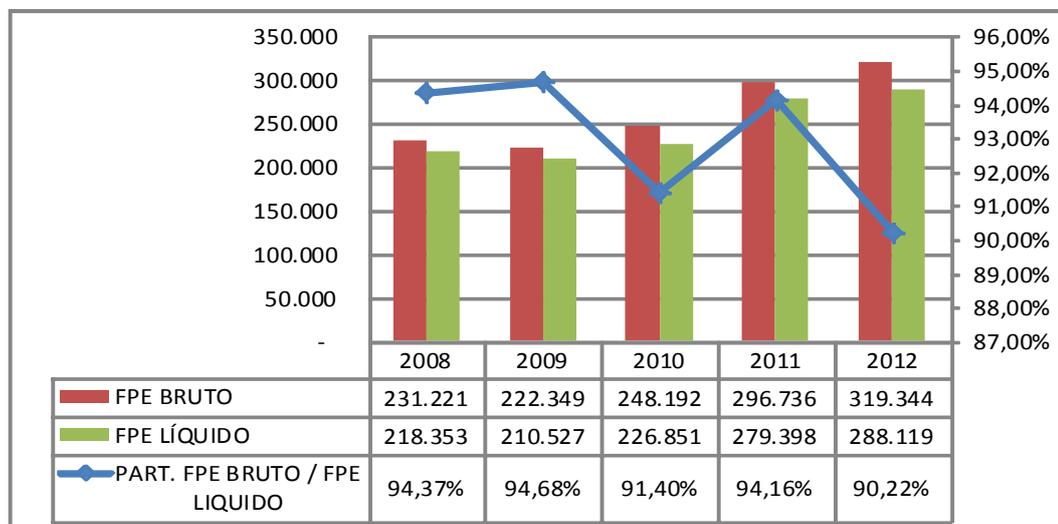
RECEITAS	2008	2009	2010	2011	2012	PARTICIPAÇÃO PIB (%)				
						2008	2009	2010	2011	2012
RECEITA BASE DE CÁLCULO FPE	231.221	222.349	248.192	296.736	319.344	7,63%	6,86%	6,58%	7,16%	7,25%
I.P.I-TOTAL	39.466	30.753	39.991	46.918	47.285	1,30%	0,95%	1,06%	1,13%	1,07%
I.P.I-FUMO	3.211	3.314	3.705	3.744	4.195	0,11%	0,10%	0,10%	0,09%	0,10%
I.P.I-BEBIDAS	2.438	2.291	2.419	2.830	3.242	0,08%	0,07%	0,06%	0,07%	0,07%
I.P.I-AUTOMÓVEIS	5.998	2.054	5.672	6.978	4.263	0,20%	0,06%	0,15%	0,17%	0,10%
I.P.I-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	10.402	8.410	11.321	13.736	16.435	0,34%	0,26%	0,30%	0,33%	0,37%
I.P.I-OUTROS	17.417	14.684	16.873	19.631	19.150	0,57%	0,45%	0,45%	0,47%	0,43%
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	191.755	191.597	208.201	249.818	272.059	6,32%	5,91%	5,52%	6,03%	6,18%
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	14.986	14.840	17.254	21.973	25.031	0,49%	0,46%	0,46%	0,53%	0,57%
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	84.726	84.521	89.101	104.054	112.304	2,79%	2,61%	2,36%	2,51%	2,55%
ENTIDADES FINANCEIRAS	12.635	13.612	13.118	15.071	20.841	0,42%	0,42%	0,35%	0,36%	0,47%
DEMAIS EMPRESAS	72.091	70.909	75.983	88.984	91.463	2,38%	2,19%	2,02%	2,15%	2,08%
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	92.042	92.236	101.847	123.791	134.725	3,04%	2,85%	2,70%	2,99%	3,06%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO TRABALHO	51.610	52.177	59.824	68.825	77.319	1,70%	1,61%	1,59%	1,66%	1,76%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	24.854	22.927	24.185	34.254	33.872	0,82%	0,71%	0,64%	0,83%	0,77%
I.R.R.F-REMESSAS PARA O EXTERIOR	9.562	10.657	11.299	13.402	15.132	0,32%	0,33%	0,30%	0,32%	0,34%
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	6.016	6.475	6.540	7.310	8.402	0,20%	0,20%	0,17%	0,18%	0,19%
PIB BRASIL	3.032.203	3.239.404	3.770.085	4.143.013	4.402.537					

Fontes: Secretaria da Receita Federal e IBGE

Valores em R\$ milhões

Em 2008, a base de cálculo do FPE Bruto foi de R\$ 231,2 bilhões e a arrecadação líquida do FPE, a qual é a base de cálculo para distribuir o FPE aos Estados foi de R\$ 218,4 bilhões, refletindo em uma relação de 94,37%. Em 2012, a arrecadação do FPE Bruto foi de R\$ 319,3 bilhões e a arrecadação líquida do FPE foi de R\$ 288,2 bilhões, resultando em uma relação de 90,22% (Gráfico nº 37).

Gráfico nº 37 : Base de Cálculo do Fundo de Participação dos Estados Bruto e Líquido 2008 a 2012



Fontes: Secretaria da Receita Federal e Secretaria do Tesouro Nacional  
Valores nominais em R\$ milhões

No 1º bimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012, o FPE teve um incremento nominal de 13,41%. Ressaltam-se alguns pontos nesta análise de fundamental importância. Primeiro, a arrecadação líquida total do Imposto de Renda teve um incremento de 10,13% em face do Imposto de Renda Pessoa Física deduzido as Restituições ter tido um incremento de 11,69% e a arrecadação do IRPJ líquido teve um incremento de 15,28%. Salienta-se, ainda, que o fator, o qual impactou na redução do crescimento da arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica foi o incremento da Restituição do Imposto de Renda Pessoa Jurídica em 678,37%.

Considerando que a arrecadação líquida total do IPI observou-se um crescimento de 44,72% reflexo principalmente da em 94,35% da Restituição do IPI. Ressalta-se que a arrecadação do IPI teve uma redução de 4,76 (Tabela nº 56).

Tabela nº 55 - Base de Cálculo da composição do FPE 1º bimestre de 2013 em relação ao 1º bimestre de 2012

	2013	2012	Var. %
Imposto de Renda Pessoa Física	27.803.757	24.812.724	12,05%
Restituição do IRPF	676.612	525.232	28,82%
IRPF LIQ.	27.127.145	24.287.492	11,69%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	29.551.676	24.196.784	22,13%
Restituição do IRPJ	1.945.750	249.977	678,37%
IRPJ LIQ.	27.605.926	23.946.807	15,28%
Multas e Juros (IR)	893.552	2.275.162	-60,73%
Arrecadação Líq. total do IR	55.626.623	50.509.461	10,13%
Imposto sobre Produtos Industrializados	7.675.705	8.059.359	-4,76%
Restituição do IPI	143.265	2.836.934	-94,95%
Arrecadação Líq. total do IR	7.532.440	5.222.425	44,23%
IPI (Exerc.)	1.343	5.905	-77,26%
Multas e Juros (IPI)	117.009	58.118	101,33%
Total Líquido do IPI	7.650.792	5.286.448	44,72%
Base de cálculo FPE Estado IR	11.959.724	10.859.534	10,13%
Base de cálculo FPE Alagoas IR	497.536	451.767	10,13%
Base de cálculo FPE Estado IPI	1.644.920	1.136.586	44,72%
Base de cálculo FPE Alagoas IPI	68.430	47.283	44,72%
Total do FPE Estados	13.604.644	11.996.120	13,41%
Total do FPE Alagoas	565.967	499.051	13,41%

Fonte : Secretaria de Tesouro Nacional

Valores : R\$ 1.000,00

A arrecadação do FPE no 1º trimestre de 2013 ante ao mesmo período de 2012 teve um incremento nominal de 9,98% em face da arrecadação total líquida do Imposto de Renda Pessoa ter tido um crescimento de 8,39% e a arrecadação total líquida do IPI de 22,51%. Destaca-se o Imposto de Renda Pessoa Física deduzidas as restituições de Imposto de Renda Pessoa Física teve um incremento nominal de 7,64% em face do aumento de 27,79% das alusivas restituições.

Por outro lado, considerando que Imposto de Renda Pessoa Jurídica teve um incremento de 15,29% e que correlacionado ao aumento das restituições de Imposto de Renda Pessoa Jurídica em 32,67% resultou no incremento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica deduzidas as restituições (IRPJ Liq.) em 14,30%. Ressalta-se que a arrecadação do IPI teve uma redução de 5,67% (Tabela nº 56).

Tabela nº 56 - Base de Cálculo da composição do FPE 1º trimestre de 2013 em relação ao 1º trimestre de 2012 - (Valores nominais em R\$)

	2013	2012	Var. %
Imposto de Renda de Pessoa Física	38.578.570	35.709.755	8,03%
Restituição IRPF	889.996	696.479	27,79%
IRPF LIQ.	37.688.574	35.013.276	7,64%
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	36.900.961	32.006.841	15,29%
Restituição do IRPJ	2.297.956	1.732.029	32,67%
IRPJ LIQ	34.603.005	30.274.812	14,30%
Multas e Juros (I.R.)	1.306.307	2.613.457	-50,02%
Arrec. Liq. Total do IR	73.597.886	67.901.545	8,39%
Imposto sobre Produtos Industrializados	10.975.495	11.635.281	-5,67%
Restituição do IPI	563.486	3.086.647	-81,74%
Arrec. Liq. Total do IPI	10.412.009	8.548.634	21,80%
IPI (Exerc.)	2.016	6.539	-69,17%
Multas e Juros (IPI)	170.268	84.090	102,48%
Total Líquido do IPI	10.584.293	8.639.263	22,51%
Base de cálculo FPE Estados IR	15.823.545	14.598.832	8,39%
Base de cálculo FPE Alagoas IR	658.275	607.326	8,39%
Base de cálculo FPE Estados IPI	2.275.623	1.857.441	22,51%
Base de cálculo FPE Alagoas IPI	94.668	77.271	22,51%
Total do FPE Estados	18.099.168	16.456.274	9,98%
Total do FPE Alagoas	752.944	684.597	9,98%

Fonte: Secretaria de Tesouro Nacional

Valores : R\$ 1.000,00

A arrecadação do FPE em abril de 2013 ante ao mesmo período de 2012 teve uma redução nominal de 14,21% em face da arrecadação total líquida do Imposto de Renda ter tido uma redução de 12,60% e o total do IPI uma diminuição de 24,39%. Destaca-se o Imposto de Renda Pessoa Física deduzidas as restituições de Imposto de Renda Pessoa Física teve um incremento nominal de 24,89% enquanto as restituições do IRPF uma redução de 7,45%.

Por outro lado, considerando que Imposto de Renda Pessoa Jurídica teve uma redução de 9,30% e que correlacionado a combinação do aumento significativo das restituições de Imposto de Renda Pessoa Jurídica em 292,95% e de Multas e Juros uma redução de 57,32% resultou na redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica deduzidas as restituições (IRPJ Liq.) em 20,56%. Ressalta-se que a arrecadação do IPI teve uma redução de 24,39%. (Tabela nº 57).

Tabela nº 57 - Base de Cálculo da composição do FPE abril de 2013 em relação a abril de 2012 - (Valores nominais em R\$)

	2013	2012	Var. %
Imposto de Renda Pessoa Física	6.512.828	5.258.384	23,86%
Restituição	156.110	168.683	-7,45%
IRRF Líquido	6.356.718	5.089.701	24,89%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	15.139.004	16.691.599	-9,30%
Restituição do IRPJ	2.355.124	599.346	292,95%
IRRJ Líquido	12.783.880	16.092.253	-20,56%
Multas e Juros	600.027	1.405.847	-57,32%
Arrecadação Líquida Total do IR	19.740.625	22.587.801	-12,60%
Imposto sobre Produtos Industrializados	3.613.085	3.646.096	-0,91%
Restituição do IPI	1.051.525	337.379	211,67%
arrecadação Líquida Total do IPI	2.561.560	3.308.717	-22,58%
IPI (Exerc)	700	562	24,56%
Multas e Juros (IPI)	127.597	248.299	-48,61%
Total do IPI	2.689.857	3.557.578	-24,39%
Base de cálculo FPE Estados IR	4.244.234	4.856.377	-12,60%
Base de cálculo FPE Estado Alagoas	176.564	202.030	-12,60%
Base de cálculo FPE Estados IPI	578.319	764.879	-24,39%
Base de cálculo FPE Estado Alagoas	24.059	31.820	-24,39%
Total do FPE Estados	4.822.554	5.621.256	-14,21%
Total do FPE Alagoas	200.623	233.850	-14,21%

Fonte : Secretaria de Tesouro Nacional

Valores : R\$ 1.000,00

Com base na análise do desempenho da arrecadação por segmento do FPE em percentual do PIB a Gerência de Gestão Fiscal Estatística projetou a Receita do FPE para os exercícios de 2013 a 2016. Ressalta-se que para a previsão do FPE para o Estado de Alagoas foi mantida a participação de 4,1601%, para o período de 2013 a 2016, em face que o Congresso Nacional está discutindo a nova distribuição da partilha do FPE e no caso do Estado de Alagoas o novo projeto contempla variações de 3,8% a 5,8%, portanto exige uma decisão cautelosa no que se refere à projeção do FPE no sentido de evitar um excesso de arrecadação ou uma alta insuficiência de arrecadação, o que refletiria em um alto impacto estrutural nas contas públicas do Estado. Além disso, a projeção de FPE de R\$ 2,874 bilhões para o exercício de 2013 e os seus reflexos para os exercícios de 2014 a 2016 foi baseado no desempenho do FPE no primeiro trimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012 com crescimento de 9,98%.

Neste contexto, evidencia-se que avaliando as condições estruturais da economia brasileira no que se refere à geração de baixo valor adicionado prevê-se que a Receita da Base de Cálculo do FPE Bruto, a qual já atingiu 7,63% do PIB do Brasil em 2008 terá uma recuperação ao longo de 2013 a 2016, entretanto inferior ao exercício de 2008 em face dos atuais limites estruturais do crescimento econômico do Brasil.

Assim, para o exercício de 2013 a Receita Bruta do FPE projeta-se o montante de R\$ 340,1 bilhões (7,21% do PIB do Brasil) e que mantido percentual de 94,49% verificado no primeiro bimestre de 2013 para todos os exercícios posteriores o FPE para o Estado de Alagoas seria R\$ 2,874 bilhões.

Para o exercício de 2014, o FPE Bruto projeta-se no montante de R\$ 367,5 bilhões (7,28% do PIB do Brasil) e o FPE seria de R\$ 3,106 bilhões. No que se refere ao exercício de 2015 o FPE Bruto seria de R\$ 396,8 bilhões (7,34% do PIB do Brasil), refletindo em um FPE de R\$ 3,354 bilhões e em 2016 o FPE Bruto seria de R\$ 429,6 bilhões (7,38% do PIB do Brasil) e o FPE seria de R\$ 3,631 bilhões.

Tabela nº 58– Previsão da Receita do FPE para o Estado de Alagoas – 2013 a 2016

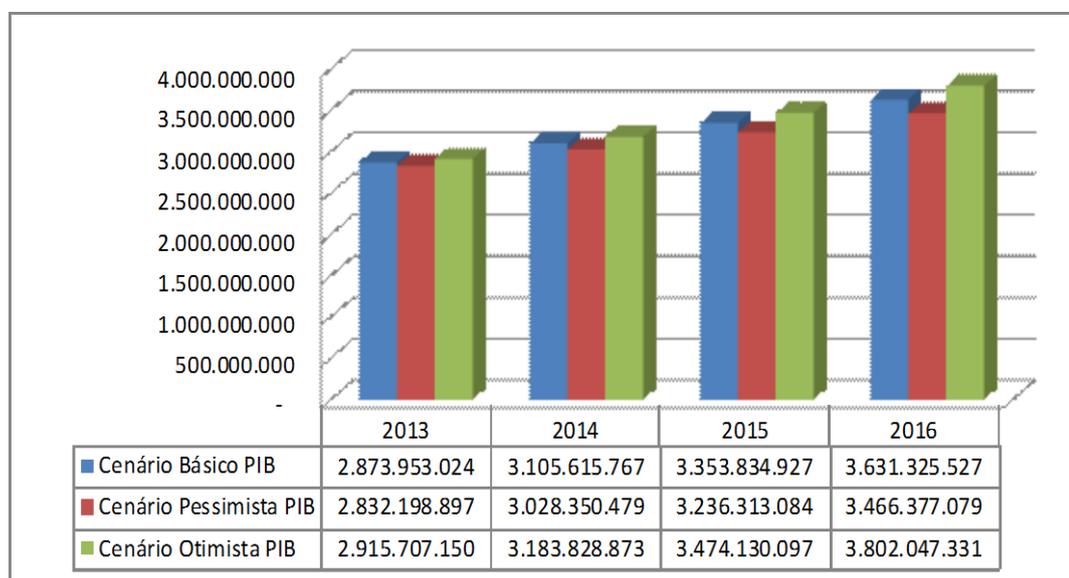
RECEITAS	2011	2012	2013	2014	2015	2016						
							2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITA BASE DE CÁLCULO FPE	296.736	319.344	340.106	367.502	396.848	429.613	7,16%	7,25%	7,15%	7,10%	7,05%	7,01%
I.P.I-TOTAL	46.918	47.285	50.824	55.224	59.105	64.458	1,13%	1,07%	1,07%	1,07%	1,05%	1,05%
I.P.I-FUMO	3.744	4.195	4.489	4.803	5.140	5.499	0,09%	0,10%	0,09%	0,09%	0,09%	0,09%
I.P.I-BEBIDAS	2.830	3.242	3.502	3.782	4.085	4.411	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%
I.P.I-AUTOMÓVEIS	6.978	4.263	5.030	5.533	6.087	6.695	0,17%	0,10%	0,11%	0,11%	0,11%	0,11%
I.P.I-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	13.736	16.435	18.078	20.790	22.869	26.299	0,33%	0,37%	0,38%	0,40%	0,41%	0,43%
I.P.I-OUTROS	19.631	19.150	19.724	20.316	20.926	21.553	0,47%	0,43%	0,41%	0,39%	0,37%	0,35%
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	249.818	272.059	289.283	312.278	337.743	365.155	6,03%	6,18%	6,08%	6,03%	6,00%	5,96%
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	21.973	25.031	27.033	29.736	32.710	35.981	0,53%	0,57%	0,57%	0,57%	0,58%	0,59%
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	104.054	112.304	118.174	125.794	137.080	149.068	2,51%	2,55%	2,49%	2,43%	2,43%	2,43%
ENTIDADES FINANCEIRAS	15.071	20.841	23.967	28.761	34.225	41.070	0,36%	0,47%	0,50%	0,56%	0,61%	0,67%
DEMAIS EMPRESAS	88.984	91.463	94.207	97.033	102.855	107.998	2,15%	2,08%	1,98%	1,88%	1,83%	1,76%
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	123.791	134.725	144.076	156.748	167.953	180.106	2,99%	3,06%	3,03%	3,03%	2,98%	2,94%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO TRABALHO	68.825	77.319	83.504	91.855	99.203	107.139	1,66%	1,76%	1,76%	1,77%	1,76%	1,75%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	34.254	33.872	34.549	35.240	35.945	36.664	0,83%	0,77%	0,73%	0,68%	0,64%	0,60%
I.R.R.F-REMESSAS PARA O EXTERIOR	13.402	15.132	16.947	19.490	21.828	24.448	0,32%	0,34%	0,36%	0,38%	0,39%	0,40%
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	7.310	8.402	9.075	10.164	10.977	11.855	0,18%	0,19%	0,19%	0,20%	0,19%	0,19%
PIB BRASIL	4.143.013	4.402.537	4.754.740	5.175.059	5.632.534	6.130.450						
VALOR DO FPE PARA O ESTADO DE ALAGOAS		2.577	2.874	3.106	3.354	3.631						

Fontes : Secretaria da Receita Federal e Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (STE-SEFAZ)

Valores nominais em R\$ 1.000.000,00

O Gráfico nº 38 demonstra a magnitude da variação da previsão da arrecadação do FPE conforme a projeção dos três cenários para o crescimento do PIB para o período de 2013 a 2016.

Gráfico nº 38: Previsão do Fundo de Participação para o Estado de Alagoas correlacionada a projeção dos cenários do PIB – 2013 a 2016



Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (STE-SEFAZ)

Considerando a sazonalidade do FPE e a previsão no Orçamento de 2013 de R\$ 2,990 bilhões evidencia uma insuficiência de arrecadação de R\$ 49,3 milhões no 1º Quadrimestre de 2013. Destaca-se que este resultado foi obtido e em face do baixo desempenho do FPE em abril de 2013, o qual resultou uma insuficiência de R\$ 54,5 milhões (Tabela nº 59).

Tabela nº 59 – Insuficiência da arrecadação do FPE 1º quadrimestre de 2013 (Valores nominais em R\$ )

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
<b>FPE PREV. 2013</b>	<b>251.785.858</b>	<b>293.433.675</b>	<b>202.470.142</b>	<b>255.157.317</b>
<b>FPE REALIZ. 2013</b>	<b>241.309.586</b>	<b>324.656.231</b>	<b>186.977.878</b>	<b>200.623.042</b>
<b>INSUF. / EXCESSO</b>	<b>-10.476.272</b>	<b>31.222.556</b>	<b>-15.492.264</b>	<b>-54.534.275</b>
<b>INSUF. / EXCESSO ACUM.</b>	<b>-10.476.272</b>	<b>20.746.284</b>	<b>5.254.019</b>	<b>-49.280.255</b>

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Ressalta-se que a projeção de FPE, para o período de 2013 a 2016, tem um alto grau de risco em não se concretizar em face da combinação do modelo neoliberal com a vinculação da despesa a receita, os quais os dois são responsáveis pelo baixo nível de crescimento do PIB nos períodos de 2011 e 2012 e que pode ser evidenciada através da irregularidade no comportamento do desempenho do FPE no 1º quadrimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012 (Tabela nº 60).

Tabela nº 60 - Comportamento do FPE – 1º quadrimestre de 2013 x 1º quadrimestre de 2012

	TOTAL 01/2013	TOTAL 01/2012	VAR. % 2013 / 2012
IR	202.600.931	209.734.080	-3,40%
IPI	38.708.655	16.116.522	140,18%
TOTAL FPE	241.309.586	225.850.602	6,84%
	TOTAL 02/2013	TOTAL 02/2012	VAR. %
IR	294.934.558	239.531.967	23,13%
IPI	29.721.673	33.668.646	-11,72%
TOTAL FPE	324.656.231	273.200.613	18,83%
	TOTAL 03/2013	TOTAL 03/2012	VAR. %
IR	160.739.999	155.558.557	3,33%
IPI	26.237.879	29.988.289	-12,51%
TOTAL FPE	186.977.878	185.546.846	0,77%
	TOTAL 04/2012	TOTAL 04/2012	VAR. %
IR	176.564.375	202.030.154	-12,60%
IPI	24.058.667	31.819.729	-24,39%
TOTAL FPE	200.623.042	233.849.883	-14,21%

Fonte : Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Assim, observado o comportamento do crescimento do FPE do primeiro quadrimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012 verifica-se o alto grau de risco da não concretização da arrecadação do FPE em 2013 em face que para alcançar a arrecadação de R\$ 2,874 bilhões é necessário que o FPE tenha um incremento nominal de 15,74% ao longo do período de maio a dezembro de 2013 em relação ao mesmo período de 2012, refletindo em um incremento nominal previsto de 11,49% ao fim do exercício de 2013 em relação ao mesmo período de 2012 (Tabela nº 61).

Neste contexto, não ocorrendo o cenário previsto da arrecadação do FPE para o exercício de 2013 evidencia-se então o alto grau de exposição de risco no que tange a projeção desta alusiva receita para os exercícios de 2014 a 2016, o que refletiria no abismo fiscal em face do cenário de incremento da despesa, principalmente da despesa de Aposentados e Pensionistas aliada ampliação da despesa de Outras Despesas Correntes em face do modelo explosivo de vinculação da receita a despesa.

Considerando o cenário de insustentabilidade fiscal o governo terá que adotar o controle da despesa reduzindo o número de contratações de servidores apesar da previsão de que 8.000 servidores tenham direito a aposentadoria no período de 2013 a 2016.

Salienta-se que a previsão do FPE de R\$ 2,874 bilhões foi baseada no desempenho do 1º trimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012 e que foi acrescentada a análise do desempenho do FPE em abril de 2013 ante ao mesmo período de 2012 para demonstrar o grau de exposição de risco no que tange ao abismo fiscal. A título de comparação, no exercício de 2012, os recursos do FPE tiveram um grau de importância de 40,82% para a constituição da Receita Corrente Líquida ante o ICMS Principal de 28,56%. No exercício de 2011, o FPE impactou em relação a RCL em 41,65% ante o ICMS de 27,86%.

Ressalta-se que a previsão feita pela Secretaria de Tesouro Nacional no que concerne a arrecadação do FPE para o Estado de Alagoas foi de R\$ 2,995 bilhões, R\$ 3,318 bilhões para os exercícios de 2013 e 2014, respectivamente.

Tabela nº 61 - Previsão mensal da Arrecadação do FPE – Maio a Dezembro de 2013/2012

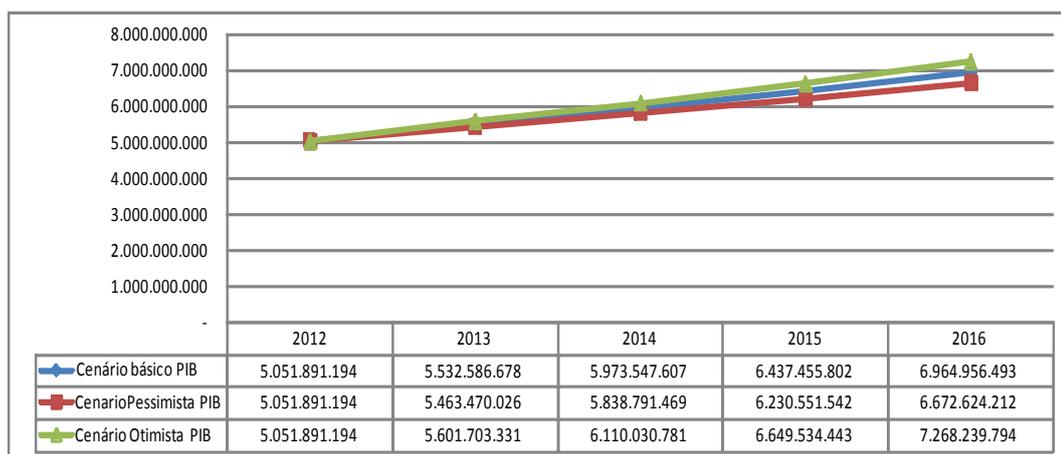
	2012	2013	VAR. 2012/2013
JAN	241.309.586	225.850.602	6,84%
	241.309.586	225.850.602	6,84%
FEV	324.656.231	273.200.613	18,83%
	565.965.817	499.051.216	13,41%
MAR	186.977.843	185.546.846	0,77%
	752.943.660	684.598.062	9,98%
ABR	200.623.042	233.849.883	-14,21%
	953.566.702	918.447.944	3,82%
MAI	302.700.439	261.544.548	15,74%
	1.256.267.142	1.179.992.492	6,46%
JUN	258.309.096	223.188.760	15,74%
	1.514.576.237	1.403.181.252	7,94%
JUL	192.896.597	166.669.904	15,74%
	1.707.472.834	1.569.851.156	8,77%
AGO	212.857.347	183.916.742	15,74%
	1.920.330.181	1.753.767.898	9,50%
SET	186.247.052	160.924.448	15,74%
	2.106.577.233	1.914.692.346	10,02%
OUT	197.709.652	170.828.565	15,74%
	2.304.286.886	2.085.520.911	10,49%
NOV	267.237.072	230.902.866	15,74%
	2.571.523.958	2.316.423.777	11,01%
DEZ	302.069.066	260.991.441	15,74%
<b>Total</b>	<b>2.873.593.024</b>	<b>2.577.415.218</b>	<b>11,49%</b>

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Com base na previsão de todas as receitas e principalmente do FPE e do ICMS foi feita uma projeção de Receita Corrente Líquida correlacionando aos respectivos cenários do PIB.

O Gráfico 39 demonstra a importância dos recursos do FPE no montante de R\$ 2,874 bilhões para que a RCL corrente alcance R\$ 5,533 bilhões em 2013 considerando o cenário básico do PIB em face que o FPE tem uma importância de 41,55% para o efeito desta projeção de RCL.

Gráfico nº 39 : Previsão da Receita Corrente Líquida para o Estado de Alagoas correlacionada a projeção dos cenários do PIB – 2013 a 2016



Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

- Despesa

A projeção de um cenário de abismo fiscal no caso se mantenha o desempenho do FPE no primeiro quadrimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012 se baseia principalmente em face do incremento da despesa de pessoal em função da necessidade crescente de aporte do Tesouro para o financiamento do déficit da previdência aliado ao aumento da despesa de custeio em função do modelo de vinculação da receita a despesa. No que se refere a esta foi observada a série histórica ao longo do período de 2007 a 2012.

Considerando que no exercício de 2013 a despesa de Pessoal projetada pela Secretaria de Gestão Pública (SEGESP) apresentou um incremento de R\$ 251,2 milhões em relação à despesa realizada de 2012 refletindo em uma pressão significativa sobre as contas públicas caso se mantenha um cenário de baixo crescimento das receitas do FPE e do ICMS. A título de comparação em 2012 a despesa de Pessoal representou R\$ 3,055 bilhões (10,79% do PIB) e a projeção é que esta alcance R\$ 3,306 bilhões (10,19% do PIB) em 2013 e R\$ 3,443 bilhões (10,27% do PIB) em 2014. Assim sendo, é essencial compreender que a necessidade crescente de realizar aportes do Tesouro em face da complementação previdenciária é o risco mais agravante, a qual vem pressionando e impactará cada vez mais as finanças públicas do Estado (ver anexos de riscos Orçamentários e o cálculo atuarial).

Neste contexto, em face do incremento da despesa de pessoal aliado ao modelo de vinculação da receita a despesa é previsto a geração de um déficit primário de R\$ 278,9 milhões (0,86% do PIB) para o exercício de 2013 e um superávit primário de R\$ 285,4 milhões (0,85% do PIB) em 2014. Ressalta-se que este déficit primário em 2013 não compromete a sustentabilidade da dívida em relação à RCL e ao PIB em face que para os demais exercícios de 2014, 2015 e 2016 projeta-se a geração de superávits primários, entretanto principalmente para os exercícios de 2015 e 2016 eles são muitos inferiores a real necessidade em face da combinação do elevado serviço da dívida e a ausência de previsão de fontes de financiamento.

Ressalta-se que a previsão de déficit primário foi feita com o atual cenário de baixo desempenho do FPE e o incremento da despesa de pessoal. Salienta-se

que o governo poderá adotar medidas de controle dos gastos de custeio ,e, portanto gerar superávit primário necessário para reduzir o déficit nominal.

Para realizar uma análise sobre o custeio será excluído as Transferências Constitucionais para os Municípios bem como as Transferências Correntes referentes aos Convênios em face de suas vinculações.

Assim, observa um incremento em valores nominais de Outras Despesas Correntes através da Fonte Tesouro de 2007 a 2012. O custeio correspondia a R\$ 306,8 milhões (1,72% do PIB) em 2007 e passou para R\$ 618,5 milhões (2,08% do PIB) em 2012. Ressalta-se que o custeio excluindo as Funções de Educação e Saúde era de R\$ 179,7 milhões (1,01% do PIB) e passou para R\$ 308,6 milhões (1,04% do PIB) em 2012.

Tabela nº 62 – Custeio das Funções através da fonte Tesouro – 2007 a 2012 (Valores nominais em R\$)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
CUSTEIO TOTAL (A)	708.840.703	844.197.181	864.967.186	1.063.703.616	1.210.011.133	1.310.297.138
DISTRIB. CONSTITUC.OU LEGAL DE RECEITAS (B)	390.462.893	451.406.546	478.430.471	579.082.523	635.462.583	691.785.821
CUSTEIO DISCRICIONÁRIO (A - B)	306.805.867	359.790.635	384.348.063	471.739.769	574.548.550	618.511.317
TOTAL DAS FUNÇÕES	306.805.867	359.790.635	384.348.063	471.739.769	574.548.550	618.511.317
EDUCAÇÃO	29.840.092	27.757.277	22.661.734	21.753.784	52.104.779	23.992.065
SAÚDE	97.226.320	140.230.461	152.294.028	192.296.260	257.654.178	285.948.364
OUTRAS	179.739.454	191.802.897	209.392.301	257.689.724	264.789.593	308.570.888

Fonte : SIAFEM

No que tange aos Investimentos foi mantida a projeção em valores nominais em R\$ 1,5 bilhão em face da previsão para as Transferências de Capital em R\$ 400 milhões; Operações de Crédito de R\$ 1,065 bilhão e de R\$ 50 milhões através da Fonte Tesouro. Ressalta-se que o investimento através da Fonte Tesouro é reflexo da análise da série histórica, a qual demonstra que o maior montante foi de R\$ 57 milhões em 2008 (Tabela nº 63).

Tabela nº 63 – Despesa de Investimento por Fonte – 2007 a 2012 – Valores em nominais em R\$

	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	RECEITA	INVEST.	RECEITA	INVEST.	RECEITA	INVEST.	RECEITA	INVEST.	RECEITA	INVEST.	RECEITA	INVEST.
FONTE 00	2.944.382.802	26.096.156	3.286.463.756	57.091.306	3.275.056.884	50.237.573	3.697.944.994	38.939.086	4.359.686.909	48.967.162	4.546.475.706	56.710.126
FONTE 03	26.442.455	17.961.924	22.676.092	14.089.696	13.680.214	9.324.285	25.068.804	14.849.451	29.747.350	20.459.376	69.426.537	11.890.520
FONTE 06	4.835.083	3.279.078	7.376.486	7.232.370	5.369.642	2.158.003	6.899.354	739.499	9.426.865	299.864	11.003.717	183.301
FONTE 07	7.798.605	92.951	8.711.829	1.183.195	8.611.794	1.052.618	9.570.637	345.975	12.144.058	4.670	13.957.870	1.219.748
FONTE 08	3.267.116		4.691.215		4.131.801		9.683.778	195.735	6.197.413		7.465.631	
FONTE 09	38.878.813	4.763.007	43.871.898	26.338.265	29.391.897	47.378.183	30.229.385	10.051.389	29.971.709	24.238.073	29.347.356	20.618.564
FONTE 10	162.246.782	97.331.374	202.362.116	230.569.241	242.267.745	333.448.863	791.995.156	369.457.872	314.994.998	314.596.314	497.481.759	505.538.995
FONTE 11	667.119		62.138									
FONTE 12	402.525	394.345	1.209.010	1.128.868	1.231.027	306.994	1.286.646	1.422.310	1.359.676	566.695	1.433.640	1.502.178
FONTE 13	212.769.415	7.170	284.918.235	213.048	354.551.031	8.953.830	427.867.480	20.593.919	510.953.884	13.613.783	557.997.370	12.983.274
FONTE 14			9.073.479	54.430	11.205.383	8.007.990	11.819.735	13.032.582	12.840.256	12.452.569	16.942.711	17.803.636
FONTE 15		149.787	515.962	65.672	653.254	236.804	1.173.779	245.726	808.447	304.277	1.006.471	308.022
FONTE 16			39.303.974		39.212.407	10.862.830	46.050.464	37.532.539	54.729.586	7.899.180	64.897.629	17.225.071
FONTE 20					135.890.143	4.797.862	193.487.138	6.798.015	160.259.336	14.798.463	184.231.427	20.203.929
FONTE 21							89.749	3.500,60	86.579	46.547	50.545	
FONTE 22							4.128.330		245.598		129.047	
FONTE 23											16.766.829,86	
FONTE 46											4.275.225	2.827.204
FONTE 48					209.807.060		152.008.418	163.100.428	5.362.957	45.081.522	1.130.897	14.819.030
FONTE 51	360.896		3.997.918		124.830.452	72.876.000	68.242.812	144.119.735	42.683.718	42.017.054	17.754.756	17.952.269
FONTE 02	181.833.554		217.551.734	13.789	295.712.020	230.788	140.361.440	7.665	160.563.281			
FONTE 91	193.246.399	12.568.013	222.911.828	31.127.532	130.637.016	8.901.653,60	144.516.869	25.704.610		12.248.840	212.953.033	44.301.292
TOTAL	3.777.131.566	162.643.805	4.355.697.669	369.107.411	4.882.239.771	558.774.278	5.762.424.968	847.140.035	5.712.062.622	557.594.387	6.254.728.158	746.087.160

Fonte : SIAFEM

Após a análise desagregada das variáveis, as quais compõem o Anexo de Metas Fiscais abaixo foi evidenciado o significativo impacto nas contas públicas no que tange a geração do resultado primário em face de que se previa nas metas originais para o exercício de 2013, conforme Anexos de Metas Fiscais LDO 2013, o montante de R\$ 503,8 milhões (1,57% do PIB).

Entretanto em face do cenário de baixo crescimento do PIB resultou na redução do incremento do ICMS e do FPE e aliado ao cenário de incremento da despesa de pessoal e de custeio impactou na necessidade de redução da meta reprogramada para a geração de um déficit primário de R\$ 278,9 milhões (0,86% do PIB). Para o exercício de 2014 é previsto um superávit primário R\$ 302,3 milhões (0,85% do PIB).

Ressalta-se que a projeção<sup>42</sup> do serviço da dívida do período de 2013 a 2016 incluem as novas operações de crédito pleiteadas pelo Estado de Alagoas, as quais incluem Banco Mundial, Caixa Econômica Federal, BID e BNDES.

Tabela nº 64 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2013 a 2016

Item	TOTAL	2013		2014	2015	2016
		liberado	a liberar	a liberar	a liberar	a liberar
<b>Operações de Crédito Contratadas (2+3+4)</b>	0	0	0	0	0	0
Operações contratadas com Sistema Financeiro Nacional	0	0	0	0	0	0
Operações de ARO	0	0	0	0	0	0
Demais (inclusive Operações de Crédito Externo)	0	0	0	0	0	0
<b>Operações de crédito Autorizadas e em tramitação na STN e no Senado Federal<sup>(1)</sup></b>	<b>1.565.517.796</b>	<b>129.703.245</b>	<b>935.675.657</b>	<b>461.503.231</b>	<b>25.109.576</b>	<b>13.526.088</b>
Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Alagoas (PROCONFIS/AL) - BID	510.875.000	0	255.437.500	255.437.500	0	0
Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR III (NACIONAL) - BID	49.092.255	0	10.639.099	11.569.448	15.994.614	10.889.094
Projeto de Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva do Estado de Alagoas - PREPI - BIRD	306.525.000	0	153.262.500	153.262.500	0	0
Programa Nacional de Apoio a Modernização Governamental - PNAGE - CAIXA	6.187.593	0	1.090.962	2.181.924	2.914.708	0
PROGRAMA ALAGOAS TEM PRESSA - BNDES	49.680.000	0	24.840.000	24.840.000	0	0
PROINVESTE ALAGOAS - BNDES	89.837.210	0	89.837.210	0	0	0
PROINVESTE ALAGOAS - CAIXA	521.987.578	129.703.245	392.284.333	0	0	0
PROFISCO - BID	12.558.861	0	1.097.053	3.984.559	4.840.255	2.636.994
Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais - PMAE - GESTÃO PÚBLICA - BNDES	9.387.150	0	3.593.500	5.113.650	680.000	0
Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais - PMAE - GESTÃO PÚBLICA - BNDES	9.387.150	0	3.593.500	5.113.650	680.000	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.565.517.796</b>	<b>129.703.245</b>	<b>935.675.657</b>	<b>461.503.231</b>	<b>25.109.576</b>	<b>13.526.088</b>

Fonte : PAF – 2013-2015

A Tabela nº 65 demonstra o impacto do serviço da dívida no que se refere a dívida intralimite e a extralimite nas contas públicas no período de 2013 a 2016. No que se refere ao serviço da dívida extralimite do INSS e FGTS foi mantido o pagamento de R\$ 90 milhões ao longo do período de 2013 a 2016 em face do critério de prudência aliada as dificuldades das informações fornecidas pela Receita Federal.

<sup>42</sup>A dívida de Alagoas com a Receita Federal do Brasil no que concerne ao Instituto Nacional de Seguridade Social não apresenta valores consolidados sobre o total da dívida, portanto há um risco de um incremento do serviço da dívida e do montante total da dívida, resultando em grandes diferenças de projeções.

Ressalta-se que o risco avaliado pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística no que se refere projeção do elevado serviço da dívida resultará na necessidade do governo de implementar uma política fiscal no sentido de controlar os gastos para gerar os resultados primários de R\$ 882 milhões e R\$ 982,4 milhões caso se mantenha o cenário de baixo incremento de receitas do FPE e do ICMS.

Correlacionando ao atual desempenho do FPE implica em um risco adicional para a insustentabilidade das contas públicas, pois se por um lado reduz o serviço da dívida intralimite por outro lado amplia o risco no que tange a ausência de recursos para o financiamento do déficit da previdência. Considerando que esta despesa é obrigatória implicaria que o governo reduzisse o custeio impactando no crescimento do PIB.

Tabela nº 65 - Projeção do Serviço da Dívida – 2013 a 2016

	RLR Média	Principal		Encargos		Total	
		intra-limite	extra-limite	intra-limite	extra-limite	Serviço da Dívida Intra-limite	Total do Serviço da Dívida
2012	4.295.603.720	465.033.552	38.573.393	175.970.401	87.397.666	641.003.953	766.975.013
2013	4.714.306.125	393.313.815	112.849.509	148.831.390	135.265.960	542.145.204	786.661.523
2014	5.100.734.687	425.553.488	13.238.679	161.031.001	158.415.126	586.584.489	652.956.961
2015	5.512.299.065	459.890.239	54.169.540	174.024.153	173.895.292	633.914.392	882.093.536
2016	5.983.822.363	499.229.354	86.575.087	188.910.218	180.604.264	688.139.572	982.428.964

Fontes : Gerência Gestão Fiscal e Estatística e Gerência da Dívida

A Tabela nº 66 demonstra a combinação do modelo de esgotamento da receita em percentual do PIB com o modelo de ampliação da despesa corrente em percentual do PIB refletiu em uma geração de déficit primário de R\$ 278,9 milhões (0,86% do PIB).

Por outro lado, observa-se o incremento da Dívida Pública Consolidada (DCL) de 2011 para 2012 em face das novas operações de crédito. Ressalta-se que a projeção da DCL foi feita com base em uma Receita Líquida Real Média (RLRM) de R\$ 4,714 bilhões e, portanto correlacionada a uma previsão de FPE de R\$ 2,874 bilhões.

Tabela nº 66 - Anexo de Metas Fiscais 2011 a 2013

DISCRIMINAÇÃO	2011		2012		REPROGRAMAÇÃO 2013	
		% PIB		% PIB		% PIB
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	5.580.194	20,66%	6.118.520	20,61%	6.684.456	20,60%
Receitas de Transferências	3.245.009	12,02%	3.584.896	12,07%	3.929.430	12,11%
FPE líquido do Fundeb	1.999.768	7,40%	2.061.932	6,94%	2.299.162	7,08%
Outras	1.245.241	4,61%	1.522.964	5,13%	1.630.268	5,02%
Receitas de Arrecadação Própria	2.335.185	8,65%	2.533.624	8,53%	2.755.026	8,49%
ICMS líquido do Fundeb	1.936.645	7,17%	2.092.392	7,05%	2.275.350	7,01%
IPVA líquido do Fundeb	115.386	0,43%	134.951	0,45%	147.640	0,45%
Outras	283.154	1,05%	306.281	1,03%	332.036	1,02%
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	650.252	2,41%	702.988	2,37%	760.026	2,34%
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	4.929.942	18,26%	5.415.532	18,24%	5.924.430	18,25%
IV- DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	4.459.454	16,51%	5.076.782	17,10%	6.203.406	19,11%
Pessoal	2.779.092	10,29%	3.054.801	10,29%	3.305.921	10,19%
OCC	1.680.362	6,22%	2.021.981	6,81%	2.897.485	8,93%
Investimentos	557.594	2,06%	746.087	2,51%	1.500.000	4,62%
Inversões	8.749	0,03%	7.860	0,03%	2.000	0,01%
Outras Despesas Correntes	1.114.018	4,13%	1.268.034	4,27%	1.395.485	4,30%
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	470.488	1,74%	338.750	1,14%	(278.976)	-0,86%
RESULTADO NOMINAL	305.091	1,13%	347.839	1,17%	1.468.328	4,52%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	7.830.583	29,00%	8.178.422	27,54%	9.646.750	29,72%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	7.099.747	26,29%	7.599.503	25,59%	9.146.528	28,18%
PIB ALAGOAS		27.005.694		29.692.814		32.454.246
PB BRASIL		4.143.013.338		4.402.537.201		4.754.740.177

Fonte :Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

(\*) Reprogramação do exercício de 2013

Valores nominais em R\$ 1.000,00